

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Mídias, Subjetividade e Terceiro Setor:
a comunicação como problema social em favelas cariocas

Fayga Rocha Moreira

RIO DE JANEIRO
2007



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Mídias, Subjetividade e Terceiro Setor:
a comunicação como problema social em favelas cariocas

Fayga Rocha Moreira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientadora: Janice Caiafa

RIO DE JANEIRO
2007

FICHA CATALOGRÁFICA

Moreira, Fayga Rocha.

Mídias, Subjetividade e Terceiro Setor: a comunicação como problema social em favelas cariocas - / Fayga Rocha Moreira. Rio de Janeiro: UFRJ / Escola de Comunicação, 2007.

119 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, 2007.

Orientadora: Janice Caiafa

1. Mídias. 2. Processos de subjetivação
3. Terceiro Setor 4. Favelas cariocas
5. Comunicação – Teses. I. Caiafa, Janice (orient.)
II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação. III. Título.

CDD:302.23
M838

FOLHA DE APROVAÇÃO

Fayga Rocha Moreira

Mídias, Subjetividade e Terceiro Setor:
a comunicação como problema social em favelas cariocas.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2007

Prof. Dr. Janice Caiafa
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Paulo Vaz
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. André Queiroz
Universidade Federal Fluminense

AGRADECIMENTOS

O momento de agradecer sempre envolve o risco do esquecimento. Como a rememoração é precária em vista da heterogeneidade e riqueza das experiências que vivenciamos, acabamos selecionando os homenageados de acordo com o breve e restrito contexto da escrita. De qualquer forma, vamos lá.

Agradeço imensamente a Welington, meu pai, e a Sandra, minha mãe. Acima de tudo, grandes amigos e incentivadores, independente de qualquer distância geográfica. A Laila, amigona e irmã, que me suportou durante um ano no Rio de Janeiro, sempre me ensinando a enxergar novas perspectivas na vida. Ao meu grande irmãozinho Luan, parceiro para todas as horas. Um menino-adulto, batalhador como nunca vi... Agradeço, com muito carinho e afeto, ao meu grande companheiro Juliano, por dançar comigo nas ventanias da estrada.

Sou grata, especialmente, à Janice Caiafa, minha orientadora, por quem tenho profunda admiração. Seus comentários, suas aulas, seus posicionamentos, seus pequenos toques, marcaram indubitavelmente minha trajetória acadêmica e, por que não, existencial.

Aproveito para agradecer a todos os professores cujos cursos frequentei, Paulo Vaz, Muniz Sodré, Liv Sovik, Ana Paula Goulart e Marialva Barbosa, Micael Herschman. O estudo que se segue carrega um pedacinho de cada um deles.

Um brinde, também, aos colegas do mestrado, com os quais travei discussões, vivi momentos descontraídos, enfim, aprendi muito. Um agradecimento, em especial, ao meu amigo, “irmão intelectual” e conselheiro espiritual, Israel Oliveira, com quem compartilhei boa parte dos meus momentos no Rio e mesmo fora da cidade.

Um muito obrigada super carinhoso e saudosista para todos os amigos (as) que fiz no Borel, bem como para todos aqueles que só mantive breves diálogos. Pessoas que me receberam de portas e peitos abertos. Muito obrigada mesmo!

Sou grata, ainda, à equipe da *Gestão Comunitária*, ONG que me envolvi durante minha passagem pelo Rio. Muito obrigada à Patrícia Gouveia por ter me proporcionado essa experiência profissional e “de campo”. Agradeço imensamente a Sandra, a Edione, a Marise pelo carinho e atenção. E, claro, a Maria Dylma (Dylmita), melhor colega e conselheira que poderia surgir nessa cidade nem sempre maravilhosa...

Por fim, agradeço a toda a equipe técnica da ECO (secretários, bibliotecários, faxineiros, pessoal da Editora UFRJ e da copiadora) sempre proporcionando um local aprazível de estudo. Muitíssimo obrigada à CAPES por ter financiado o meu curso de Pós-Graduação, sem esse incentivo financeiro, o processo de pesquisa seria muito mais árduo. E um muitíssimo obrigada a todos os professores (Paulo Vaz, André Queiroz, Virgínia Kastrup e João Freire Filho) que, suplentes ou não, aceitaram muito prontamente participar da banca de defesa dessa dissertação.

RESUMO

MOREIRA, Fayga Rocha. **Mídias, Subjetividade e Terceiro Setor: a comunicação como problema social em favelas cariocas.** Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

O estudo reflete sobre a centralidade de projetos sociais voltados para a comunicação como estratégia de combate à exclusão e à estigmatização. A importância atribuída ao “dar voz” aos moradores de favelas ganha evidência, no âmbito do Terceiro Setor, afirmando-se como uma brecha privilegiada para a inclusão. Uma nova “questão social” (CASTEL, 2004) entra em jogo, guiada principalmente pelas ONGs – entidades que, por meio de técnicas próprias e de um campo teórico específico, re-significam a idéia de militância, orientando o potencial disruptivo de inúmeras “máquinas de guerra” (DELEUZE; GUATTARI, 1997) que se levantam contra o Estado e demais autoridades. No caso das favelas cariocas, um estatuto identitário é retomado como estratégia supostamente eficaz de inclusão, domesticando os devires e a multiplicidade própria a esse espaço urbano. A partir de uma experiência institucional em uma Organização Não-Governamental, entremeada a ferramentas teóricas e a um trabalho de campo aportado, sobretudo, em alguns recursos da etnografia, buscou-se cartografar esse rico campo de estudos, privilegiando uma abordagem tanto macro quanto micropolítica, o que significa tentar captar os vetores heterogêneos e os arranjos processuais que compõem uma coletividade.

Palavras-chave: *Mídias; Processos de subjetivação; Terceiro Setor; Favelas cariocas.*

ABSTRACT

MOREIRA, Fayga Rocha. **Mídias, Subjetividade e Terceiro Setor: a comunicação como problema social em favelas cariocas.** Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

The study reflects about the importance of social projects directed toward the communication as a strategy of combat to the exclusion and the estigmatization. The importance attributed to “giving voice” to the inhabitants of slum quarters gains evidence, in the scope of the Third Sector, affirming itself as a privileged breach for the inclusion. A new “social matter” (CASTEL, 2004) enters in game, guided mainly for the ONGs - entities that, by means of proper techniques and of a specific theoretical field, re-mean the militancy idea, guiding the disruptive potential of innumerable “machines of war” (DELEUZE; GUATTARI, 1997) that struggle against the State and too much authorities. In the case of the carioca’s slum quarters, a statute of identity is retaken as an efficient strategy of inclusion, domesticating the proper multiplicity to this urban space. From an institucional experience in a Not-Governmental Organization, intermigled to theoretical tools and to a work based, over all, in some resources of the ethnography, searched to map this rich field of studies, privileging an analysis as much macro how much micropolitics, what it means to try to understand the heterogeneous vectors and the procedural arrangements that compose a collective.

Key-words: *Medias; Subjectivity; Third Sector; Carioca’s slum quarters.*

SUMÁRIO

Introdução

I. Mídias por todos os lados: a comunicação como problema social	15
I. 1 - Conversação civil no ambiente midiático	21
I. 2 - Modos de ver, sentir e agir	24
I. 3 - A favela como “outro”: preconceitos mediatizados	26
I. 4 – Anexação pelo controle	32
I. 5 - Discurso: ordem e devir	36
I. 6 - Discurso como estratégia: a “comunidade” fala	40
I. 7 - Curtos-circuitos e discursos domesticados	46
II. Terceiro Setor e favelas: modelização e perspectivas transgressoras	50
II. 1 - Entre a mercantilização do social e a ação cidadã	61
II. 2 - ONGs: estratégias, hierarquias e retóricas	67
II. 3 - Garimpar e fixar identidades: a favela como público-alvo	75
III. Regimes identitários: reconhecer para melhor controlar e gerir	81
III. 1 - Da identidade e seus problemas	84
III. 2 - Identidade e Memória como recursos	89
III. 3 - Vitimização nas favelas cariocas	94
III. 4 - Vítimas de quem?	99
III. 5 - Processos de subjetivação: para além dos etos e dos estilos	103
IV. Considerações finais	110
V. Referências bibliográficas	114

INTRODUÇÃO

Zygmunt Bauman, em uma passagem muito interessante do seu livro *Comunidade*, observa que certas palavras guardam sensações mais fortes que qualquer significado que as queiram empregar. Assim acontece, diz ele, com a idéia de comunidade, que parece sugerir sempre uma coisa boa, um lugar “cálido” e aconchegante, um teto protetor (BAUMAN, 2003). Talvez por isso, muitos moradores de favelas tenham adotado essa expressão para definir o lugar em que moram. A palavra “favela”, pelo contrário, traz quase sempre uma sensação negativa, nada suave. Existe algo de pesado que ressoa em consonância com o termo e que está comumente associado a outras sensações como o medo, a desordem, a impunidade, por exemplo.

Essas percepções participam do mapa das cidades. Não aquele cartográfico, mas os traçados simbólicos que criam fronteiras invisíveis entre zonas freqüentáveis ou não, espaços que nos passam conforto ou incômodo e temor. Essas fronteiras estão sempre em reconstrução, elas são muito mais flexíveis, talvez, do que as barreiras físicas. Contudo, trazem muitos problemas, além dos espaciais, para aqueles que se encontram dentro e mesmo fora delas. O objetivo do estudo que se segue é abordar alguns desses problemas para as favelas cariocas, que surgem como alteridade em uma cidade que se diz “partida”.

Apesar de um universo de estudo existir concretamente – como as favelas cariocas que povoam a paisagem urbana do Rio de Janeiro – muitas e divergentes podem ser as abordagens utilizadas para investigar o dado contexto. A escolha de um campo de estudo não parte de um olhar neutro que o pesquisador lança sobre uma suposta “realidade” e nela encontra questões já prontas a resolver. O recorte, em geral, depende de uma série de fatores, dentre eles, o arcabouço teórico adotado pelo autor, seu engajamento social, ou ainda, questões institucionais (LOPES, 2001).

No caso da presente pesquisa, duas motivações muito específicas impulsionaram a construção do campo: minha inserção *na* favela, através de um trabalho no Morro do Borel e minha percepção *sobre as* favelas, como moradora “de passagem” na cidade do Rio de Janeiro e em diálogo constante com pessoas de tantos outros Estados – que constroem o imaginário sobre as favelas basicamente a partir das representações midiáticas.

O envolvimento, durante um ano, com um projeto no Morro do Borel¹, implementado pela Organização Não-Governamental *Gestão Comunitária – Instituto de Investigação e Ação Social*, foi especialmente importante por me proporcionar, por um lado, um aprofundamento no campo, que a partir de então deixava de ser algo abstrato e científico e se materializava em pessoas, espaços, relações amigáveis e decepções. Por outro lado, com essa experiência, pude me aproximar dos discursos, estratégias e retóricas do Terceiro Setor, o que me rendeu questionamentos sobre a intermediação entre ONGs e favelas, ou ainda, sobre a afirmação desses agentes como especialistas nos problemas sociais.

Essa intervenção institucional, entremeada a um trabalho de campo aportado, sobretudo, em alguns recursos da etnografia, reforçou ainda mais a impossibilidade de unificar toda uma pluralidade de bairros, “comunidades”, ou simplesmente lugares, em uma única palavra (favela) tão carregada de interesses e constantemente empregada no singular. Se ao menos expressasse uma região específica, como a Zona Sul carioca, ainda teria justificativa. Mas são muitas as favelas – espalhadas por toda a cidade, com realidades físicas e sociológicas bem distintas. E o que mais nos importa: o que se fala delas chega próximo da saturação.

Daí a idéia de problematizar a centralidade dos projetos sociais voltados para a comunicação – em voga nos últimos tempos, principalmente no âmbito do Terceiro Setor –

¹ O trabalho, realizado entre fevereiro de 2005 e fevereiro de 2006, se constituía basicamente na supervisão do “Projeto de Desenvolvimento Comunitário da Favela do Borel”, voltado para a geração de trabalho e renda e patrocinado pela *Comunidade Européia*, pelo *Instituto Marquês Valle Flor* (Portugal), em parceria com a ONG *Gestão Comunitária*.

como estratégia de combate à exclusão e à estigmatização em meio a uma atmosfera midiaticizada. É o caso de iniciativas que se auto-intitulam porta-vozes dos moradores de favelas, em contraponto a um suposto olhar estigmatizado que prevalece sobre esse espaço urbano. A importância atribuída para o “dar voz” aos “excluídos” ganha tanta evidência a ponto de se equivaler, ou ultrapassar, certas lutas clássicas.

Tal problematização é inseparável do arcabouço teórico que sustentou e orientou a pesquisa. Como assinalam Michel Foucault e Gilles Deleuze (1979), os conceitos funcionam como ferramentas teóricas ou como lentes que devem ser usadas conforme a adequação com o contexto estudado. Algumas dessas ferramentas ficarão explícitas ao longo do texto, pois são usadas de forma exaustiva. Outras foram descartadas ao longo da pesquisa, pois se tornaram incongruentes a medida que o campo e os questionamentos se adensaram.

As “ferramentas” teóricas e metodológicas que prevaleceram, ajudaram a cartografar o campo de estudos a partir de uma abordagem tanto macro quanto micropolítica, o que significa tentar captar os vetores heterogêneos e os arranjos processuais que compõem uma coletividade. Em uma cartografia trabalham elementos múltiplos que envolvem desde instituições sociais e representações identitárias, até paisagens afetivas e territórios subjetivos. Desse modo, como observa muito bem Suely Rolnik, a tarefa do cartógrafo é estar “atento às estratégias do desejo em qualquer fenômeno da existência humana” (ROLNIK, 1989). Isto é, estar atento às intensidades que desestabilizam o campo social, dando passagem a novas criações de sentido e de produção de realidade.

Uma perspectiva micropolítica tem sempre como pressuposto uma não essencialização do campo social e, particularmente, do poder, o que implica relações de forças e de resistência que se modificam conforme a época. Deleuze insiste nesse aspecto ao sublinhar que as condições de uma dada formação social “não variam historicamente, mas variam *com* a história” (DELEUZE, 2005, p.122). Por isso, uma cartografia tenta captar as diversas linhas

que compõem um agenciamento, já que esse é um lugar privilegiado para se compreender os diagramas de forças microfísicas, pontuais e difusas que operam uma gestão da vida, marcando a singularidade do campo social contemporâneo.

E na tentativa de lançar um olhar sobre as favelas cariocas, nenhum recurso foi dispensado: desde filmes, músicas, poesias, além de textos de assembléias populares, de jornais, de cartazes... Tudo isso afetando (ou “contagando”) o processo de escrita, de pensamento, de criação. Afinal, como escreve Janice Caiafa, em um texto que discorre sobre a tarefa do tradutor, mas que pode se aplicar, creio, à reescritura do campo social:

Entender o processo criativo como um contágio é também admitir o autor como um dos episódios nesses palimpsestos vivos de poéticas. Um campo criativo em que irresistivelmente desejamos reescrever uma obra, ressoamos dentro de nós uma melodia, ou uma tela, ou em que experimentamos uma relação inesquecível com um filme. Fazendo-os insistir enquanto singularidade para novas experiências. (CAIAFA, 200, p.47)

Esse rico aparato teórico, metodológico, institucional e artístico, tornou possível o estudo que terminou condensado em três capítulos, com suas respectivas subdivisões. O primeiro deles, intitulado *Mídias por todos os lados: a comunicação como problema social*, traz a idéia de que a luta pela comunicação – para “dar voz” às minorias e aos grupos marginalizados – assume um potencial de inclusão na contemporaneidade graças a um agenciamento muito específico que associa o controle do capital, a emergência do Terceiro Setor, a confiança na neutralidade da técnica e uma mediação social. Prova disso é a pluralidade de projetos sociais financiados com esse objetivo, que, apesar das diferenças, compartilham a idéia de que é possível e necessário “incluir” os moradores de favelas – considerados excluídos da sociedade e da cidade – por meio do acesso às mídias.

O segundo capítulo, *Terceiro Setor e favelas: modelização e perspectivas transgressoras*, tenta entender o papel das ONGs na redefinição daquilo que Robert Castel (2004) chama de “questão social”. Defende que esses novos agentes, ao se institucionalizarem como peritos na gestão dos problemas sociais, por meio de técnicas próprias e de um campo

teórico específico, afirmam-se como legítimos mediadores entre o poder público, a iniciativa privada, os organismos internacionais, de um lado, e as populações atendidas, de outro. Com isso, re-significam a idéia de militância, domesticando, inclusive, o potencial disruptivo de inúmeras “máquinas de guerra” (DELEUZE; GUATTARI, 1997) que se levantam contra o Estado e demais autoridades. Isto porque, o aparato institucional das ONGs, bem como as coerções empresariais que incidem sobre sua atuação, instrumentalizam o desejo que motivava a luta desses movimentos, tornando-os apenas mais um coletivo abstrato ou um público-alvo.

O terceiro e último capítulo, nomeado *Regimes identitários: reconhecer para melhor controlar e gerir*, trata da questão da subjetividade, assinalando o lugar da identificação “ser-favelado” na vida ou para as lutas desses grupos ou pessoas. Esse estatuto identitário é sempre retomado como única forma de combate à estigmatização e se apóia, sobretudo, na memória e no passado. Defendo, então, que essa identificação, tão sustentada pelos pesquisadores, pela mídia, pelas políticas públicas e pelos próprios moradores, funciona como uma referência molar, domesticando os devires e a multiplicidade própria a esse espaço urbano, bem como à coletividade de um modo geral.

Por fim, é sempre bom destacar que esse conjunto de reflexões não tem o menor intuito de se instituir como “palavras de ordem” (DELEUZE; GUATTARI, 1995) do nosso tempo. São apenas idéias que procuram desestabilizar certas obviedades contemporâneas entrincheiradas no pensamento, na ação política, na intervenção social, ou mesmo no mais simples cotidiano. Uma crítica, não no sentido de uma verdade a ser desvelada por trás de sombrias ideologias, e sim, como desejava Foucault (2005), por “lampejos imaginativos”. Sem a pretensão da sentença, o pensar pode se aproximar do exercício de abrir caminho para as “tempestades possíveis”. Eis o que se tentou fazer.

I. Mídias por todos os lados: a comunicação como problema social

“Meu arsenal é verbal e vim para iluminar as trevas
Matéria-prima lapidada, conceito eficaz
Mente criadora, estilo sagaz
Vivendo num mundo em constante desenvolvimento
Não seja escravo televisivo,
Fique atento a novos conhecimentos
No Brasil do futuro, a era da informação
TV a cabo, Internet, globalização
É claro que isso não está na mão da maioria
Pois vejo lado a lado miséria e tecnologia
Grandes centros urbanos
Todos modernizados
Periferia e favela sem saneamento básico
Pense nisto
O que eu falo é real, não é boato
Aqui é Thaíde on-line relatando os fatos”.

THAÍDE & DJ HUM. *In: A Imagem.*

As práticas e discursos midiáticos comportam-se como um vetor indubitável na composição dos processos de subjetivação contemporâneos. Assim como uma leitura, uma música, um olhar, podem nos tornar diferentes, nos fazendo embarcar em outras experiências sensíveis com o mundo, o manejo e o consumo dos meios de comunicação, bem como a criação a partir deles, também desestabilizam as maneiras coletivas de ver, sentir e agir. Embora a apropriação costumeira das mídias pareça apenas obstar os fluxos e fixar as representações, é limitado pensar a participação delas na produção subjetiva somente a partir dos enunciados que veiculam. As interações entre pessoas e máquinas criam novos espaços possíveis de sociabilidade, além de afetar nossa sensibilidade, nossos desejos e nossas lutas.

Convivemos tanto e tão ostensivamente com imagens, paisagens virtuais, cliques, barulhos, informações, que já se tornou quase intolerável (se não, impensável) viver desconectado desse universo maquínico. As mídias englobam não só os meios de comunicação tradicionais (televisão, imprensa, rádio, telefone), mas uma série de novas tecnologias (celulares, páginas virtuais, *sites* de relacionamentos, como os famosos *MSN* e *Orkut*, canais, videogames, pagers etc), que promovem uma interconexão local, regional e mundial sem precedentes.

A desigualdade no acesso a esses meios é uma realidade, mas não impede que eles interfiram no processo de subjetivação das pessoas que não desfrutam *diretamente* desses benefícios. É importante destacar que o fato de muitos não possuírem o acesso material aos dispositivos comunicacionais não os excluem dos novos “universos de referências”² (GUATTARI, 1992) secretados pelas inovações tecnológicas.

De outro modo, a posse restrita dos meios de comunicação implica uma reprodução exaustiva de “palavras de ordem” (DELEUZE; GUATTARI, 1995), representações, valores,

² Guattari (2005) explica que as referências com que construímos uma representação não se limitam às coordenadas energético-espaco-temporais, mas envolvem também dimensões existenciais afetivas. Os universos de referência “variam de acordo com seu ponto de surgimento. Organizam-se em constelações que podem se fazer e se desfazer à mercê da constituição de agenciamentos de subjetivação” (GUATTARI, 2005, p.382).

que estão sempre em disputa na sociedade, mas que são veiculados a partir do ponto de vista e dos interesses de um segmento social específico. Tanto é que surgem grupos cujo enfoque prioritário é a desconstrução de identificações negativas (estereótipos, preconceitos, estigmatizações) que se repetem nas mensagens da “grande mídia” – empresas que conseguem alcançar um público mais abrangente e são mais cotadas no mercado. Essas empresas insistem em reproduzir significações fixadas socialmente, tomando como parâmetro para a reflexão o *ibope*. É sempre bom lembrar que essa “grande mídia” não é uma entidade abstrata e maquiavélica, mas um “campo” (BOURDIEU, 1998) formado por profissionais (representantes majoritariamente da classe média), além de técnicas específicas, estratégias e disputas por legitimidade.

Os meios de comunicação “alternativos”, por sua vez, são elaborados por grupos não satisfeitos com essa lógica ou prejudicados por ela, muitos deles tentando modificar a imagem com que são reconhecidos socialmente. Para tanto, resgatam e tentam difundir suas histórias, suas memórias e suas experiências, forçando a barreira da opinião pública. É o caso de muitos movimentos em favelas cariocas, apoiados em sua maioria por agentes do chamado Terceiro Setor.

Dizer que a luta pela comunicação – para “dar voz” às minorias e aos grupos marginalizados – se tornou tão importante quanto as mobilizações em torno da pobreza, da fome, das questões ambientais, não é nenhum exagero se observarmos a pluralidade de projetos sociais financiados com esse objetivo.

Só no Rio de Janeiro, podemos citar: o *Viva Favela*, financiado pela ONG *Viva Rio*; o *Observatório das Favelas*, apoiado pelo *CEASM (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré)*, que também desenvolve o jornal *O Cidadão*; a *CUFA (Central Única das Favelas)*, coordenada por moradores de diversas favelas cariocas, com parcerias como a *Fundação Ford*; o grupo *Condutores de Memória*, sem apoio institucional atualmente, o grupo *Nós do*

Morro, com diversos parceiros públicos e privados; a *Agência de Notícias da Favela*; dentre outros. Apesar das diferenças nas propostas de cada um desses projetos, existe a idéia compartilhada por todos de que é possível e necessário “incluir” os moradores de favelas – considerados excluídos da sociedade e da cidade – por meio do acesso às mídias.

Mas não seria esse um novo problema social? Estamos cada dia mais habituados (e levados) a viver com as mídias e esse é um fenômeno relativamente recente. A profusão de tecnologias comunicacionais propicia um furor coletivo, a ponto de parecer, para muitos, que a vida é banal e chata fora das conexões. Todd Gitlin, ao refletir sobre a acuidade dessa experiência e da quantidade absurda de atenção dispensada a ela, alerta que

reduzimos o significado das mídias, e nossa confiança nelas ao classificá-las como canais de informação. As mídias hoje são ocasiões e condutos de um modo de vida identificado com a racionalidade, a conquista tecnológica e a busca de riqueza, mas também de algo muito diferente, algo que chamamos de *diversão, conforto, conveniência ou prazer*. (GITLIN, 2003, P.14)

Diante da tolerância e do entusiasmo com os quais nos voltamos para a esfera midiática, não é tão impressionante que as lutas sociais se apóiem de forma crescente nela. Em muitos momentos, parece até inquestionável que a visibilidade e o “grito” dos excluídos desencadeiem necessariamente uma mudança nas práticas sociais. Inexorável incompatibilidade entre os discursos e as práticas (ou entre o dito e o visível) que não se confina ao campo filosófico, vindo à tona, cotidianamente, a cada vez que alguém aconselha: “faça o que eu falo, não faça o que eu faço”.

Se é verdade que os ditos populares resumem bem alguns consensos que pouco questionamos, a adesão fácil ao famoso jargão “Quem não se comunica, se estrumbica”, entoado por Chacrinha, tem algo a nos dizer sobre o lugar que a comunicação ocupa entre nós. É interessante a sutil, mas radical, diferença com um outro ditado muito comum: “Quem tem boca, vai à Roma”. Ambos parecem aconselhar que a comunicação, a desenvoltura na expressão, a fala, são estratégicas para se conseguir algo. No segundo, a boca e o corpo são

instrumentos de questionamento, de indagação. Para sair do lugar, não ficar perdido ou chegar até a Roma, é preciso perguntar. A enunciação, aqui, guarda um potencial de abertura para o novo, para um “devir” – entendido por Guattari (1992) como um “foco de diferenciação”.

Já o primeiro ditado, aclamado no meio publicitário, parece se adequar mais a uma lógica mercantilizada da comunicação, ou ainda, a uma lógica mercantilista que se apropria do comunicar. É como se Chacrinha buzinasse aos nossos ouvidos que, para fazer sucesso, para “vender seu peixe” bem, para deixar de sofrer preconceito, fosse preciso, antes de tudo, fazer propaganda, mostrar o que acontece. Aqui, não há muito espaço e tempo para perguntas ou para formas de expressão menos usuais, é necessário afirmar, seduzir, com o intuito de promover ou de transmitir uma identidade.

A finalidade da comunicação não foi desde sempre essa e só se tornou aceitável e corriqueira porque existe um “agenciamento”³ que nos possibilita pensar nesses termos. De forma muito resumida, poderíamos supor que as linhas que compõem esse agenciamento são: no campo político, o ideal democrático que prescreve uma igualdade de todos perante a lei: igualdade que se mantém mais próxima de um postulado do que de um fato. Ainda assim, a esfera pública, “colonizada” (KELLNER, 2001) pelas mídias, seria o lugar legítimo para o debate e disputa de idéias.

No âmbito econômico, sobressai-se a força do Capital como valor absoluto e generalizado de trocas. Daí, a necessidade da publicidade e da informação como elementos centrais para o mercado, seja como mercadorias ou como elementos do processo de produção.

De um ponto de vista científico, ressalta-se uma exaltação da técnica como a chave para a melhoria da condição humana (seja lá o que isso for). Junta-se a esses componentes,

³ Guattari defende que o “agenciamento” é uma noção mais ampla e mais complexa que a de estrutura ou sistema, porque envolve componentes heterogêneos que vão desde dimensões biológicas, sociais e maquínicas, até instâncias afetivas, imaginárias e gnosiológicas (GUATTARI, 2005, p.380). Desse modo, a referência ao termo indica uma complexidade na apreensão dos fenômenos que não devem ser pensados apenas a partir de um quadro circunscrito de determinantes.

uma sociedade na qual o “controle” é cada vez mais contínuo e permanente, como diz Deleuze (1992).

Adiante, cada uma dessas linhas será trabalhada detalhadamente. Inicialmente, basta ressaltar que, nesse “diagrama de forças” (DELEUZE, 2005), a comunicação – seja através da arte (entendida aqui como um recurso)⁴, da explicação ou da informação – se sobressai como uma “nova questão social”, no sentido que Robert Castel (2004) atribui à expressão: a emergência de novas categorias e procedimentos para se pensar os problemas sociais e, assim, definir as populações que carecem de atendimento. Em um contexto social, como o nosso, em que o Terceiro Setor ganha legitimidade como mediador dos problemas sociais, essas novas categorias, como veremos no próximo capítulo, dependem cada vez mais dos mecanismos implementados pelas ONGs para selecionar os grupos e projetos sociais que merecem investimentos por parte do Estado, dos organismos internacionais e privados.

O que nos leva a concluir, então, que as políticas públicas e as lutas que mobilizam um determinado território não são movidas por carências a-históricas, presentes em todo o tempo e em qualquer parte, mas por questões que ganham sentido e são iluminadas dentro de um contexto específico. A comunicação – que se confunde progressivamente com as mídias – participa como uma categoria fundamental para pensar e definir a exclusão em nossos dias. O anúncio a seguir, retirado do informativo eletrônico da “Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS)”, resume bem essa idéia:

Apesar de serem consideradas cenários que não enaltecem a Cidade Maravilhosa, territórios que não receberam a devida atenção e recursos das autoridades, as favelas são uma parte importante e viva do Rio de Janeiro. Ali, as comunidades têm muito a dizer. Para dar voz a essa fatia da população, foi lançada recentemente na Internet a Agência de Notícias da Favela (ANF). O site foi criado para que **o asfalto pudesse escutar o grito**

⁴ George Yúdice (2004) aponta uma tendência, fomentada pelo Terceiro Setor, de instrumentalizar a arte – e os traços culturais de um modo geral – em nome da inclusão social ou do crescimento econômico. Isso só é possível porque, no mundo contemporâneo, existe uma recíproca permeação da dimensão artística-cultural com a economia. Desse modo, a arte passa a ser um “recurso” capaz de atrair investimentos para populações “marginalizadas”, através de projetos culturais; ou ainda, uma estratégia de comunicação entre universos com fronteiras sócio-econômicas.

das comunidades, saber o que elas têm a oferecer, o que os seus moradores pensam, quais os seus principais anseios e reclamações. (Grifo meu)

I. 1 - Conversação civil no ambiente midiático

Podemos observar aí a naturalidade com que se fala em “dar voz às favelas” ou em torná-las visíveis, mostrando o que elas “têm a oferecer”. Estariam os moradores desses espaços urbanos afônicos antes que viessem intervir por eles? Estariam os moradores do “asfalto” cegos antes que a Internet pudesse lhes mostrar uma realidade inapreensível outrora? Claro que não. Henri-Pierre Jeudy sintetiza bem o que se passa nessa lógica de exposição e comunicação, ao dizer que

Nenhuma idéia, nenhum ato, nenhum produto de homens parece poder existir sem passar pela imagem midiática. Todo indivíduo é assim levado a se mostrar e a se vender em imagem de si mesmo. [...] Tal regra se torna impiedosa, pois a ausência de mediatização se impõe como um signo inelutável de morte. Esse jogo entre a consagração e o desaparecimento nunca é ganho; ele institui o ritmo comunitário da exposição de si mesmo como a única virtude da coletividade. (JEUDY, 2001, p.47)

Isso se mostra ainda mais significativa quando lembramos que, na democracia, deixar de ser reconhecido enquanto grupo social significa também uma inexistência política, portanto, uma impotência até para requerer direitos (sobretudo em uma *polis* que se pretende cada vez mais global). Diante dos discursos que afirmam o desgaste da esfera pública argumentativa, peça fundamental da concepção moderna de política, uma vasta bibliografia discute as possibilidades de expansão da democracia inauguradas pelas novas mídias (principalmente Internet) ⁵.

⁵ Por trás dessa convicção de expansão democrática, segundo Gomes (2005), encontram-se os seguintes pressupostos relativos à Internet: ela facilitaria uma participação mais ágil, conveniente e confortável, em tempos de desmobilização e apatia das massas; propiciaria uma relação sem intermediários e sem as limitações impostas pela esfera econômica e pelas indústrias da informação ou entretenimento que controlam grande parte do fluxo comunicacional; permitiria ao cidadão ocupar o lugar não só de consumidor, mas também de produtor da informação, ou seja, o fluxo deixaria de ser unidirecional.

No vazio deixado pelo afrouxamento do pacto democrático, notável pela excessiva dissociação entre esfera de decisão política e “povo”, considera-se a hipótese de que as trocas propiciadas pelo ambiente midiático permitiriam aos cidadãos participar ativamente da esfera pública a ponto de intervir nas questões políticas e sociais. Mais do que isso, a democratização das mídias parece assinalar a possibilidade de romper com as desigualdades ou exclusões sociais por meio da linguagem e da imagem que, nesse cenário, se potencializam como catalizadoras de uma mudança social mais ampla.

O que está por trás dessa sensação de interatividade e dessa aposta em um debate coletivo por meio das mídias, de acordo com Sodré (2005), é uma experiência estésica – fantasia de estar junto por mediação dos dispositivos comunicacionais – que ganha vida em uma esfera pública desgastada, mas maquiada pela ampliação tecnológica (SODRÉ, 2005). Seguindo um raciocínio semelhante, Peter Sloterdijk defende que, diante da progressiva mediatização das relações, a massa já não sente mais sua “natureza pulsante”, distanciando-se progressivamente de um “aguçamento revolucionário” em nome de um individualismo massificante. Segundo ele,

massas que não se reúnem mais efetivamente tendem com o tempo a perder a consciência de sua potência política. Elas não sentem mais como antes sua força de combate, o êxtase de sua confluência e de seu pleno poder de exigir e tomar de assalto, como nos tempos áureos dos ajuntamentos e concentrações. A massa pós-moderna é massa sem potencial, uma soma de microanarquias e solidões que mal se lembra o tempo em que – incitada e conscientizada pelos seus porta-vozes e secretários-gerais – deveria e queria fazer história como coletivo preñado de expressão. (SLOTERDIJK, 2002, p.22)

Uma vez emancipada de seu potencial de reunião, de agregação, os grupos entram em um regime pautado na participação em programas da mídia, onde reina a estesia de um “estar junto” para além da atomização. Agora, nos tornamos massa, segundo o autor, mesmo sem a aglomeração física, como indivíduos mergulhados nos “campos de força da mídia”. Permanece, então, uma massa “estilhaçada e colorida” no lugar da “massa preta clássico-

moderna”, com seu caráter impulsivo e amedrontador. Onde vigorava esse potencial de “descarga”, predomina hoje o entretenimento (SLOTTERDIJK, 2002).

Nesse debate, a idéia de uma “esfera pública virtual” soa como uma mitologia, na qual as contradições e tensões presentes na sociedade são conformadas pela simples interatividade cibernética (SODRÉ, 2002). Apesar de não desconsiderar, como faz Sloterdijk, um horizonte de ação participativa na rede, Sodré alerta que, o modo que ela é tomada tendenciosamente, como substituta natural dos dispositivos clássicos de participação, na democracia representativa, deve ser contestado. Ideal que pode ser observado na intenção da *Agência de Notícias da Favela*:

A proposta é fazer da ANF um canal de mão dupla: a comunidade denuncia e as autoridades respondem às denúncias, apontando como resolver o problema. No site também existe espaço para troca de idéias - no fórum virtual e no bate-papo -, publicação de artigos, apresentação de notícias e banco de empregos, entre outros assuntos. “Para conseguir informações, estamos contando com as associações de moradores que nos passam as notícias e com os moradores das comunidades. No futuro, a idéia é oferecermos um curso de jornalismo comunitário e termos um repórter em cada favela”, diz. Outra proposta importante a ser desenvolvida na página é a de fiscalizar o uso de verbas destinadas às comunidades. “Com uma atualização regular do andamento de obras ou projetos, poderemos fiscalizar o que o poder público faz ou deixa de fazer. As agências internacionais que fazem doações também poderão acompanhar a aplicação de seus recursos”, conclui André. (19/01/2001)

Essa apreensão do conceito de “resposta”, de acordo com Sodré, é limitada, pois compreende apenas o aspecto técnico da palavra, esvaziando-a da dimensão  tica da responsabilidade. Ou melhor,

supõe-se aí que ser interativo é primeiro ser automaticamente comunitário e depois racionalmente reflexivo pela transparência absoluta – o acesso supostamente democrático e ilimitado – da informação. A  tica aqui prescinde de qualquer formulação (com exceção, claro, da observância dos bons costumes e da moralidade social e juridicamente vigiados): ela já se dá como imanente na conexão ou na comutação cibernética, na comunicatividade pura e simples (SODRÉ, 2002, p.203).

Seria mais apropriado dizer, então, que a interatividade midiaticizada repercute “valores puramente s gnicos, virtuais, sem força de transformação do real-histórico” (SODRÉ, 2002, p.210). A idéia de “conversação civil” (GOMES, 2005), portanto, aproxima-se mais das novas

formas de participação da sociedade, do que os discursos que defendem uma reativação da esfera pública. Isto porque, como defende Gomes, os debates abertos e plurais possibilitados pela Internet dificilmente produzem algum efeito na produção de decisão política, ou seja, não são deliberativos. E mesmo se pensarmos simplesmente na esfera argumentativa, esse tipo de “democracia confortável” continua restrita e, na maioria das vezes, irrelevante, já que não garante uma participação de fato igualitária, representativa e efetiva. Como enfatiza o autor, “na Internet ou ‘fora’ dela, livre opinar é só opinar” (GOMES, 2005, p.9). Mas o que legitimaria, então, essa sensação de interatividade e esse potencial de transformação social que tanto postulam para as mídias, principalmente a Internet?

I. 2 - Modos de ver, sentir e agir

Para dar conta de toda a complexidade dessa reflexão parece possível argumentar, a partir de Rancière, que a naturalização do discurso de ampliação do espaço democrático pelos dispositivos eletrônicos comunicacionais é autorizada por uma “partilha do sensível”.

A idéia de um “sensível” que permeia os modos de ver, sentir e agir de um determinado contexto sócio-cultural nos interessa por iluminar precisamente a existência de um “comum” e as formas de sua visibilidade. Nas palavras de Rancière, uma repartição de “espaços, tempos e tipos de atividades que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha” (RANCIÈRE, 2005, p.15).

A “ocupação”, ou lugar que um sujeito assume na sociedade, define competências ou não para o comum e prescreve sua visibilidade ou não nesse espaço. Assim, diz Rancière, na base da política reside uma estética⁶, ou melhor, “a política e a arte, tanto quanto os saberes,

⁶ O autor utiliza o termo “estética” no sentido kantiano de um sistema de formas *a priori* que determina o que se dá a sentir.

constroem “ficções”, isto é, rearranjos materiais dos signos e das imagens, das relações entre o que se vê e o que se diz, entre o que se faz e o que se pode fazer” (RANCIÈRE, 2005, p.59). Elas fazem efeitos no real e reconfiguram o mapa do sensível.

O que parece fundamental, nessa discussão, para pensar as estratégias comunicacionais da favela é a idéia de que os enunciados são atravessados por “formas *a priori*”⁷, que reafirmam e retrabalham o sensível. Guattari ajuda a compreender essa dimensão ao elaborar a idéia de “universos incorporais”: “dimensões a-significantes” que escapam “às axiomáticas propriamente lingüísticas” (GUATTARI, 1992, p.14) e interferem, por exemplo, na nossa percepção estética – a forma como distinguimos o belo e o feio, as experiências agradáveis ou não, as fronteiras entre o possível e o inimaginável etc. Esses universos não-discursivos põem em jogo outros “sistemas de valorização”, hipercomplexos, que escapam a uma apreensão centrada apenas na discursividade linear.

Desse modo, ao sugerir a participação de todos na construção e debates de propostas, através do diálogo acessível e potencializado pelas mídias, não só um discurso político vem à tona, mas uma confiança na neutralidade da técnica. Essa partilha do sensível desfaz as barreiras entre os que podem ou não participar da “*polis*”, por meio de um discurso generalizado da rede digital como espaço democrático, sem limitações e, no mesmo movimento, reconstrói novas repartições entre aqueles que tem ou não competência para esse comum. Essa dinâmica pode ser observada na seguinte passagem extraída de uma entrevista realizada, durante o trabalho de campo, com Ruth, moradora do Borel e uma das fundadoras do grupo *Condutores de Memória*. Diz ela:

⁷ O uso da expressão “formas *a priori*”, como entendo aqui, nada tem a ver com uma concepção filosófica que busca uma essência para os padrões estéticos ou existenciais do ser humano. A idéia de formas compartilhadas socialmente torna-se interessante quando pensadas como um arranjo sempre em desequilíbrio. No caso da Internet e das mídias de um modo geral, podemos perceber como é aceitável, sem maiores problematizações, o discurso de que a democratização do acesso a elas implica necessariamente uma inclusão social ou uma ampliação das esferas de decisão e intervenção públicas. Nesse sentido, a noção de “formas *a priori*” aproxima-se mais da idéia de formas cristalizadas socialmente e a partir das quais pensamos o estatuto da técnica em um espaço comum.

Porque, eu tenho que falar, tem essa mídia negativa, ruim, mas tem a mídia legal que é tipo a Internet. O Viva Rio [referindo-se ao site “Favela Tem Memória”] a gente tem que agradecer muito porque colocou a gente na mídia. Foi lá e fez um trabalho maravilhoso e a gente começou a ser reconhecido assim. Todo mundo começou a conhecer. (Ruth, 2005. Excerto trabalho de campo)

Ora, essa confiança e sensação de neutralidade mobilizada em torno da interação cibernética deriva de uma espécie de sensível que orienta a naturalização da técnica como meio possível de dar voz a “qualquer um”. Essa idéia fica clara a partir da afirmação de Rancière de que “para que as artes mecânicas possam dar visibilidade às massas ou, antes, ao indivíduo anônimo, precisam primeiro ser reconhecidas como artes. Isto é, devem primeiro ser praticadas e reconhecidas como outra coisa, e não como técnicas de reprodução e difusão” (RANCIÈRE, 2005, p.46).

Assim também parece proceder a ocupação dos dispositivos midiáticos, entendidos aqui como espaços que não guardam uma funcionalidade unívoca, mas que se atualizam de acordo com o agenciamento no qual se inscrevem: “a produção maquínica de subjetividade pode trabalhar tanto para o melhor quanto para o pior” (GUATTARI, 1992, p.15). O “pior”, aqui, refere-se à *mass*-mídiação que implica serialização e redundância, em vez de abertura para a singularização.

Para que as mídias se invistam de um potencial de inclusão é preciso que exista um terreno propício que, antes de tudo, as considere um novo problema social, exatamente porque não funcionam, entre nós, como meras tecnologias da informação, mas como novos espaços de sociabilidade aos quais confiamos força suficiente para instaurar mudanças efetivas no que conhecemos por real. Daí o seu caráter político, afinal, elas não se comportam como pura mimesis de uma realidade já dada *a priori*.

I. 3 - A favela como “outro”: preconceitos midiáticos

Essa dimensão sensível, não-linguística, ou ainda, afetiva das mídias, que tentei esboçar brevemente, se conjuga a “repertórios de representação” (HALL, 1997) que se atualizam nos enunciados.

No caso das favelas, um “repertório de representação” dominante é constantemente reafirmado para os seus moradores. O papel das mídias é crucial nesse processo: ao tecer suas narrativas sobre o dia-a-dia da “cidade maravilhosa”, ela desenha “outros” essenciais para entender o mal-estar de uma classe média cada vez mais protegida por sistemas de segurança e ávida por reforço policial. A favela surge, facilmente, como uma alteridade. E o que parece aumentar o incômodo: geograficamente próxima demais do espaço dos “turistas”. O que fica claro na seguinte matéria da Revista Veja:

É mais fácil e mais barato urbanizar do que remover. Mas há situações em que a remoção pode e deve ser feita – quando as favelas estão em áreas de risco ou quando sua presença na paisagem tem impacto econômico negativo, como no caso do Rio [...] A experiência mostra que, quando o Estado não ocupa o espaço, a desordem e em seguida, o banditismo fazem esse trabalho. Primeiro aparecem as construções irregulares e, em pouco tempo, os traficantes de drogas. (FRANÇA; SOARES, 2005)

É tendencial, nos meios de comunicação brasileiros, esse tipo de abordagem que objetifica as favelas, colocando-as como um aspecto negativo para o turismo do Rio de Janeiro, um espaço à parte que não honra as belezas e riquezas da Zona Sul; o que legitima a síndrome da “cidade partida”. Claro que o jornalismo e as mídias em geral pautam de outras formas a imagem da favela: as escolas de samba, as raízes do próprio samba, o assistencialismo das ONGs são assuntos recorrentes na construção do imaginário sobre esses territórios.

O que parece um simples paradoxo, no entanto, esconde uma rede mais complexa de representação. Nesse universo o que predomina mesmo, na perspectiva de Stuart Hall (1997), é a ambivalência, que orienta um jogo constante entre dois pólos inseparáveis: o fetichismo e a estigmatização, marcados sempre, por um reducionismo, uma essencialização e uma

naturalização do “outro” (HALL, 1997). Na base desse binarismo, sustenta o autor, reside a tentativa de fixar a significação da alteridade a partir de uma série de diferenças supostamente inerentes a aquela pessoa ou grupo (no caso dos negros, por exemplo, a cor da pele é utilizada para atribuir características psicológicas e sociais para essa suposta “raça”). Existe, portanto, uma estratégia de poder encaixada nesse processo e responsável subliminarmente por naturalizar verdades onde só há construções, pontos de vista.

Embora seja muito importante para entender o repertório de representação que recai sobre os moradores de favelas, essa abordagem de Hall perde muito ao limitar esse processo a uma “ambivalência”. Em uma perspectiva mais polifônica, podemos perceber que a tentativa de “redundar”⁸ a significação em “palavras de ordem” depende de elementos circunstanciais mais complexos que não se reduzem simplesmente a dois pólos, afinal, uma sociedade é perpassada por regimes de signos heterogêneos. Apesar dessa variação, existe um esforço ininterrupto para barrar a dinâmica da linguagem reduzindo-a a “constantes e relações constantes” (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

A favela não escapa a esse controle. Pelo contrário, parece surgir como alteridade exatamente no rastro desse jogo. Note-se, por exemplo, a observação de Lícia Valladares (2000) sobre a construção histórica e social da “favela” como categoria para designar esses espaços urbanos, originalmente marcados pela precariedade econômica e localizados em encostas de morros com ocupações irregulares e/ou ilegais. A origem dessa representação consensual se dá no interior de uma preocupação da elite nacional e da intelectualidade carioca com a beleza e saúde da cidade do Rio de Janeiro (VALLADARES, 2000). Antes

⁸ Eliana Pougy (2006) ajuda a entender a idéia de “redundância” ao situá-la no campo das teorias da comunicação, onde o conceito indica o coeficiente decodificável do ato comunicacional, ou seja, um grau de entendimento entre os sujeitos/grupos implicados. Assim, “quanto mais redundante for uma mensagem, mais ela se torna presente num determinado sistema ou agenciamento, mais ela se torna palavra de ordem, mais a mensagem se torna controladora, mesmo que ela seja entendida como uma mensagem que não possui um emissor original, mas vários, vindos de uma longa cadeia de emissores no tempo e no espaço” (POUGY, 2006, p.4). Por isso, diz a autora, a comunicação não estabelece relação com a arte: enquanto a intenção do ato comunicacional é redundar, formando opinião e fixando os sentidos, a obra de arte altera os agenciamentos, sem pretender controlá-los, nem mantê-los como estão.

mesmo de ser apropriada pela imprensa de forma substantiva – início do século XX – e pelos próprios moradores, a palavra surge estabelecendo uma identidade entre as aglomerações pobres e generalizando seus problemas.

Essas características homogeneizadas e fixadas para as favelas (pobreza, falta de equipamentos públicos, ilegalidade, exclusão), como defende Valladares, funcionam como “dogmas” que devem ser relativizados, pois dificultam a compreensão das dinâmicas que compõem esses espaços urbanos, além de justificarem a absurda cisão entre favela e asfalto.

Em suma, o que todos afirmam é a forte identidade desses espaços urbanos, marcados não apenas por uma geografia própria, mas também pelo estatuto de ilegalidade da ocupação do solo, pela obstinação de seus moradores em permanecer na favela (conforme ilustra a música *Opinião*, de Zé Kéti, popularizada por Nara Leão) e por um modo de vida cotidiano diferente, capaz de garantir a sua identidade. [...] Assim, a favela condicionaria o comportamento de seus habitantes, em uma reativação do postulado higienista ou ecologista da determinação do comportamento humano pelo meio. (VALLADARES, 2005, p.150)

A vinculação entre favela e criminalidade, com conseqüente alusão ao favelado como potencialmente perigoso parece relacionada a essa mesma lógica de essencialização do espaço (vinculado, claro, a uma série de outros preconceitos) como produtor natural de identidades. O que está em jogo aqui é a idéia de que o estereótipo, ao operar reduzindo o sujeito/grupo a uma série de características simples, fixadas “por natureza”, é um elemento central para o exercício da violência simbólica presente em todo processo de exclusão (HALL, 1997). Como sublinha o *Observatório das Favelas*,

Tornou-se comum inferir que qualquer jovem das favelas estaria em atividades criminosas se não estivesse em um movimento de cultura, de educação ou atividades similares. Como se não buscassem, através de suas próprias iniciativas, outras formas de inserir-se no mercado de trabalho e como se a única rede social da favela fosse a constituída pelo tráfico. Ora, as crianças, os adolescentes e os jovens das favelas têm um contato maior com o tráfico de drogas que os moradores dos bairros, em geral. Mas quando se depreende que, em função disso, eles são potencialmente criminosos o que se revela é uma visão economicista, reducionista e preconceituosa em relação a eles. Basta considerar o universo total da população das comunidades populares e o ínfimo percentual de participação nas atividades do tráfico de drogas para se reconhecer o limite desse juízo. (OBSERVATÓRIO DAS FAVELAS, 2006)

A partir da referência entre favela e a idéia de fator de risco, reforçam-se as barreiras simbólicas existentes entre morro e asfalto, como mostra, de forma pertinente, o estudo de Vaz *et all* (2005) sobre a imagem da favela nos noticiários de crime. O medo da criminalidade aponta, por um lado, para problemas como o acirramento da polarização social e espacial das cidades e, por outro, para particularidades específicas na construção de alteridades.

Como trabalha a mídia nesse processo? De acordo com os autores, a partir da vinculação entre o termo favela e os termos violência, tráfico, drogas, cria-se uma “super-representação” desse território enquanto lugar de criminosos e de onde provém toda a sorte de violência que assusta a cidade. No mesmo movimento, assiste-se a uma “sub-representação” do favelado como vítima, ou porque só a classe média tem direito a reivindicar esse título, ou porque o sofrimento dos moradores de favela não interessa.

O mais problemático na cobertura é a sistemática descontextualização dos acontecimentos narrados: ao silenciar sobre os efeitos da criminalidade violenta que incide de modo mais direto sobre o cotidiano de um milhão de cidadãos residentes em favelas, o jornal generaliza a condição de vítima a partir de um universo restrito de cidadãos de classe média que têm a possibilidade de mudar seus hábitos de vida e de demandar proteção policial para reduzir seus riscos de vitimização (VAZ *et all*, 2005, p.13).

Assim, a identidade socialmente difundida do “ser-favelado” aflora lado-a-lado com a tendência da mídia a colocar o público como “vítima virtual” da criminalidade proveniente dos morros ou localizada neles, o que reforça o preconceito contra a maior parte dos moradores que não está envolvida no tráfico/violência, mas é caracterizada como fator de risco (VAZ *et all*, 2005).

A força dessa representação pode ser sentida concretamente na vivência dos moradores de favela, seja na dificuldade de conseguir emprego, seja na violência ou desconfiança policial. Não é a toa que muitos deles nas enunciações cotidianas só se referem a ela como comunidade ou morro – termos supostamente menos pejorativos. Na verdade, de acordo com os interesses em jogo, a palavra “favela” é descartada e renascem outras

denominações, marcando da mesma forma a especificidade desse espaço urbano. Não há como deixar de pensar, aqui, na idéia de Bakhtin de que o signo é um “fragmento material da realidade” e produz efeitos objetivos no mundo exterior. Diz ele,

Separando os fenômenos ideológicos da consciência individual nós os ligamos às condições e às formas da comunicação social. A existência do signo nada mais é do que a materialização dessa comunicação. É nisso que consiste a natureza de todos os signos ideológicos. Mas esse aspecto semiótico e esse papel contínuo da comunicação social como fator condicionante não aparecem em nenhum lugar de maneira mais clara e completa do que na linguagem [...] A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social. (BAKHTIN, 2004, p.36)

Essa captura da palavra pelo “signo ideológico” pode ser sentida, também, em outras maneiras encontradas pelos moradores das favelas para driblar a carga simbólica estigmatizante que os afetam. Uma delas é omitir o verdadeiro lugar de moradia. Estratégia corrente, por exemplo, entre alguns moradores do Borel que, em determinadas situações, resumem o endereço de qualquer um do morro a “Rua São Miguel, 500 – Tijuca”, como forma de fugir do estereótipo de “ser-favelado”.

A gente fala muito do porquê da palavra favela, da história de surgimento da palavra. As pessoas não tem noção, porque favela não tem nada a ver. É uma planta, ainda é o diminutivo de fava, não tem nada a ver com palavra ruim, é só coisa boa. Mas, já ficou com o estigma, já ficou com o estereótipo da palavra. Então, o jovem de hoje não aceita ser de favela. Mesmo a gente colocando isso eles preferem comunidade. Tudo bem. A comunidade quem inventou foi até o poder público, no final da década de 70. Porque eles queriam chegar politicamente. Ainda falei para eles: sabe o que quer dizer comunidade? São as pessoas que a gente vive, pessoas que vivem perto mais ou menos. Nem sempre fazendo as mesmas coisas, né? Mais ou menos que tem o mesmo pensamento. Então, é a comunidade. Eles fizeram até isso por causa disso, né? Mas eu acho que não, de todo jeito é favela, mas aí as pessoas não aceitam falar isso. Tem pessoas até que dizem: comunidade não, eu moro num condomínio. Moro no condomínio Borel. (Ruth, 2005. Conversa informal)

Se essa omissão ou negação, em alguns momentos, resolve um problema pontual, ela acaba contribuindo, em outro nível, para a reprodução dos valores difundidos socialmente e reforçados pelos discursos midiáticos – muito “apressados” para refletir sobre essas representações estagnadas. Na verdade, são tantos os “dogmas” que gravitam em torno da

questão da favela carioca, que fica difícil saber, em muitos momentos, a quem eles estão servindo: ao capital, ao terceiro setor, ao governo, aos pesquisadores, ou então, aos próprios moradores...

E justamente por esse ser um terreno instável, marcado implacavelmente pelas artimanhas da “sociedade do controle”, que torna-se complexa a compreensão dos meios de comunicação alternativos desenvolvidos pelos moradores de favelas, visto que esses, muitas vezes, parecem mais reafirmar do que ultrapassar a “síndrome da cidade partida”. Quando a *Central Única das Favelas* se levanta e diz que “a favela é um personagem que deve falar por si e participar do diálogo cultural, político e social com outros grupos”, não estaria reforçando uma identidade, a partir de outros dispositivos de exclusão e diferenciação? Esse problema nos leva a refletir sobre os obstáculos que controlam as enunciações, ou melhor, sobre as coerções “invisíveis” que modelam os discursos, mesmo quando as barreiras explicitamente impostas ao comunicar se esvaem.

I. 4 Anexação pelo controle

Os regimes ditatoriais soam um tanto anacrônico em sociedades institucionalmente democráticas, em que os discursos parecem fluir livremente, sem constrangimentos ou retaliações. As proibições ajustam-se mais à disciplina – imagem desenhada por Foucault para caracterizar um determinado conjunto de práticas sociais marcado pelo confinamento e pela correção. Nesse universo, o indivíduo não cessa de ser moldado de acordo com as instituições que o enquadram: da família à escola, ao exército, da indústria ao sindicato, do hospital à prisão, cada uma delas com suas próprias regras de assujeitamento.

Deleuze (1992), em sua leitura sobre a passagem da “disciplina” para o “controle”, indica que o auge das sociedades disciplinares ocorre entre o século XVIII e o início do

século XX. O ponto de referência que marca a crise desse regime em favor desse novo mecanismo de dominação é a Segunda Grande Guerra Mundial. Os meios de confinamento, que operavam através de espaços fechados e pela ordenação do tempo, perdem progressivamente lugar para um “controle ao ar livre”.

Não há exatamente uma ruptura, mas um processo lento e contingencial de emergência de novas formas de sujeições, entendidas não mais como “moldes”, mas como “modulações”: espécie de “moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante” ou de “peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro” (DELEUZE, 1992, p.221). Esses estados “metaestáveis”, para citar mais uma expressão de Deleuze, garantem uma possível coexistência entre esses dois regimes.

Na “sociedade de controle”, liberdade parece ser o único ditame a seguir. Se antes o poder ocupava-se com atitudes proibitivas, agora ele parece apenas proporcionar, trazer vantagens (CAIAFA, 2005). Uma estratégia de dominação mais sutil, imperceptível e “ondulatória”, onde figura o que Deleuze chama de “empresa” – forma de controle contínuo, ilimitado e essencialmente dispersivo. O que passa apenas por liberação, alerta o autor, esconde mais uma mutação do capitalismo, talvez ainda mais perverso do que nas disciplinas, porque menos visível, menos simples de ser nomeado. Parece ser essa a preocupação de Janice Caiafa, ao sugerir que a “empresa” funciona como um princípio operatório que

Introduz o horizonte da rentabilidade financeira em todas as atividades, que transforma fruição – de uma obra de arte, de um alimento, de uma pessoa – em consumo, rebatendo todas as produções humanas sobre um mesmo plano raso onde elas se equivalem. [...] Não se passa mais da família à escola, da escola ao exército ou à fábrica – esses meios de confinamento com seus regimes específicos – precisamente porque nos assujeitamos por essa forma que predomina por toda parte e desde o início [...] A empresa como princípio operatório e estratégia de dominação, é quase transparente; ela tudo faz para coincidir com a condição humana. (CAIAFA, 2002, p.30)

E o consumo – seja de bens materiais ou simbólicos (informação, conhecimento, aperfeiçoamento contínuo) – emerge como via de inclusão, re-significando as formas de

exclusão social. Essa identificação entre consumo e pertencimento, no mesmo golpe, desarticula as resistências e as encaixa na pluralidade e nas brechas da “axiomática capitalista”⁹. Parece não existir regra estanque, desde que submetida à lógica do capital. No rastro desse princípio, surgem lemas tão recorrentes, como “responsabilidade social”, “desenvolvimento sustentável”, “multiculturalismo”, dentre tantos outros que, esvaziados de qualquer motivação ética efetiva com a violência da desigualdade (não só entre seres humanos, mas entre eles e a natureza), só reafirmam a capacidade do sistema de vestir novas roupagens, de acordo com a moda do dia.

Assim, antigas lutas – como aquelas do movimento negro, dos homossexuais, dos ecologistas, só para citar alguns – são absorvidas pelo discurso da diversidade consumista e se transformam em estilos de vida adquiríveis ou são neutralizadas pelos projetos sociais geridos por organizações não-governamentais. Se para os militantes de outrora, tal adaptação pode contribuir para vencer o preconceito ou fortalecer a “causa”, em outro nível, parece acirrar ainda mais o racha entre os “incluídos” pelo consumo e os “excluídos” por falta de fichas (monetárias) suficientes para participar do jogo. No fim, o que de fato muda, ou se vende, não é o respeito à diferença e, sim, fatias de mercado muito rentáveis ao mundo do capital, que acabam por reforçar as desigualdades.

Produz-se “desejo” e “subjetividade”, nesse processo, o que torna mais corriqueiro o anseio por fazer parte do jogo, mesmo que seja ao custo de um endividamento crescente. A “figura da dívida” se sobressai, como assinala Caiafa (2005, p.30), porque, ao rebater “todas as produções humanas sobre um mesmo plano raso onde elas se equivalem”, o capital hipoteca uma infinidade de pessoas, países inteiros mergulhados em um mesmo e aparentemente único sistema de valorização.

⁹ Janice Caiafa, inspirada na obra de Guattari, sugere que o capitalismo contemporâneo se mantém através de axiomas cada vez mais planetarizados, que, em sintonia com a “sociedade de controle”, dispensam a imposição e a vigilância, “posto que se diluíram como uma névoa pelos caminhos mais tênues da aceitação e da sedução, permeando assim o tecido social, alcançando um lugar de desejo em nossa subjetividade e portanto em nossa vida” (CAIAFA, 2002, p.29).

Enfatiza-se, nessa abordagem, a idéia de que o poder opera de forma positiva e criadora, e não como uma mera força de opressão dirigida por uma classe ou grupo dominante. O que Foucault procura defender com essa abordagem é a característica fundamentalmente relacional e “heteromorfa” do poder, como uma série de enfrentamentos dispersos por todo o tecido social, mas contornáveis. Relações de poder que produzem realidade numa luta perpétua e multiforme com as formas de resistência: “o poder daquele que domina tenta se manter com mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência” (FOUCAULT, 2003b, p.232).

De acordo com essa lógica que o controle do capital parece vigorar: por trás do discurso de liberação, de fluidez, existem cristalizações sem as quais o sistema perde sua eficácia. Uma rigidez fatal – o “nexo dinheiro” – escondida na aparente liberdade dos agentes, como analisa Bauman (2001). Guattari aprofunda essa idéia, ao sublinhar que

O Capital esmaga sob sua bota todos os outros modos de valorização. O Significante faz calar as virtualidades infinitas das línguas menores e das expressões parciais. O Ser é como um aprisionamento que nos torna cegos e insensíveis à riqueza e à multivalência dos Universos de valor que, entretanto, proliferam sobre os nossos olhos. (GUATTARI, 1992, p.42)

A naturalização desses princípios (Capital, Significante e Ser) se não emudece todas as vozes e se não obsta todos os fluxos, parece ao menos desarmar as diferenças e torná-las nada ameaçadoras. Inócuos, seus discursos (e aqui me reporto claramente àqueles dos grupos ditos marginalizados, em especial, das favelas), na maioria das vezes, passam apenas a compor o barulho orquestrado pela mídia, em que dificilmente consegue-se distinguir o que é trivial ou mercadológico, do que é disputa por significação ou abertura para a criação. Entretanto, longe de enquadrar as iniciativas aqui exemplificadas em um dos pólos desse binarismo, o que interessa é notar que “no horizonte dessas lutas, sempre está a possibilidade de realizar a axiomática capitalista ou de criar oportunidades de intervenção” (CAIAFA, 2002, p.38).

I. 5 - Discurso: ordem e devir

O que parece essencial aí é perceber a potência do capital como uma variante que toca a produção de enunciados, se não capturando-os, pelo menos deslocando seu fluxo. Entretanto, existem outras interdições menos visíveis aos discursos que, anterior a esse imperativo do mercado ou em consonância com ele, parecem definir ou selecionar a fala autorizada. É o que defende Foucault, ao alertar que

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2005, p.9)

Trata-se de uma complexa trama entre o poder e o saber, que se cruzam, se reforçam, se complementam, dando forma a “procedimentos de exclusão” que legitimam linhas distintas de separação entre o que pode ou não ser dito, em quais circunstâncias e por quem. Dentre esses procedimentos, Foucault (2005) isola três – a “palavra proibida”, a “vontade de verdade” e a “segregação da loucura” – como centrais. Por mais que tais princípios estejam cada vez mais velados nas sociedades de controle, é preciso tentar nomeá-los a fim de reconhecer os novos dispositivos através dos quais o discurso é enquadrado.

Na tentativa de apreender essa rarefação e ciente da complexidade de fatores que compõem esse sistema de modelização – que é histórico – é preciso levar em consideração esses procedimentos de exclusão apontados por Foucault, que podem nos servir de instrumento teórico-metodológico para pensar as formas de regularidade e coerção que modelam os discursos dos moradores de favela veiculados em meios de comunicação alternativos. Quando um lugar de fala é dado para (ou conquistado por) esse grupo – no caso, no espaço midiático – quais são os possíveis “efeitos de verdade” e de dominação que estão em jogo?

Ao refletir sobre iniciativas como os projetos sociais voltados para a comunicação, é preciso levar em conta que as vozes das favelas já se levantam reivindicando uma verdade para seus discursos, em contraponto às representações reproduzidas pelos meios de comunicação de massa. A estratégia de sempre assinalar a diferença – com esse olhar “de fora” – parece necessária para garantir a legitimidade dessa fala marginalizada. É o que fica claro nas palavras da jornalista e editora responsável pelo portal *Viva Favela*, Cristiane Ramalho:

O que a gente tem tentado fazer com o Viva Favela é produzir um novo olhar a partir da própria comunidade, de forma a dar como retorno para a própria favela as notícias de seu interesse, de forma a mostrar a riqueza do cotidiano dessa comunidade – o que a mídia tradicional não consegue fazer normalmente. (RAMALHO, 2004, p.76)

Por trás da generosidade do sentido dessa proposta, existem poderes que cerceiam esse “olhar de dentro” das favelas e até mesmo o que é de interesse para seus moradores, controlando a aparição aleatória dessas enunciações. Para entrarmos no verdadeiro é preciso obedecer a uma polícia discursiva reativada a cada discurso, enfatiza Foucault (2005). A “vontade de verdade” é um de seus mais fortes instrumentos, por estar exercendo uma espécie de pressão contínua e incontornável sobre os enunciados. Contudo, é ela que menos se sente e de que menos se fala,

Como se para nós a vontade de verdade e suas peripécias fossem mascaradas pela própria verdade em seu desenrolar necessário. [...] O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la. Assim, só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. (FOUCAULT, 2005, p.20)

Esses efeitos de verdade, sustentados por todo um conjunto de instituições, não produzem realidade sem antes se filiarem ao jogo do saber e poder. A motivação de contar o que realmente ocorre nas favelas, “para além do óbvio, para além do que sempre se contou, para além do estigma, do clichê” (RAMALHO, 2004, p.77), então, parece atravessada por

uma vontade de verdade muito própria a nosso tempo. Se a legitimidade do jornalismo tradicional é construída tendenciosamente pelos imperativos da objetividade, apuração e imparcialidade, nesse viés alternativo, a carga de mais real é garantida pela implicação dos agentes no cotidiano enfocado: são os próprios moradores das favelas que atuam como “correspondentes comunitários”.

Ora, se nesse campo de forças fica evidente uma luta pelo discurso e por significação, a “autêntica” voz da favela não se esquivava, também, de uma boa dose de violência simbólica, que em um nível mais abstrato é compartilhada com a mídia tradicional. Por um lado, costuma-se esquecer da operação de poder que está por trás da unidade atribuída à multiplicidade de grupos, temáticas, enfim, realidades da favela. E mais uma vez universaliza-se um olhar, agora deslocado para dentro da experiência. Ou melhor, um olhar lançado por aqueles que vivenciam o dia-a-dia da favela e não mais por um “outro”.

Por outro lado, justamente quando essa pretensão é desconsiderada e se admite uma pluralidade de perspectivas, a “vontade de verdade” parece pressionar de forma ainda mais insidiosa a construção de discursos. Fica mais difícil encará-la em enunciações supostamente neutras, o *Favela tem memória* nos dá um bom exemplo. A equipe do *site* deixa claro, logo na apresentação, que não pretende resgatar uma única “verdade dos fatos”, “queremos conhecer lembranças, sentimentos, experiências pessoais e familiares, recolher relatos de acontecimentos marcantes com suas diferentes interpretações” (FAVELA TEM MEMÓRIA, 2005). Para tanto, selecionam correspondentes comunitários com experiência na área de comunicação em suas comunidades.

Estamos desenvolvendo uma metodologia de trabalho cujo desafio é aliar o conhecimento que os correspondentes têm de suas comunidades, o aprendizado de certas técnicas antropológicas de coleta de informações e requisitos da comunicação jornalística. (FAVELA TEM MEMÓRIA, 2005)

Como não ver aqui um mesmo desejo de contar uma verdade, mesmo que ela seja múltipla, que perpassa também a mídia tradicional, as ciências e as formas jurídicas? Foucault

descreve com maestria a emergência do sujeito supostamente neutro da produção científica, como uma construção histórica que resvala do âmbito da ciência para afetar outros campos discursivos, como o literário, por exemplo. O autor sugere que foi necessária “toda uma rede de instituições, de práticas, para chegar ao que constitui essa espécie de ponto ideal, de lugar, a partir do qual os homens deveriam pousar sobre o mundo um olhar de pura observação” (FOUCAULT, 2003a, p.138). Sendo assim, parece necessário e possível desnaturalizar, também, a idéia de que simplesmente por estarem inseridos no contexto de que falam ou criam uma imagem, as pessoas contariam a verdade do lugar.

A própria evocação dos saberes científico e jornalístico se destacam como instrumentos legítimos de captura da verdade e, portanto, de poder. O modo como esse conhecimento é produzido, a partir da interface entre saber/poder, não cessa de construir a própria realidade, fixando suas fronteiras (FOUCAULT, 2005). Temos um bom exemplo de “rarefação” (FOUCAULT, 2005) dos sujeitos aptos a falar, balizada por essa “vontade de verdade”, no *site* do *Observatório das Favelas*, que é coordenado por “moradores ou ex-moradores da periferia do Rio de Janeiro que atingiram uma formação universitária e conseguiram preservar seus vínculos e identidades com o território de origem” (OBSERVATÓRIO DAS FAVELAS, 2005).

O assujeitamento do discurso opera sem maiores problematizações: chega a parecer óbvio que o nível de escolaridade, aqui e o domínio de um conjunto de técnicas científicas, no caso dos correspondentes comunitários, situam esses sujeitos em uma posição mais confortável para contar ou extrair uma verdade das favelas. Contudo, um complexo jogo de coerção – controlado pela “vontade de verdade”, pela “segregação da loucura” e pela “palavra proibida” – orienta a construção desses discursos. E todo o resto que não se encaixa nesse sistema é varrido para longe: de loucos a traficantes.

É interessante perceber, também, que a disputa pela fala que emerge no seio dessa “vontade de verdade”, afasta-se de um viés marxista que predominou durante um determinado período histórico como única forma possível de luta. Claro que o marxismo não foi desconsiderado por completo, mas perde cada vez mais espaço para outras formas de conceber mudanças sociais (que surgem também no campo acadêmico-científico e são reapropriadas por outras instituições, como as ONGs, as empresas, por exemplo).

I. 6 - Discurso como estratégia: a “comunidade” fala

Se para os marxistas, a imprensa e os meios de comunicação de forma geral exercem o papel claro de divulgar as lutas e conscientizar uma classe/grupo da dominação ideológica que os oprime, essa função não faz tanto sentido diante desses novos veículos “alternativos”, cuja preocupação central parece não passar mais pela opressão econômica que atinge as comunidades pobres, mas pela imagem que vigora sobre a pobreza.

A questão, aqui, não é defender uma suposta postura marxista, contra um viés, digamos, multiculturalista, mas observar um possível deslocamento da idéia de uma classe que precisa ser conscientizada, para a de um grupo estigmatizado que precisa dar a ver a sua realidade, como forma de combate à exclusão. Essa diferença nos objetivos pode ser sentida ao ler antigos jornais ou folhetos desenvolvidos por moradores de favelas. Um exemplo disso é a *Folha do Borel*, veiculada na década de 80, que escreve em seu editorial:

A FOLHA DO BOREL neste número insiste nos apelos da comunidade (o que vem fazendo desde o primeiro). Passam as festas, chega o carnaval, e o que acontece? Não temos carne no mercado e, sim filas. Precisou algumas empresas de ônibus fazerem greve para terem seu aumento. [...] É preciso refletir sobre isso tudo, pensar bastante. Acreditamos que só tem uma solução: enquanto não lutarmos unidos contra esses problemas e por uma verdadeira associação [*de moradores*], nunca conseguiremos resolvê-los. Esperamos que todos deixem de comodismo para participar da reivindicação por melhores condições de vida numa localidade como essa. (FOLHA DO BOREL, s/d)

Esse tipo de discurso inflamado e militante soaria anacrônico, hoje, nos veículos de comunicação organizados por moradores de favelas; nem é esse o objetivo da maioria deles, visto que muitos se aproximam de uma perspectiva factual para pautar os problemas, ou simplesmente, os acontecimentos da “comunidade” e, desse modo, contribuir para uma melhoria do local. Aposta que fica evidente, por exemplo, no jornal *Jovens em Ação*, que tem como objetivo ampliar as oportunidades dos moradores do Complexo da Maré, zona norte do Rio de Janeiro.

Para tentar mudar esta situação alguns adolescentes se dispuseram a ajudar a comunidade onde moram, através do *Jovens em Ação*: “O jornal se transformou em veículo de comunicação, o que não existia em Maricó. É uma publicação que mostra as coisas que estão acontecendo aqui. Outro ponto importante é que os jovens estão tendo seu espaço. Nós influenciemos os outros moradores com as matérias que estamos produzindo”, conta Daniele Alves, 15 anos, moradora da comunidade desde que nasceu e colaboradora do informativo há dois anos. [...] E são estas coisas concretas que estão motivando os jovens. Para Ana [jornalista que coordena o projeto], depois que entram para o grupo do jornal, eles passam a pensar no futuro, em um retorno profissional e pessoal. (VIVA FAVELA, 2006)

Nesse caso, ao contrário do exemplo da *Folha do Borel*, o jornal funciona não apenas como veículo de comunicação, mas como instância capaz de desencadear um “território existencial” (GUATTARI, 1992) tanto para os jovens envolvidos quanto para o público ao qual se dirigem. Enquanto o primeiro incita à luta, à mobilização, o segundo, já pressupõe uma união na própria elaboração em conjunto do jornal.

Diante das forças “desterritorializantes” e “individualizantes” da mídia comercial e do mercado, o comprometimento com um meio de comunicação comunitário pode, então, propiciar uma forma alternativa de sociabilidade, promovendo uma sensação de pertencimento a um território ou a um grupo social. Ou seja, a “vinculação” com o veículo comunitário pode estimular a construção de uma identidade e de uma memória comuns, assim como de metas compartilháveis (PAIVA, 1998).

Nesse sentido, poderíamos dizer que a idéia de um meio de comunicação que parte do desejo da “comunidade” é idealizada, já que é a própria mobilização em torno do veículo que funciona como catalisadora de universos de referências capazes de estimular no grupo um processo de identificação. Como veremos no capítulo 3, essa ressalva é fundamental para entender a inserção de meios de comunicação comunitários nas favelas, visto que a experiência em comunidade aí quase não se efetiva na realidade cotidiana. Desse modo, a chamada “comunicação comunitária” se aproxima, em muitos momentos, mais de um discurso eloqüente que, apoiado no pressuposto de que os veículos são neutros, legitimam a necessidade dessas mídias nos espaços considerados excluídos.

Raquel Paiva defende que, diante do excesso informativo - provocado pelo imenso fluxo de mensagens e enfoques e, até mesmo, pela proliferação de emissores - os veículos alternativos se destacam pelo “predomínio de relações mais concretas do que as fomentadas pela abstração e dispersão existentes” (PAIVA, 1998, p.154). Ou seja, se distinguem pela atuação com o intuito de promover uma maior coesão social, e não simplesmente por construir enunciações de uma perspectiva excêntrica. Tal leitura pode bem ser aplicada ao trabalho desenvolvido pelo grupo *Condutores de Memória*. Segundo a equipe do projeto, os informativos que elaboram

foram criados a partir de sugestão de participantes das oficinas realizadas no Morro do Borel. A pauta foi produzida coletivamente pela equipe e moradores (as) participantes. [...] Um dos principais objetivos do Informativo foi dar retorno aos (às) moradores (as) que participaram dos encontros. Além disso, o boletim torna o projeto mais visível e acessível, envolvendo um número maior de pessoas. (CONDUTORES DE MEMÓRIA, 2001)

A insatisfação com as notícias e representações produzidas pela estrutura midiática, a vontade de construir um “discurso próprio”, sem filtros e intermediários e a necessidade da região de conhecer seus próprios problemas, são pressupostos que, de acordo com Paiva (1998) impulsionam a mobilização em torno dos meios de comunicação comunitários. Aqui,

se valoriza muito mais os assuntos e as informações relacionadas diretamente ao interesse e ao dia-a-dia do grupo social, do que temas genéricos ou “promocionais”.

Basicamente os *mass media* caracterizam-se pela produção de um tipo de comunicação desvinculada do real histórico, aparentemente sem propósitos claros, um processo de produção impessoal e totalmente distante do indivíduo comum, porque envolto numa esfera técnica e encantatória. A comunicação comunitária coloca em jogo uma possível inversão desse estado de coisas. Para começar, nele é possível distinguir com exatidão uma esfera produtora de mensagens, com propósitos claros e objetivos. Além disso, nela o real histórico impõe-se como elemento definidor de todo o processo de produção, determinando a própria existência do veículo. (PAIVA, 1998, p.60)

Apesar da autora defender que a comunicação comunitária “ideal” não se confunde com mais uma forma de segmentação de mercado, em muitos momentos, fica difícil perceber essa recusa ou subversão dos propósitos e das estratégias da “grande mídia”. Quando observamos, por exemplo, uma publicação como o *Viva Favela*, as semelhanças com a estrutura de meios de comunicação tradicionais se sobressaem, até mesmo porque, como já foi dito, o padrão jornalístico é evocado para garantir o máximo de legitimidade para as matérias elaboradas pelos correspondentes das favelas. Isso se torna significativo se levarmos em consideração que “o que promove o Capital na mídia” não é simplesmente “o explícito nas palavras das notícias, comentários, letras de música, publicidade, mas a arquitetura do “meio”, inseparável de seus recursos retóricos e poéticos”¹⁰ (COSTA, 2004, p.2).

Além disso, basta um olhar *en passant* pelas editoriais do *Viva Favela* (dentre elas, beleza, meio ambiente, classificados, serviços, colunistas, gente etc) para identificar, na seleção, não só um simples público alvo a ser informado, mas um mercado consumidor a ser atendido. Duas seções, especialmente, me chamaram a atenção para esse aspecto: em uma delas, convoca-se o leitor a contar sua experiência de chegada ao Rio (“A primeira vez ninguém esquece”), já que se pressupõe que boa parte dos moradores de favelas é migrante,

¹⁰ Não a arquitetura por si só, é bom enfatizar, mas a ocupação do espaço ou canal por um conjunto rígido de técnicas, retóricas e poéticas, que torna pouco propício o terreno para outras formas de expressão, menos assimiláveis pelo Capital.

vindo principalmente do Nordeste. A segunda seção chama-se “Beleza Pura” e se dirige ao público feminino, por isso, investe em notícias com perfil semelhante ao de outras revistas do ramo que circulam em massa: fala-se sobre produtos para cabelos, escolas de modelos, dicas de culinária, sexo, moda etc, sempre enfatizando os produtos com preços acessíveis.

Nesse sentido, o ideal comunitário se perde, restando mais um segmento de mercado que tem o veículo de comunicação como aliado para a inclusão pelo consumo (não só de bens materiais, mas também de bens simbólicos, como aparecer em colunas sociais, na televisão, ou ainda, ver o seu trabalho exibido nesses espaços). É importante lembrar, aqui, que “consumir” não é uma atitude simplesmente fútil e desnecessária, afinal, como enfatiza Guattari (1987), os laços quase invisíveis do capital nos pegam pelo desejo, a ponto de acreditarmos que a vida só é possível ou só tem qualidade dentro daquele circuito reconhecido de valor. Desejo que podemos captar nas muitas tentativas de fazer ouvir a “voz das favelas”. A *Central Única das Favelas*, por exemplo, comemora o sucesso de seus projetos assim:

Para nós, mais que uma união, foi um aprendizado, onde organizar a CUFA e fazer parte dessa família nos possibilitou **transitar em lugares antes não freqüentados por gente da nossa origem étnica e social**. E assim nos fez ver que não podemos ser coadjuvantes da nossa própria história, que temos que falar por nós mesmos. Nos representar não só culturalmente, mas política e socialmente. (CUFA, 2006. Grifo meu)

Não existe qualquer potencial “disruptivo” aí que seja capaz de amedrontar os satisfeitos com a ordem das coisas, apenas mais um público mostrando sua imagem, seu gosto e, quando muito, pedindo ajuda para sanar seus problemas. Essa nova postura diante dos “excluídos” parece mais suscetível a uma captura pelo “controle”. Isto porque, como vimos, esse novo sistema de dominação não se interessa tanto pelas proibições e barreiras, desde que vigore o “nexo dinheiro”.

Os moradores de favelas, nesse caso, já não se comportam como uma minoria, pois falam uma língua “maior” e participam dos valores “hegemônicos”. Deleuze destaca que o que distingue uma “maioria” e uma “minoridade” não é uma quantidade. Enquanto a primeira

define-se por um modelo dominante, “ao qual é preciso estar conforme”, a minoria “é um devir, um processo [...] Sua potência provém do que ela soube criar, e que passará mais ou menos para o modelo, sem dele depender” (DELEUZE, 1992, p.214).

Dito de outra forma, a maioria funciona como um “metro padrão” abstrato que serve de referência para avaliar um sistema. O que foge a esse modelo é a minoria. Um “devir minoritário”, portanto, é um potencial que todo mundo pode embarcar para desviar desse modelo. Assim também ocorre com a linguagem: enquanto a “língua maior” insiste nas constantes, as “línguas menores” se define pela proliferação e riqueza das variações (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

O imperativo de comunicação instantânea e incessante que marca nossa época parece, sobretudo, atualizar o regime de controle contínuo que nos encontramos. Desse modo, a idéia de “dar voz” aos excluídos soa, em muitos momentos, como mais uma “palavra de ordem” e não como uma oportunidade para desencadear devires nas “línguas maiores”. Talvez seja isso que Deleuze (1992) queira dizer ao observar que a retomada da palavra pelas minorias faria pouca diferença para mudar a situação em que se encontram. Diz ele que,

Talvez a fala, a comunicação, estejam apodrecidas. Estão inteiramente penetradas pelo dinheiro: não por acidente, mas por natureza. É preciso um desvio da fala. Criar foi sempre coisa distinta de comunicar. O importante talvez venha a ser criar vacúolos de não-comunicação, interruptores, para escapar ao controle. (DELEUZE, 1992, p.217)

Pensar um “devir minoritário” para as favelas, portanto, não significaria necessariamente querer contar sua realidade ou divulgar suas mazelas e potencialidades pelas mídias afora. Desejo que parece latente, em graus diversos, nas iniciativas citadas no decorrer do presente texto e, de forma exultante, nas palavras de Ramalho:

Jornais, TVs, revistas, estão sempre nos procurando em busca de contatos para fazer matérias inspiradas em nossas pautas. Para nós isso é uma grande felicidade, porque mostra que eles estão conseguindo realmente perceber que a favela é muito mais do que o tráfico, do que a violência do cotidiano, do que o incêndio de um ônibus durante um protesto. [...] Acho que a gente está

tentando fazer essa ponte virtual e está conseguindo. Da própria favela para a favela e para o mundo. (RAMALHO, 2004, p.76)

Nesse sentido, o ato de falar, de comunicar, ganha ares de lei e parece coadunar com aquilo que Sodré chama de “mediatização social”, um conjunto de “mediações socialmente realizadas no sentido da comunicação entendida como processo informacional, a reboque de organizações empresariais e com ênfase num tipo particular de interação – a que poderíamos chamar de ‘tecnointera  o’” (SODRÉ, 2002, p.21). Em outras palavras, a mediação tecnológica potencializada, a ponto de ganhar certa autonomia frente às instâncias mediadoras tradicionais.

  essa expropriação que tende a retirar do sujeito social contemporâneo qualquer possibilidade de organizar-se socialmente pelo trabalho ou tende a negar-lhes possibilidades de auto-reconhecimento social por um novo princípio de individualização ou qualquer outro princípio unificador que não seja a circularidade do consumo. (SODRÉ, 2002, p.250)

Talvez por isso, atitudes como as dos franceses que incendiaram carros como forma de protesto, ou ainda, a possibilidade de “desarrumação” proposta no filme “Edukators”¹¹, sejam tão repudiadas pelo bom-senso dominante. Em tempos marcados por uma sensação de diálogo contínuo, a falta de comunicação – ou simplesmente a recusa – causa espanto e pode ser considerada anomalia ou barbárie. Fora dessa perpétua negociação, como precisa Jeudy (2001), parece triunfar o arbitrário. Distribuir panfletos, veicular informações, aparecer nas mídias, sim, mas nada de ultrapassar esses limites.

I. 7 - Curtos-circuitos e discursos domesticados

A experiência da Rádio Alice, na Itália da década de 70,   um exemplo elucidativo da “potência do desejo” contra a “ordem do discurso” (GUATTARI, 1987, p.56) e pode nos ajudar a entender como   possível que as mídias sejam apropriadas como instrumentos de

¹¹ EDUKATORS. Direção: Hans Weingartner. Alemanha/Áustria, 2004. DVD.

uma “guerrilha” contra a estrutura informacional e interpretativa dominante: desorganizar os signos e sentidos do poder com os quais o Capital constrói suas ficções e interpreta o “real” para legitimar sua ação nele. Guattari descreve de forma apaixonante a atuação autônoma (e em defesa da autonomia) que a “Alice” exerceu:

a guerrilha da informação, a subversão organizada da circulação das informações, a ruptura da relação entre emissão e circulação de dados... situa-se no interior da luta geral contra a organização e a dominação do trabalho... A interrupção e a subversão dos fluxos de produção e da circulação de signos emitidos pelo poder são um campo sobre o qual podemos agir diretamente. (GUATTARI, 1987, p.57)

As pessoas que participavam da rádio não só transmitiam informações, mas estavam implicados na prática social que motivava o veículo. A rádio era, antes de tudo, um movimento, que ironizava a seriedade da “grande mídia”, rindo de sua pose de guardião da verdade dos fatos ou de psicanalista do *socius*, responsável por interpretar o que está por trás dos acontecimentos. Contra essa lógica de argumentação racional, “Alice” abusa do *nonsense*, das anedotas, investindo na “contra-informação”, no paradoxo, nos fluxos e intensidades (COSTA, 2004). Em uma chamada da rádio, citada por Mauro Sá Rego Costa, o locutor diz: “Rádio Alice transmite: música, notícias, jardins floridos, conversa fiada, invenções, receitas, horóscopos, filtros mágicos, amores, boletins de guerra, fotografias, mensagens, massagens, mentiras...”.

A “guerrilha informativa” contra a redundância e a rigidez da estrutura midiática não se limitava aí a um questionamento do conteúdo dos enunciados, mas colocava em xeque a própria enunciação¹² e o processo de criação dos enunciados. Assim, a rádio italiana funcionava como um laboratório experimental que buscava

anular a divisão rígida entre ouvintes e redatores para chegar a produzir coletivamente a informação. (...) O elemento fundamental desta estratégia é

¹² Como enfatiza Marucci, o experimentalismo da Rádio Alice incidia sobretudo na enunciação, buscando “liberar a expressão lingüística da obrigação do sentido”; “vozes sem imagem, vozes que se intensificam no barulho, ruídos desconhecidos: um dia, com amplificadores especiais foi transmitido o ruído do mato crescendo. Experimento curioso, inocente como a pequena Alice” (MARUCCI *apud* COSTA, 2004, p.5).

que não devem existir notícias e informações produzidas fora do circuito comunicativo, coisa que fazem as agências de notícias, entesourando a notícia para revende-la depois. Haver declarado propriedade social tanto a informação como a música (liberdade de acesso) criaram as bases para superar a concepção da propriedade privada do trabalho intelectual. (MARUCCI *apud* COSTA, 2004, p.4)

Os meios de comunicação “alternativos” das favelas rompem com o consenso majoritário das grandes mídias, embora não consigam questionar, como a “Alice”, a potência de ordem do discurso que orienta e constrange as “linhas de fuga”¹³ na expressão. Os agentes dos veículos “comunitários” se reapropriam de uma estrutura informacional petrificada e a reproduzem, apenas re-significando o “repertório de representação” estabelecido. Discursos domesticados: aqui, pode não haver curto-circuito porque toda a economia energética já possui seu encaixe nos agenciamentos do capital, cada vez mais abertos para adicionar “axiomas” (GUATTARI, 1987). Por isso, essas vozes das favelas não se levantam como “fronts imprevisíveis” capazes de desestabilizar as modelizações do poder.

Mas, por que deveriam, se a lógica do controle está pronta para recuperar e cercar por todos os lados qualquer fagulha que escape ao bom senso predominante? Se de fato a intenção dos grupos que se sentem excluídos é instaurar uma ruptura com a situação de desigualdade e de poder que os afeta e, para tanto, recorrem a veículos “alternativos”, não será certamente de forma tão encaixada nas brechas comunicacionais do sistema que isso se realizará. Seria preciso forçar mais as barreiras e, quem sabe, falar “línguas menores”, capazes de suscitar linhas de fratura no “diagrama de forças” que empobrece a comunicação. Desatar os nós que impedem de romper com a redundância de uma estrutura lingüística e representacional já estruturada (GUATTARI, 1992).

¹³ Uma “linha de fuga” funciona – em qualquer diagrama ou cartografia – como um vetor em potencial que contraria a ordem “normal” das coisas, apelando para outras intensidades e compondo novas configurações existenciais. “Tais vetores dissidentes se encontram relativamente destituídos de suas funções de denotação e de significação, para operar enquanto materiais existenciais descorporificados” (GUATTARI, 1990, p.28). É preciso alertar, como insiste Guattari, que nem sempre essas linhas de fuga, ou essas “rupturas a-significantes”, trabalham como uma repetição criativa, singularizante e processual. Elas também podem forjar bifurcações estratificadas, “mortíferas” ou serializadas. (GUATTARI, 1990)

A estratégia de dar voz aos moradores de favelas como instrumento de luta, diante do fluxo ininterrupto de informação, parece obstada por uma complexa rede de assujeitamento do discurso, da qual a grande mídia faz parte como uma das instâncias que reiteram e operam o jogo entre saber/poder, verdade/poder. Claro que não podemos simplesmente descartar o trabalho e o potencial das iniciativas apresentadas. No entanto, também não podemos deixar de problematizá-las.

Se é possível que esses veículos alternativos instaurem linhas de fuga destoantes da subjetividade capitalista, é mais presumível que a manutenção da favela como diferença, sirva principalmente como palco iluminado para a atuação do terceiro setor e como mais um nicho de consumo para o mercado. E não há nada de paradoxal nessa lógica, afinal, “aqueles que são designados como excluídos devem apresentar os signos tangíveis de seu estado adotando o discurso que os diz” (JEUDY, 2001, p.11). Para impulsionar “devires minoritários” nas favelas, talvez precisemos, ainda, apostar na desordem do discurso.

II. Terceiro Setor e favelas: modelização e perspectivas transgressoras

“Desconfiai de todos aqueles que falam muito de sua justiça. Em verdade, em suas almas não falta somente o mel.
E quando denominam a si próprios “os bons e os justos”, não esqueçais que para serem fariseus nada lhes falta, a não ser – potência!”.

NIETZSCHE, F. *In: “Assim falou Zaratustra”.*

Abril de 2003: policiais invadem o Morro do Borel e matam “às cegas” quatro homens desarmados. Para os “agentes da ordem pública”, apenas alguns bandidos abatidos em mais uma operação cotidiana. Segundo testemunhas e familiares, moradores do lugar sem nenhum envolvimento com o tráfico e que não tiveram ao menos a possibilidade de se identificar. Indignados, moradores do Borel se organizam e, no dia 08 de maio, descem o morro, rompendo a simbólica barreira com o asfalto. Em silêncio, cerca de mil pessoas ocuparam as ruas com faixas e blusas com os ditos “Posso me identificar?”, forma de protesto contra uma prática recorrente em favelas: a entrada da polícia atirando livremente, sem tempo para identificações¹⁴.

Motivados pela iniciativa dos moradores do Borel, movimentos sociais e grupos de outras favelas se articularam e formaram uma rede contra a violência e a arbitrariedade policial. Logo, organizações não-governamentais e entidades em prol dos direitos humanos apoiaram a causa. Encantados pela “organicidade” da mobilização impulsionada pelos próprios moradores de favelas, esses participantes das instituições “de fora” exprimiram os seguintes comentários:

A rápida aglutinação de entidades, comunidades e organizações ao redor da causa do movimento faz com que muitos o considerem uma iniciativa inédita. “Sempre houve uma articulação de organizações de fora, mas essa mobilização surge de dentro das comunidades”, comenta Ruth Sales. Para Fernando, “é a primeira vez que representações dessas comunidades falam em seu próprio nome”. Já para André Luz, coordenador do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), “já houve iniciativas que surgiram de dentro das favelas, mas não chegaram ao nível de articulação do ‘Posso me Identificar?’”. (REDE DE INFORMAÇÕES PARA O TERCEIRO SETOR, 2004)

O equívoco desses depoimentos – citados em uma matéria na Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS) – se deve não apenas a um desconhecimento das lutas históricas

¹⁴ Uma moradora do Borel, citada por Freire-Medeiros e Chinelli, resume assim a mobilização: “[...] Foi uma revolta muito grande a gente saber que quatro trabalhadores tinham sido assassinados de forma tão horrível (...) Porque a gente não aguenta mais [a polícia]. (...) Começamos com muito medo uma reunião, todo mundo com a revolta muito grande com o que tinha acontecido. (...) Fizemos cinco reuniões ou seis, para a gente organizar e até que saiu legal. Agora, a gente está pelo menos com esperança” (FREIRE-MEDEIROS & CHINELLI, 2003, p. 41)

contra remoções implementadas por grupos semelhantes nos idos dos anos 50, ou mesmo nos últimos anos¹⁵. Deve-se, sobretudo, a uma diferença expressiva na conjuntura social brasileira: o crescimento e a importância atribuída ao que se convencionou chamar de Organização Não-Governamental (ONG), novos agentes instituídos como peritos na gestão dos problemas sociais. Como tentaremos mostrar adiante, essas organizações, por meio de técnicas próprias e de um campo teórico específico, afirmaram-se como legítimas mediadoras entre o poder público, as iniciativas privadas e os organismos internacionais, de um lado, e as populações “carentes”, “faveladas”, “excluídas”, “marginalizadas”, “pobres”, “desfavorecidas”, “vulnerabilizadas”, de outro.

É o estabelecimento desse campo que autoriza afirmações, como as que vimos na citação acima, de que pela primeira vez os moradores de favelas “falam em seu próprio nome” ou organizam uma passeata por conta própria. Embora seja limitada essa colocação, a mobilização “orgânica” dos moradores do Borel, acompanhada desses comentários “de fora”, torna-se emblemática para pensar a captura desses devires sociais, dessas turbulências, que irrompem periodicamente e que bem poderiam se comportar como “máquinas de guerra” (DELEUZE; GUATTARI, 1997) mais barulhentas, se o potencial disruptivo que conflagram não fosse, em muitos momentos, domesticado, ou mesmo esvaziado.

Dupla captura que se opera: por um lado, o Estado com todo seu aparato jurídico, administrativo, político, por outro e talvez mais insidiosamente, inúmeras ONGs, institutos, fundações, prontas para fazer a ponte e começar a negociação. Entre os dois, sempre os axiomas do capital. E, então, o que seriam essas “máquinas de guerras” de que falamos?

¹⁵ Muitos são os movimentos, mobilizações e protestos organizados, nos últimos cinco anos, por moradores de favelas ou outras “minorias”. Dentre eles, podemos citar: a manifestação que aconteceu no *Shopping Rio Sul*, em 2000, na qual moradores de favelas e “sem-tetos” protestaram contra o consumismo e a desigualdade social; o ato contra o fechamento da Rádio Comunitária *Bicuda*, em 2002; o protesto em Acari contra a chacina de 28/06/2003 (FRENTE DE LUTA POPULAR, s/d), além de tantas outras mobilizações que, apenas em um segundo momento, são tuteladas por ONGs ou apoiadas por movimentos sociais mais amplos.

Antes de explicarmos, é preciso fazer uma ressalva. Realizar uma leitura desse universo a partir do conceito de “máquina de guerra” é uma tentativa de refletir sobre um problema profundo que sempre esteve presente, de forma explícita ou latente, na minha experiência com os moradores do Borel e de outras favelas: a delicada questão do tráfico e, conseqüentemente, da violência. No caso do Borel, em particular, essa questão se torna relevante principalmente porque essa favela já foi considerada uma das mais violentas do Rio de Janeiro. É impossível, creio, abordar esse assunto sem pensar em uma outra forma de violência: aquela que o Estado exerce, não por meio de sua polícia, seu exército, mas a partir de suas proibições.

Deleuze (2005), na sua leitura sobre a questão do poder na obra de Foucault, ajuda a pensar o estatuto jurídico do Estado, ao chamar a atenção para o fato de que a lei é a própria guerra e a estratégia dessa guerra em ato e, por isso, não pode ser considerada como uma mera oposição à ilegalidade. Diz o autor que “a lei é sempre uma composição de ilegalismos, que ela diferencia ao formalizar”, ou melhor, ela é “uma gestão dos ilegalismos, permitindo uns, tornando-os possíveis ou inventando-os como privilégio da classe dominante, tolerando outros como compensação às classes dominadas [...]” (DELEUZE, 2005, P.39). Assim, o “modelo jurídico” esconde um “mapa estratégico” que acaba favorecendo certos grupos em detrimento de outros.

Dizer que a ilegalidade das drogas torna cruel demais a vida de muitas pessoas que nunca chegaram ao menos perto delas e que isso é um absurdo, pode ferir os ouvidos mais conservadores. Contudo, é inevitável problematizar essa imposição quando se fala das favelas cariocas, principalmente porque vejo aí o principal fator de insalubridade para a existência de seus moradores.

É evidente que alguns deles (nem todos, que isso fique claro) não possuem aquilo que consideramos necessidades básicas para a sobrevivência, o que torna difícil demais o

cotidiano. Entretanto, viver em estado de alerta, sempre na iminência de um confronto entre policiais e bandidos ou entre facções inimigas é, talvez, a experiência mais incômoda que atinge a todos os moradores. Sobretudo, quando lembramos que um dos valores mais marcantes na nossa cultura ocidental é o zelo pela vida e o desejo de prolongá-la a qualquer custo¹⁶. Então, como conceber que a proibição de uma prática pelo Estado possa complicar tanto a existência dessas pessoas? A questão se torna mais compreensível ainda quando observamos a seguinte explicação de Alba Zaluar:

O crime organizado desenvolveu-se nos atuais níveis porque tais práticas socialmente aceitáveis e valorizadas foram proibidas por força da lei, possibilitando níveis inigualáveis de lucros a quem se dispõe a negociar com esses bens. Os lucros não são gerados pela produtividade ou pela exploração maior do trabalho, mas pela própria ilegalidade do empreendimento. Devido às nossas tradições inquisitoriais, a criminalização de certas substâncias como a maconha e a cocaína, conferiu à polícia um enorme poder. São os policiais que decidem quem irá ou não ser processado por mero uso ou por tráfico, porque são eles que apresentam as provas e iniciam o processo. (ZALUAR, 2004, p.32)

Em muitos momentos, reflexões nesse sentido surgiam nas conversas com pessoas do Borel e, na maioria das vezes, elas defendiam a legalização como saída possível para amenizar a violência. Em um desses diálogos que participei, um antigo morador comentou:

Antes de começar a matar pobre, porque pobre parece que é nada e a tendência é exterminar os pobres, eles tem que começar a educar os filhos deles bacanas que vem sustentar a boca de fumo por aqui. [...] Eu trabalhei muito tempo fazendo controle urbano, andando Barra, Recreio, tudo, eles estão tudo lá [*consumindo*]. É melhor acabar ou liberar de uma vez. Se não, eles têm que entrar nos condomínios e sair matando também, fazendo a mesma coisa que aqui. Pega aí geral. Porque pra matar só pobre, tem que matar todo mundo, quem está usando também.

Uma outra moradora interferiu: Eu acho que devia liberar porque as pessoas gostam é de coisa proibida. (BOREL, 2005, conversa informal)

Em outro contexto, um documento dirigido à sociedade civil pelo movimento “Posso me identificar?” é propositivo:

¹⁶ Não é à toa que uma das músicas mais conhecidas da MPB é “O que é, o que é?”, do Gonzaguinha. Uma das estrofes entoa: “Sempre desejada/ Por mais que esteja errada/ Ninguém quer a morte/ Só saúde e sorte”.

Essa doutrina [referindo-se à doutrina norte-americana de “guerra contra as drogas” legitimada internacionalmente] vem sendo denunciada com cada vez mais força por organismos e entidades que pleiteiam uma abordagem sobre as drogas baseada na redução de danos e não na repressão militar. Denunciam que a “guerra contra as drogas” serve na verdade para aumentar a lucratividade das máfias internacionais do narcotráfico, e para criar justificativas para militarização de conflitos sociais, principalmente na América Latina. A abordagem alternativa, de redução de danos, tem ao contrário inspirado as legislações que progressivamente descriminalizam a droga e vêm sendo adotadas principalmente por países europeus. (MOVIMENTO POSSO ME IDENTIFICAR, 2004)

A complexidade que o tráfico de drogas assumiu no Rio de Janeiro ultrapassa qualquer abordagem simplista e não se limita, claro, a uma mera questão de ilegalidade. Mas não é objetivo dar conta de todo esse universo. Basta, nesse momento, fixar que essa proibição, ao se conectar aos fluxos do capitalismo¹⁷, associa a droga a uma “cultura de valorização do dinheiro, do poder, da violência e do consumismo” (ZALUAR, 2004, p.32). Além disso, a criminalização dessa atividade se coloca como o principal argumento utilizado pelos governos para legitimar as ações policiais e militares violentas nas favelas, o que afeta radicalmente a vida de milhares de pessoas que não tem nenhuma ligação com o tráfico.

Como adverte Maffesoli (2001), faz parte da lógica tecno-estrutural do Estado querer responder por todos e cada um, o que acaba por desresponsabilizar os que deveriam ser, em princípio, senhores de sua própria vida. Se a sujeição a uma ordem que é, antes de tudo, estatal (e, também, social¹⁸) causa transtornos piores que aqueles que se propõe combater, por que não se voltar contra esse imperativo político categórico, que ganha ares de ordem moral? E, se os próprios moradores de favela consideram a polícia mais perigosa do que os

¹⁷ Alba Zaluar lembra que o mundo do crime organizado “não está tão distante do mundo empresarial, muito menos do mercado – seus valores e suas regras” (ZALUAR, 2004, p.21).

¹⁸ De acordo com reportagem do jornal *Folha de São Paulo*, a maior parte dos brasileiros defende posturas consideradas conservadoras, como a condenação do aborto, a criminalização das drogas e a defesa de medidas mais duras de combate ao crime. A pesquisa realizada pelo *Datafolha*, que ouviu 6.969 brasileiros, mostra que 79% são contra a descriminalização da maconha e 63%, do aborto. Além disso, 84% defendem a redução da maioria penal e 51% são favoráveis à instituição da pena de morte (FOLHA DE SÃO PAULO, 13/08/2006). Apesar de desconfiar das pesquisas quantitativas, acredito que essa demonstre bem o conservadorismo de boa parte dos brasileiros, o que ajuda a entender que tanto o Estado quanto o capitalismo atuam como uma “heterogestão social”. Isto é, não funcionam simplesmente como algo imposto por uma classe ou por um poder estatal, através de um simples engodo ideológico. O Capitalismo e o poder do Estado conseguem se manter, também, porque as pessoas de fato desejam fazer parte do jogo e participam desse processo. Tal abordagem aproxima-se da idéia de Guattari (1987) de que o capitalismo age, antes de tudo, no desejo.

“bandidos” e manifestam-se contra a arrogância e o desprezo do Estado, por que as reivindicações, em um segundo momento, sempre são desviadas desse foco e ficam perdidas em uma luta abstrata em torno dos direitos humanos? Em outras palavras, como as resistências contra o aparelho estatal são desarmadas?

A idéia de que existem “máquinas de guerra”, exteriores ao Estado, que vivem se debatendo contra esse e, no mesmo movimento, sendo apropriada por ele, em uma perpétua coexistência e interação, foi desenvolvida por Deleuze e Guattari (1997), a partir de uma preocupação particular em entender como a “forma-estado” triunfou, apesar dos mecanismos que as sociedades dispunham para conjurá-la¹⁹. Os autores abandonam as teses que explicam a formação do aparelho estatal por meio de fatores progressivos ligados às forças produtivas ou políticas, para defender, fundamentados em pesquisas arqueológicas e antropológicas, que a forma-estado potencialmente sempre existiu, ou melhor, pode ser verificada mesmo nos tempos mais remotos da humanidade. Isso não significa, porém, que exista uma espécie de Estado universal e transcendente, e sim que ele sempre se estabelece como uma relação entre seu interior e tudo que está fora dele (exterioridade), relação que se constitui, a cada vez, de acordo com um agenciamento específico (DELEUZE; GUATTARI, 1997).

A fronteira entre o interior e o exterior, aqui, não se limita a um traçado espacial, já que as máquinas de guerra podem estar inscritas no território do Estado, como franjas inesperadas que agriem e questionam este “corpo coletivo”. Corpo pesado e elástico que circunscreve “organismos diferenciados e hierarquizados”, demarcando funções, poderes, representantes. A coexistência e concorrência, então, se entende: o Estado atuando em um

¹⁹ Deleuze e Guattari (1997) se apóiam na obra de Pierre Clastres, “A Sociedade Contra o Estado”, para demonstrar como sociedades ditas primitivas impediam a cristalização de um aparelho estatal (ou seja, a concentração de poder) por meio de “mecanismos conjuratórios ou preventivos”, o que nega os postulados evolucionistas que associam tais sociedades a um período de desenvolvimento econômico e político ainda rudimentar. (Cf. CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990)

“espaço estriado”²⁰, sobre o qual exerce sua soberania e a partir do qual busca capturar todos os fluxos, todas as exterioridades, que ultrapassam seus aparelhos identitários e suas leis (DELEUZE; GUATTARI, 1997).

Sempre sobrevêm períodos em que o Estado enquanto organismo se vê em apuros com seus próprios corpos, e em que esses, *mesmo reivindicando privilégios*, são forçados, contra sua vontade, a abrir-se para algo que os transborda, um curto instante revolucionário, um impulso experimentador. (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.33. *Grifo meu*).

Impulso turbilhonar que bem podemos captar no movimento desencadeado no Borel: o que parecia ser apenas mais uma reivindicação se torna um corpo caudaloso, resvalando para todos os lados, em uma polivocidade de direções, mas com a polícia sempre à espreita. A adesão ao “Posso me identificar?” surgia de lugares inesperados, pessoas e grupos insatisfeitos, “no limite”, prestes a explodir.

O movimento se colocou, então, como limiar, ultrapassagem de um estado a outro. Irrupção contra os aparelhos estatais não para conjurá-los, como nas sociedades estudadas por Clastres, mas para questionar sua interioridade, seu abuso de poder, mesmo que o desejo seja de sua proteção. Na ocasião, um cartaz carregado por duas crianças resume o problema: “Manter a ordem e a paz é matar os pobres?”.

Questionamento inquietante, que coloca em dúvida uma função crucial dos Estados, que seria impor as regras e leis presumivelmente capazes de promover a coesão nacional. Precisamente por suscitar a dúvida, desestabilizar essa certeza, o movimento funcionaria como máquina de guerra²¹, com sua “potência de metamorfose”²². “Um pensamento-

²⁰ “Espaço estriado”, como apontam Deleuze e Guattari, porque repleto de fronteiras, muros, cercados, que sempre freiam, restringem ou apontam direções; ao passo que o “espaço liso” é marcado pela não delimitação e pela variabilidade das direções, ou melhor, “por ‘traços’ que se apagam e se deslocam com o trajeto” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.52).

²¹ Em uma outra perspectiva, o movimento foi tomado exatamente como uma alternativa à “metáfora da guerra”, expressão muito utilizada por jornalistas e cientistas sociais para designar os violentos confrontos entre a polícia e os traficantes, no Rio de Janeiro. É preciso assinalar, entretanto, que a idéia de guerra subjacente ao conceito de máquina de guerra, não remete necessariamente a conflitos armados ou choques dessa ordem, mas a “linhas de fuga criadoras” ou de destruição que são criadas contra as estratificações do Estado (DELEUZE; GUATTARI, 1997).

problema no lugar de um pensamento-essência ou teorema, um pensamento que faz apelo a um povo em vez de se tomar por um ministério” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.48).

Poderíamos bem aplicar as palavras de Deleuze e Guattari para o momento, menos para idealizá-lo do que para chamar a atenção para um detalhe: o movimento marcou mais pela potência disruptiva e efêmera, mas não menos importante, do questionamento e pela capacidade de agregar pessoas, do que por mudanças efetivas que conseguiram emplacar na atuação estatal e policial.

Não que o movimento tenha se desfeito logo em seguida. Pelo contrário, se desdobrou em uma série de outras manifestações, plenárias e encontros. Mas aí ele já se encontra capturado tanto pelo poder público, com todas as suas instâncias burocráticas e seus interesses políticos²³, quanto por diversas ONGs que trabalham com direitos humanos, promoção da cidadania, democracia participativa e demais lemas que poderiam ser traduzidos pelo slogan “a melhoria da atuação do Estado e, portanto, da condição humana, depende da participação de todos”.

Contudo, são tantos os interesses mais proeminentes que entram em jogo nas decisões estatais, que corre-se o risco da fase de negociação se tornar permanente. Isso parece claro na declaração da “Rede de Comunidades e Movimentos contra a violência”, versão institucionalizada do “Movimento Posso Me identificar?”²⁴:

Apresentamos uma série de propostas e reivindicações ao poder público, que acabaram sendo respaldadas pelas Conferências Estadual e Nacional de Direitos Humanos, realizadas naquele ano. Entretanto, até o momento isso

²² Dizer que um movimento guarda uma “potência de metamorfose” e, por isso, pode ser tomado com “máquina de guerra”, significa que, ao contrário dos aparelhos de Estado que atuam por bloqueios e organizações estratificadas, ele “abre e multiplica suas conexões”, aproximando-se das intensidades e não das totalizações, homogeneizações (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.230).

²³ De acordo com reportagem do *site* “Viva Favela”, dias depois dos assassinatos que aconteceram no Borel, representantes do Governo Federal visitaram a Associação de Moradores do local. “Na ocasião, o então secretário de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, chegou a chorar enquanto discursava. Seis meses depois, os cinco policiais militares do 6º BPM (Tijuca) que participaram da fatídica operação tiveram prisão preventiva decretada enquanto aguardavam o julgamento - que ainda não aconteceu [15/04/2004]” (VIVA FAVELA, 2004).

²⁴ Institucionalizada porque, agora, se organizam em um sistema de coordenação e de representantes, tornando o movimento mais próximo de um “ministério”, do que de um “povo”.

não passou de formalidade, porque desde então as práticas e métodos da polícia face às comunidades e populações pobres não mudaram nada, e os policiais envolvidos em matanças e grupos de extermínio continuam sentindo-se muito seguros e certos da impunidade, como o prova a chacina da Baixada de 31/03/2005, que tirou a vida de pelo menos 29 pessoas numa só noite. (REDE DE COMUNIDADES E MOVIMENTOS CONTRA A VIOLÊNCIA, 2006)

Uma vez domesticada, a força das máquinas de guerra que se levantam contra o Estado e demais autoridades passa a fazer parte de um jogo onde não existe consenso possível; ela continua lá, causando problemas para o Estado, afinal, a máquina de guerra mesmo capturada se mantém irreduzível. Contudo, agora ela já não assusta mais, foi encaixada em um dos palanques da democracia²⁵ e, ao ser tutelada por uma série de especialistas, deixa de lado sua singular aptidão para afetar ou mesmo conjurar a “sobrecodificação” estatal, até que uma nova onda de “massacres” e “assassinatos” provoque novos curtos circuitos.

É importante contrapor a declaração citada acima a uma outra, publicada anteriormente pelo “Posso me identificar”, e que parece esclarecer ainda mais como o movimento foi anestesiado pela “ética da negociação”, ao passo que em sua proposta inicial privilegiava-se uma “militância comunitária independente”. Em documento dirigido para a sociedade civil, o movimento declarava:

[...] Também sabemos que essa “surdez” e essa insensibilidade dos meios de comunicação e do poder público não acontecem por acaso. Por trás delas estão poderosos interesses das elites dominantes que há séculos mandam no país. Estão ainda influentes e impunes grupos criminosos profundamente encastelados no aparelho de Estado. Estão, finalmente, lucrativas indústrias da violência em crescimento: indústria bélica, serviços particulares de segurança, blindagem de carros e edifícios, etc. É uma força social real, que só pode ser confrontada por uma outra força social organizada, que reúna todos os setores realmente atingidos pela violência, e que lutam pela efetiva vigência de direitos que nos custaram tantos sacrifícios e anos de luta contra a arbitrariedade. (MOVIMENTO POSSO ME IDENTIFICAR, 2004)

²⁵ Valda, poeta e moradora do Borel, indaga sobre o sentido da democracia nos seguintes versos: “O que é a democracia/ Vivo a me perguntar/ É o direito de ser livre/ É o direito de optar?/ Ou será então o direito/ De Ter mais do que alguns/ Ter mais terras, mais dinheiro/ Mais conforto pro viver/ Ter iate e avião/ Ter palacete e mansão/ Explorando o trabalho/ Sem pagar justo salário/ E a lei da impunidade/ Favorecendo o ladrão [...]” (VALDA, s/d, mimeo).

Uma das propostas sugeridas, então, para congregar essa força social foi “estimular de todas as formas a autonomia e independência das organizações comunitárias face ao estado, partidos, igrejas e outros agentes” (MOVIMENTO POSSO ME IDENTIFICAR, 2004). Entretanto, a “Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência”, apesar de ainda se proclamar autônoma, estabelece parcerias com ONGs (como a Justiça Global²⁶) e com a Anistia Internacional²⁷, a fim de promover campanhas e mobilizações, o que nos leva a problematizar a independência aclamada. É como se a força continuasse existindo, mas de forma frágil, desprovida de desejo, embora mais organizada e institucionalizada.

E é exatamente nesse ponto que parece se efetuar a captura realizada pelas ONGs. Se o golpe do Estado sobre as máquinas de guerra se dá por meio de uma interiorização, as ONGs conseguem instrumentalizar o desejo, a carga afetiva que motivava a luta, e passam a rebater toda a força, agora, sobre a autoridade moral dos direitos humanos. Não que esses não fossem perseguidos desde o início, contudo, antes se conjugavam com a energia desejante do movimento, abrindo para um possível que deveria ser construído, estava ainda por vir.

As organizações, porém, chegam com um caminho já pronto, cercado por todo um aparato institucional e guiado pela idéia de um Direito universal, com “D” maiúsculo, muito distante do que mobilizava aquelas pessoas, lá no início, do Borel. Em outras palavras, as ONGs ajudam a “dessensibilizar o corpo social”, tirando dessas pessoas os “mecanismos de defesa” (MAFFESOLI, 2001). Agora, elas são tomadas como um coletivo abstrato ou como um público-alvo e não precisam usar sua própria força, pois já tem assessores especializados junto à opinião pública e ao governo. O fluxo vivo fora barrado. A militância se transforma em trabalho.

²⁶ Organização Não-Governamental dedicada à promoção dos Direitos Humanos no Brasil (www.global.org.br).

²⁷ A Anistia Internacional trabalha, desde 1961, como uma rede global de defensores dos Direitos Humanos.

II. 1 – Entre a mercantilização do social e a ação cidadã

Em uma cena provocativa do filme *Quanto vale ou é por quilo?*²⁸, um grupo de pessoas de uma ONG distribui alimentos e cobertores para moradores de rua. Durante o trabalho, outro carro tenta estacionar para entregar seus donativos, mas a supervisora da instituição que chegou primeiro exclama: “Se manda, esse pedaço é meu!”. A disputa por aqueles pobres faz lembrar a proliferação descontrolada de ONGs que começa a partir da década de 80, sugerindo, no filme, um estado paroxístico em que existiriam mais entidades do que pessoas a serem atendidas.

De fato, nos últimos vinte anos, as ONGs se firmaram no espaço público brasileiro como agentes intensamente atuantes no campo social, defendendo uma identidade para a categoria, apesar de todas as diferenças e discordâncias entre elas, como veremos adiante. O boom²⁹ dessas organizações, acompanhado de uma diversificação dos grupos atendidos (portadores de HIV, crianças e adolescentes, moradores de favelas, indígenas, sem-terra etc) e das formas de financiamento, legitimaram a idéia de um terceiro setor.

A expressão “Terceiro Setor”, a partir dos anos 90, passa a designar uma série de instituições, fundações e ONGs que atuam, ao lado do Estado, do empresariado e dos organismos internacionais (ONU, UNESCO, Comunidade Européia etc) no campo social. Apesar da homogeneização sugerida pelo conceito, ele representa iniciativas heterogêneas, com trajetórias históricas advindas de vários segmentos da sociedade civil, especialmente da classe média. Nas palavras da “Rede de Informações para o Terceiro Setor” (RITS),

²⁸ QUANTO vale ou é por quilo?. Direção: Sergio Bianchi. Produção: Agravo Produções Cinematográficas S/C. Brasil, 2005. DVD.

²⁹ De acordo com a Associação Brasileira de ONGs (ABONG), entre 1996 e 2002, o número de entidades que se enquadram no perfil determinado por essa associação triplicou de aproximadamente 2.800 para 8.600 representantes. Se compararmos esse número com o de todas as instituições do Terceiro Setor (276 mil instituições sem fins lucrativos, em 2002), veremos que a ABONG possui rigorosos critérios para selecionar o que pode ser considerada uma ONG (alguns requisitos levados em conta: ter objetivos e ações de caráter público; não ter ligação com Igrejas, partidos políticos e organismos estatais).

Não há questão de interesse coletivo em relação à qual cidadãos não se mobilizem para cobrar ações do Estado e tomar iniciativas por si mesmos. Este protagonismo dos cidadãos determina uma nova experiência de democracia no cotidiano, um novo padrão de atuação aos governos e novas formas de parceria entre Sociedade Civil, Estado e Mercado. (RITS, 2006)

O estabelecimento desse campo é comumente sustentado por discursos que apontam a redução do papel do Estado nos serviços sociais e a necessidade da sociedade civil ocupar esse hiato a fim de amenizar as desigualdades, dado o crescimento exponencial da pobreza e exclusão. Como veremos, no caso brasileiro, a retirada dos investimentos estatais do campo social soa como uma “meia verdade”, já que a maior parte das instituições do Terceiro Setor dependem desse agente para sobreviver no mercado, sendo mais apropriado falar em uma mudança de estratégia do governo.

O imperativo por responsabilidade social pelo empresariado é um outro fator que engrossa a enxurrada de investimentos nas instituições sem fins lucrativos. Para a iniciativa privada, é vantajoso financiar o social não só em função dos incentivos fiscais proporcionados pelo Estado, mas, principalmente, devido aos desafios competitivos colocados pelo mercado. Investir em projetos sociais é a mais nova tecnologia gerencial em voga no cenário dos negócios³⁰, prometendo aos empresários uma melhoria na imagem de seu produto ou serviço, o que facilita a atração dos consumidores (TEODÓSIO, 2001). Em outras palavras, a aposta é que a parceria entre empresa e “comunidade” possa favorecer o marketing comercial, além de assegurar um mercado consumidor “sadio” e ativo. Assim, a competitividade e a produtividade estariam garantidas.

A expansão do Terceiro Setor acompanha esses modismos empresariais ou se torna dependente das políticas do Estado e dos organismos internacionais, dificilmente alcançando auto-suficiência. Embora pautada pelos discursos de transformação social e de

³⁰ De acordo com Teodósio (2001), essa tendência em investir no Terceiro Setor, acompanha a forte tradição norte-americana de intervenção nos problemas sociais. O autor ressalta, ainda, que “ações sociais desenvolvidas por empresários remontam aos primórdios do capitalismo” (TEODÓSIO, 2001, p. 15). Contudo, se antes as intervenções eram profundamente assistencialistas, hoje, elas se apóiam na idéia de um “sujeito ativo e participativo” no processo.

desenvolvimento sustentável, essa dinâmica pode ser vista como apenas mais uma armadilha da “sociedade de controle”.

Esta é uma das mensagens mais contundentes do filme *Quanto vale ou é por quilo?*, que apresenta aberturas muito ricas para pensar esse universo³¹. Por meio de uma ironia afiada, o diretor Sergio Bianchi tece duras críticas ao crescimento desse “novo mercado” que viveria às custas dos grupos marginalizados. O papel do Terceiro Setor seria, nessa perspectiva, “maquiar” a violenta desigualdade própria ao sistema econômico capitalista, sugerindo ao público que o montante de investimento voltado para fins sociais, poderia de fato acabar com a pobreza, se não fosse desviado para a manutenção da estrutura desse “comércio”. A sinopse destaca:

A miséria é o novo combustível de um comércio de atacado. Com o nome oficial de Terceiro Setor, esse mercado – composto por empresas (ou ONGs, como são chamadas) – tenta preencher a ausência do Estado em atividades assistenciais, transformando as pautas sociais em verdadeiras feiras de negócios. Como em todo ramo empresarial, há corrupção. Neste o dinheiro é público e o produto é gente.

O filme traça uma comparação entre o período da escravidão explícita (século XVIII) - quando o negro era tratado como mercadoria - e a exploração da miséria pelo marketing social, nos dias atuais, utilizando como fio condutor da narrativa relações instrumentalizadas que se estabelecem socialmente em função do capital. Bianchi oferece ao espectador a oportunidade de embarcar em mundos muito distintos e distantes historicamente, mas que se entrelaçam.

Assim, o filme consegue levar a discussão para um nível micro-social, no qual o sistema capitalista deixa de ser uma idéia abstrata e se encarna nas relações cotidianas, em um agenciamento perverso do qual é difícil escapar: desde a dona-de-casa desempregada que sonha em montar sua própria associação para ganhar dinheiro com a solidariedade, enquanto

³¹ Esse filme poderia até ocupar apenas uma nota de rodapé no texto, contudo, as discussões que suscita são tão importantes quanto muitos tratados acadêmicos sobre o assunto. Por isso, o espaço que acabou assumindo na pesquisa.

cobra do genro um emprego “decente” ao invés dos “bicos” que ele costuma fazer; passando pelo empresário da ONG que apela para a responsabilidade social das empresas e superfatura em cima dos projetos voltados para as periferias; até o “intelectual” que ganha um prêmio de “inovação solidária” pelo sucesso de seu manual de captação de recursos para projetos sociais; todos eles buscando extrair o lucro, ou a sobrevivência, da pobreza³².

Não é fortuita a analogia que o filme traça com a escravidão: se naquele período a comercialização de negros se sustentava na idéia de que se tratava de uma raça inferior, hoje em dia, a mercantilização da pobreza (não só dos negros) é respaldada por um discurso muito menos agressivo e mais humanitário, embora tão perigoso quanto, o da “comunidade”. Aquela comunidade carente, unida, atrasada, tradicional, violenta, que precisa de ajuda. Basta ver um edital ou um projeto social qualquer, principalmente aqueles financiados por organismos internacionais, para perceber as marcas do “clientelismo” que outrora justificou as investidas imperialistas. Rony Brauman, um dos fundadores do grupo “Médicos Sem Fronteiras”, arrisca a dizer até que o espírito de “missão civilizatória” caro ao pensamento colonial persiste nas atuais ONGs.

Entre a intromissão nas casas das famílias em nome da saúde e a ingerência armada em nome de valores superiores da humanidade há uma diferença importante, mas pode-se reconhecer também um princípio comum: uma e outra se encontram em uma posição de vanguarda trabalhando para a emancipação de outros povos prisioneiros de tradições ou de sistemas políticos arcaicos. (BRAUMAN, 2005)

Se a idéia de emancipação aí ganha um tom irônico, no outro extremo, leva a conclusões como as de Jeremy Rifkin que, de um ponto de vista (neo) liberal, considera o Terceiro Setor como único responsável pela vida da sociedade civil. De acordo com ele, diante da mecanização do trabalho industrial, com conseqüente aumento do desemprego, esse segmento deve ser incrementado e fomentado para absorver as milhões de pessoas que não

³² Sergio Bianchi, em uma entrevista, comenta que muitos o criticaram por colocar todas as ONGs num mesmo patamar, não distinguindo as boas e as ruins. Ele enfatiza, então, que não se trata de avaliar qualitativamente cada organização, mas “do uso dos pobres e miseráveis gerando riqueza e capital”, por isso, não importa muito discutir quem está por trás ou o que estão fazendo (REVISTA ETCETERA, 2006).

conseguem um espaço no mercado de trabalho, nem são asseguradas pelo governo. Diz o autor,

o problema é que os participantes do Terceiro Setor ainda estão em um *status* neocolonial. Pensam como um setor subjugado. Suplicam ao governo, ao mercado e às instituições filantrópicas para obter verbas. Têm de compreender que o governo está começando a desaparecer da vida das comunidades, que seu papel é cada vez menos importante, que está passando a delegar verbas e programas. O mercado está tornando-se cada vez mais globalizado e não interno. Que vai acontecer com as fundações? A responsabilidade da vida cívica passará a ser delas e do setor não-governamental (RIFKIN, 2000, p.20).

O tom quase profético do discurso de Rifkin não pára por aí. Ao sugerir que o caminho a ser seguido é a institucionalização de uma parceria oficial entre o Estado e o Terceiro Setor (espécie de terceirização das políticas públicas), o autor lança a seguinte pergunta: “a que outro lugar irão as pessoas se não são necessárias no governo?” (RIFKIN, 2000, p.21). Para ele, só restam duas opções: para a comunidade ou para a prisão (o que não é muito distante das possibilidades que colocam, por exemplo, para os moradores de favelas).

Como podemos ver, Rifkin desconsidera qualquer perspectiva de mudança social fora da tríade Terceiro Setor, Estado e Capital, com suas rearticulações correspondentes. O que equivale a dizer que, para ele, não existindo outro horizonte possível, o “Capitalismo Mundial Integrado”³³ (GUATTARI, 1987) seguiria seu curso natural, tornando-se cada vez mais globalizado, informatizado e, o pior, concentrado³⁴. Tendo a elite econômica se liberado das restrições dos trabalhadores “localizados” (BAUMAN, 1999), só restaria a esse excedente humano o refugio dos empregos e dos socorros disponibilizados por ONGs e fundações.

³³ Para Guattari (1987), “o capitalismo contemporâneo é mundial e integrado porque potencialmente colonizou o conjunto do planeta [...] e porque tende a fazer com que nenhum setor de produção fique fora do seu controle” (GUATTARI, 1987, p. 211).

³⁴ O que a abordagem de Rifkin perde de vista é que, apesar das profundas modificações que estão acontecendo no mundo do trabalho, o capitalismo ainda necessita de um vasto contingente de mão-de-obra para ser explorada, principalmente nos países ditos de terceiro mundo. Entretanto, não é possível desconsiderar, também, que existe uma escassez cada vez mais acirrada de postos de trabalho, o que implica, em nosso país, o crescimento dos trabalhos aleatórios, sobretudo, no setor informal (camelôs, vendedores de balas e canetas nos ônibus, malabaristas do sinal vermelho etc).

Como assinala muito bem Robert Castel (2004), nesse tipo de política que investe no abrandamento das disparidades sócio-econômicas, visando principalmente o bem-estar do capital, “não se trata mais de tentar reduzir as desigualdades, mas de deixar o máximo de margem ao mercado, controlando apenas as consequências mais extremas do liberalismo” (CASTEL, 2004, p.540). Dessa forma, evita-se apenas “os riscos de explosões violentas nas zonas de fragilidade humana” (CASTEL, 2004, p.546).

E o mais paradoxal é que os recursos estatais ou privados deslocados para financiar esses projetos pontuais são extraídos, por outra via (através de impostos, taxas, ou mesmo, da exploração), inclusive da própria população que agora é beneficiada. Mesmo assim, ao distribuir algumas cestas básicas, ou financiar algumas bolsas de estudos, o empresário deixa de ser “o explorador capitalista” e se passa por “benfeitor dos pobres” (CABRAL, 2006, p.3) e o governo delega as questões sociais para a “ação cidadã” do Terceiro Setor, reeditando toda uma ordem social de concentração de poder e renda, por um lado, e de vulnerabilidade e contenção dos riscos, por outro.

Ao tratar pontualmente um problema que remete a uma “crise” muito mais ampla, essa lógica alimenta um tipo de intervenção que apenas evita as revoltas e as contestações (CASTEL, 2006). Em geral, essas políticas públicas – implementadas tanto pelo Estado quanto pelas ONGs – se mostram conformistas diante das regras de competitividade e eficiência do mercado³⁵. Assim, o imediatismo de programas paliativos, não só assistencialistas, desarma qualquer tentativa de transformação social que passe pelo questionamento dos princípios mercadológicos assegurados pelos organismos estatais.

Mesmo as ONGs, que se distinguem dos demais agentes do Terceiro Setor exatamente por recusarem práticas assistencialistas em favor de mudanças a longo prazo “nos padrões

³⁵ Aliás, em um país, como o Brasil, no qual a fonte mais comum de informação é a *Rede Globo*, com seu jornalismo voltado para a classe média, essa conformidade diante do princípio empresarial não poderia ser muito diferente.

sociais e na justiça democrática” (ABONG, 2006), ficam restritas apenas ao segundo termo. Como vimos na mobilização articulada por moradores do Borel, essas organizações acabam limitando a potência contestatória dos movimentos sociais ao universo dos direitos humanos. O problema é que a insistência da luta em prol desses “direitos humanos” – e seus corolários, a democracia e a cidadania – mascara, ou simplesmente não tem interesse em questionar, a raiz das desigualdades e dos distúrbios sociais, que continua sendo a sociabilidade capitalista (TONET, 2002).

Isso não significa que devemos descartar a tentativa de democratização desses direitos, haja vista a importância deles em nossa sociedade. Contudo, para ultrapassar o mero caráter reformista ou “de contenção de riscos”, é preciso que as políticas públicas não-governamentais conectem essa defesa da cidadania a uma postura claramente crítica em relação aos axiomas do capital, bem como de todas as formas de poder que são seus correlatos. Como veremos a seguir, é o que não acontece (ou dificilmente acontece) por parte das ONGs.

II. 2 – ONGs: estratégias, hierarquias e retóricas

As ONGs, podemos dizer, surgiram como um corte em relação às experiências militantes de outrora. No Brasil, como descreve de forma rigorosa Landim (2002), essa forma organizacional passou a existir como uma categoria, a partir da década de 80, por meio de todo um investimento de agentes e entidades “na afirmação de uma identidade comum e na produção de concepções, práticas e instâncias específicas de legitimidade” (LANDIM, 2002, p.215).

Antes disso, existiam inúmeros centros de educação popular e de promoção social dispersos, que se ligavam a movimentos sociais como ferramentas de assessoria que deveriam

ser superadas. Esses “centros” correspondiam à esfera possível para a militância da esquerda em tempos de ditadura militar. Aos poucos, por caminhos tortuosos e graças a relações bem pessoais, eles foram se institucionalizando em um contexto de repressão no qual a sociedade civil como um todo se confundia com oposição política, portanto, “de costas para o Estado” (LANDIM, 2002).

A fundação dessa novidade institucional, destaca Landim, se colocou como uma instância objetiva de reconhecimento para um conjunto de entidades que, então, passam a publicizar o nome ONG, que já era utilizado em outros países e chegou ao Brasil por meio de agências internacionais. Nesses primeiros tempos, as organizações marcam sua identidade a partir da distinção com as práticas assistencialistas tradicionais, com a Igreja (que fora uma das grandes impulsionadoras dos centros de educação popular), com os movimentos sociais, com a academia (considerada “hermética” e “pedante”) e, claro, com os organismos estatais.

Landim observa, ainda, que a intencionalidade de criar uma categoria específica se afirma pela necessidade desses “profissionais de política” se apropriarem de um mercado de financiamentos que tinha (e continua tendo) determinações internacionais. “Dá mesmo para pensá-los a partir da idéia de um campo, onde estão presentes relações de forças e monopólios, lutas e estratégias, interesses e lucros” (LANDIM, 2002, p.230). Instâncias onde se produzem, também, discursos, retóricas comuns, hierarquias e modelos de atuação.

E é nesse ponto que a história nos interessa para entender a atuação das ONGs em nossos dias, particularmente nas favelas. Com a diversificação de entidades ligadas ao Terceiro Setor, as ONGs precisaram redefinir suas estratégias de atuação. Em meio a um contexto econômico e social que também passava por profundas alterações, particularmente com uma nova política estatal que favorecia projetos pontualizados em parceria com a sociedade organizada, além do aumento dos investimentos de empresas e bancos em

programas sociais, elas adotaram um novo protagonismo baseado na ação direta (GOHN, 2004).

Criou-se uma nova gramática onde mobilizar deixou de ser para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou para protestar nas ruas. Mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas e projetos sociais. O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais. (GOHN, 2004)

Em outras palavras, a militância se transforma em trabalho e as ONGs acabam instrumentalizando inúmeros movimentos sociais para os quais prestavam assessoria anteriormente. A partir de então, o modelo de atuação por projetos prevalece e, com ele, as investidas pontuais nos territórios atendidos, subordinadas aos imperativos dos prazos a cumprir e dos resultados a alcançar. É claro que nem todos os projetos se desfazem com facilidade, isto é, muitos deles têm uma duração mais constante, menos provisória. Até mesmo porque, como constata Horochovski (2003), grande parte das ONGs estabelecem uma forte dependência com o Estado. Esses recursos públicos, ao contrário dos investimentos por parte das iniciativas privadas e dos organismos internacionais, são menos voláteis, porém seus valores são reconhecidamente mais baixos que as outras formas de financiamento, o que muitas vezes é considerado uma desvantagem.

Isto porque, em geral, o custo para sustentar uma ONG é muito alto e não se limita aos gastos com o trabalho de campo propriamente dito. Em muitas situações, essa é a parte menos onerosa para a organização, visto que (e disso trataremos mais adiante) existe uma peculiar hierarquia nesse universo “não-governamental”.

Se observarmos uma planilha para obtenção de recursos ou para prestação de contas de uma ONG, veremos que gasta-se com aluguel, taxas administrativas, montagem e manutenção de escritório, infraestrutura do projeto (computadores, materiais etc), transporte, contas de restaurantes, advogados, contadores, propaganda, livros, fotocópias e, além de tantos outros detalhes, com pagamento de pessoal. O cotidiano dessas instituições pode ser favorável,

ainda, a um outro tipo de gasto que não entra na contabilidade oficial, mas que faz parte do dia-a-dia de muitas ONGs, inclusive da linguagem institucional: o chamado “caixa administrativo”³⁶.

A necessidade dessa “economia” nasce de uma lógica aparentemente simples: se os convênios são por tempo limitado e as contribuições do governo mal conseguem pagar os gastos com o “pessoal”, então, torna-se necessário reservar um fundo para assegurar a sobrevivência da instituição nos eventuais períodos sem parcerias, mesmo que isso implique apertar o orçamento do projeto. Contudo, dependendo de onde vem o investimento, a prestação de contas deve ser muito rigorosa e coincidir com o que antes foi previsto. Desse modo, os dirigentes das ONGs criam inúmeros mecanismos de re-alocação dos recursos.

Uma objeção poderia ser feita, então, para lembrar que toda ONG é composta por um Conselho Fiscal, além de inúmeras outras instâncias coletivas³⁷ que dificultam esse tipo de ação “ilícita”. Contudo, na prática de muitas entidades, essas instâncias quase não se concretizam. A tentativa de falar, mesmo que superficialmente, desses detalhes que acompanham o cotidiano das ONGs não tem a intenção de denunciar as corrupções desse universo, embora eles existam, como em muitos outros campos. A idéia é mostrar uma familiaridade com alguns princípios empresariais e mercantilistas, ainda que se trate de instituições sem fins lucrativos. Deleuze e Guattari (1997) nos ajudam a entender essa tendência ao indicar a flexibilidade do capitalismo para “adicionar perpetuamente axiomas”, inventando novos sempre que preciso.

Os axiomas do capitalismo não são evidentemente proposições teóricas, nem fórmulas ideológicas, mas enunciados operatórios que constituem a forma semiológica do Capital e que entram como partes componentes nos agenciamentos de produção, de circulação e de consumo. (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.163)

³⁶ É sempre bom ressaltar que isso não acontece em todas as ONG, apesar de ser uma prática recorrente no campo. Algumas ONGs conseguem conquistar uma certa autonomia por meio da venda de produtos ou serviços.

³⁷ De acordo com a lei 9790, decretada em 1999, toda “organização da sociedade civil de interesse público” deve contar com uma Assembléia Geral, uma Diretoria e um Conselho Fiscal.

Desse modo, o fato de não ter fins lucrativos não impede que as ONGs participem da “axiomática capitalista” e operem com seus enunciados, seus modelos, suas expectativas. Pelo contrário, elas parecem ter se afirmado graças a uma flexibilização do capitalismo que, a partir de um conjunto de dificuldades encontradas, abriu espaço para novas tendências empresariais. Todo esse esquema de operação interfere nas intervenções das ONGs e exatamente por isso, creio, é necessário questionar a idéia de que elas ajudam a abolir a exclusão ou a desigualdade social. Inclusive, arrisco a dizer que a institucionalização desse “setor social” instaurou uma outra forma de hierarquia e de fontes de lucros: aquela que cria o voluntariado e, o que é ainda mais nocivo, o “trabalhador comunitário”.

Enquanto o primeiro não recebe nada por seu trabalho porque, motivado por uma “causa”, ou simplesmente para enriquecer o currículo, está doando seu serviço para a organização, o segundo geralmente é recrutado na “comunidade” e passa a fazer parte da equipe da ONG, facilitando a entrada e a realização dos projetos no lugar onde mora. Na maioria das vezes, esses “agentes comunitários” já atuam ou militam em outros espaços sociais e transformam essa experiência em uma forma de ganhar “um dinheirinho a mais” nos projetos implementados pelas ONGs³⁸.

Em troca, recebem salários muito baixos, principalmente se comparados aos pagamentos do pessoal “do escritório” (supervisores, coordenadores, consultores, captadores de recursos etc)³⁹. Desse modo, reedita-se uma antiga repartição entre os trabalhadores considerados desqualificados (aqui, os agentes “de campo”) e os valorizados especialistas. A própria “forma-ong”, que cada vez mais se inspira nas técnicas de gerenciamento e marketing,

³⁸ Sobre essas experiências anteriores, a ONG *Gestão Comunitária* declara, “o trabalho dos educadores comunitários não nasce do nada. Lá, bem na raiz de suas atividades, existem sonhos, uma experiência e um aprendizado com a vida. E é isso que vai levando estas pessoas a começarem a atuar em sua comunidade e outras tantas (GESTÃO COMUNITÁRIA, 2003, p.23).

³⁹ Durante minha experiência na área, presenciei muitas conversas entre os próprios “agentes comunitários” que denunciavam a diferença gritante entre o que recebiam para trabalhar todos os dias na “comunidade” e o que o pessoal “do escritório” ganhava. Essa diferença chegava a 10 vezes menos (por exemplo, enquanto o salário de um coordenador chega a R\$ 1.500,00, suponhamos, o de um desses “agentes comunitários” não passava de R\$ 250,00 ou ficava restrito a uma “ajuda de custo”).

acaba reforçando a desigualdade historicamente cristalizada, apesar do recorrente discurso de transformação social.

É preciso ressaltar que essa desigualdade não é simplesmente financeira, mas apoiada em um jogo de poder e saber, como diria Foucault. Muitos dos profissionais que trabalham em ONGs chegam com um conhecimento técnico já elaborado e a autoridade desse “saber” acaba instaurando um sistema de dependência desses “agentes comunitários” em relação ao trabalho da entidade. Isso fica notável nas propostas de “empoderamento”, expressão comum no campo não-governamental, que significa, em linhas gerais, estimular os grupos atendidos a assumirem “seu papel de sujeito crítico e propositivo” (GESTÃO COMUNITÁRIA, 2004), ou melhor, torná-los suficientemente capazes de exercer pressão junto aos poderes locais, de participar de fóruns, movimentos e redes de resistência.

Em um livro de avaliação realizado por duas instituições norueguesas (*FOKUS* e *Women's Front of Norway*) que financiavam um projeto de “saúde reprodutiva” implementado pela ONG “Gestão Comunitária”⁴⁰, o papel do “empoderamento” e a importância do saber (pesquisa) são ressaltados. Citemos:

The main objective of Gestão is to enable people in favela communities to participate fully in civil society, through local development and organisation and individual and civil empowerment. The organization aims to do this by linking research – ‘investigação’ – with social action – ‘ação social’.
(ATTAWELL; DINIZ, 2002, p.23)⁴¹

Da mesma forma que acontece com os agentes comunitários, o vínculo com a instituição se sobressai e, dificilmente, essas pessoas continuam “empoderadas” – nesse sentido estrito – ao findar o prazo do projeto. Entretanto, o mais relevante é que essa idéia de despertar o “poder” popular desconsidera, ou não dá muita importância, para os saberes e para

⁴⁰ A “Gestão Comunitária: Instituto de Investigação e Ação Social” é uma ONG que trabalha desde 1998 no Morro do Borel e demais favelas da “Grande Tijuca” desenvolvendo projetos nas áreas de pesquisa, publicação e intervenção.

⁴¹ “O principal objetivo da Gestão é capacitar pessoas em comunidades de favela para participarem completamente na sociedade civil, através do desenvolvimento e organização local e do “empoderamento” civil. A organização visa fazer isso conectando pesquisa – ‘investigação’ – com ação social – ‘ação social’”. (Tradução livre)

as potencialidades de auto-organização dos próprios grupos diante das dificuldades impostas pela vida, privilegiando um conhecimento burocratizado, muitas vezes distante dos contextos em que são ensinados.

Essa dependência, ainda que sutil, com um saber institucionalizado pode ser apreendida na seguinte passagem de um texto que avalia a inserção do “Centro de Educação Complementar (CEC)”, projeto desenvolvido pela ONG Gestão Comunitária, no Morro do Borel.

Hoje o Centro está legitimado na família e na localidade, onde as crianças e pais estão sendo ‘modelados’ com a cara dele. Menos ‘fazer a cabeça’, doutrinar, mas sim compreender e participar da proposta institucional. Algo que termina por modificar a percepção deles da demanda local, criando outros sentidos àquele ambiente. (GOUVEIA; LOPES, 2006, p.10)

A intervenção das ONGs, com todos esses imperativos – orientados, muitas vezes, por prescrições morais –, é apontada como um dos principais fatores para a desestabilização dos movimentos sociais e das associações de moradores em algumas favelas (ZALUAR, 2004). É inegável, entretanto, que essas organizações foram e são importantes para a melhoria dos serviços públicos (creches, centros de educação, postos de saúde etc) nesses espaços, o que facilita o cotidiano de muitas pessoas. Além disso, muitos projetos sociais possibilitam novos espaços de sociabilidade e convivência para os participantes, o que pode suscitar linhas de fuga também criadoras para a vida de muitos.

Porém, nem sempre os projetos desenvolvidos pelas ONGs partem de uma demanda da população local. Muitos deles precisam responder aos requisitos do edital aberto pelo governo ou simplesmente se adequar à área de atuação da instituição mantenedora. Assim, se a entidade trabalha com um determinado projeto voltado para educação, mas surgiu uma oportunidade de recurso ligado a “geração de trabalho e renda”, ela desloca esforços para atender à nova prerrogativa. Isso fica claro, por exemplo, na avaliação realizada por participantes do “Projeto Roda Viva”, que atua no Morro do Borel desde 1995:

[...] Mesmo contra nossa vontade, foram implementados dois projetos separados: um para esporte e outro para recreação/lazer. [...] O argumento utilizado para tal separação era a questão dos financiamentos. Como muitas ONGs, a Associação Projeto Roda Viva sempre viveu de incentivos de fundações internacionais (Fundação Ford, Mac Arthur, Kellogs, Unicef, programas específicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outras) e ficaria mais fácil conseguir financiamentos para projetos diversos ao invés de um projeto unificado. (MELO e NASCIMENTO, 1999)

O resultado é que os próprios moradores se tornam apenas clientes e não se sentem parte do processo de construção. Dito de forma mais coerente, “o projeto se torna um meio para se conseguir recursos, não o esforço planejado de um grupo de pessoas para alcançar um objetivo e modificar determinada situação” (CABRAL, 2006, p.3).

É claro que, como já observamos, o campo das ONGs é formado por uma pluralidade de ações heterogêneas, o que torna superficial uma generalização. Contudo, algumas continuidades podem ser observadas entre elas, visto que a competitividade e o surgimento de cursos voltados para a formulação e implementação de projetos sociais forçaram uma padronização da categoria. A linguagem e o modelo empresarial (visibilidade, logística, gestão participativa, proximidade do beneficiário, metas gerenciais, capital social etc) foi a saída encontrada para a sobrevivência de muitas organizações na corrida por captação de recursos. Essa reapropriação fica evidente na seguinte chamada da RITS:

Comprar produtos com preços mais baixos pela Internet e ainda repassar as vantagens para a população local. Essa é novidade que vai beneficiar os comerciantes das Favelas da Rocinha e da Maré a partir de setembro. A iniciativa faz parte do Projeto Estação Futuro, com financiamento de US\$ 1,5 milhão fornecido pelo BID (Banco Internacional de Desenvolvimento), e desenvolvido pelo Viva Rio em parceria com empresas como o Mercado Eletrônico. O objetivo é ingressar os comerciantes das duas comunidades, cerca de 2.800 habitantes, no comércio eletrônico através do portal Viva Favela. (RITS, 2001)

Anúncios como esse se multiplicam em revistas especializadas na área e resumem bem o que vimos até aqui: a abordagem clientelista, as parcerias “de resultado”, os valores empresariais, a mercantilização dos grupos atendidos, as investidas pontuais, são os imperativos que orientam as práticas e discursos das ONGs e do Terceiro Setor de um modo geral. Dessa forma, lutar pelo fim das desigualdades confunde-se com o ideal de inclusão pelo

consumo e o discurso de mudança social torna-se apenas uma retórica atraente ou mais um instrumento de “captura” para os aparelhos do Estado.

II. 3 - Garimpar e fixar identidades: a favela como público-alvo

O próprio modelo de atuação a partir de projetos, como vimos, impõe algumas coerções ao trabalho das ONGs. É preciso acrescentar que, para tornar convincente a necessidade da intervenção proposta, cria-se uma imagem adequada do público a ser atendido. No caso das favelas, essa construção retoma velhos “dogmas” (VALLADARES, 2005), especialmente aqueles que ora associam esses espaços urbanos à carência, à falta de higiene, à criminalidade, ora reafirmam um ideal de comunidade e de cordialidade para os seus moradores.

Uma entidade sem fins lucrativos que trabalha no Morro do Borel há 16 anos, o “JOCUM (Jovens Com uma Missão)”, nos dá um bom exemplo dessa reprodução de um imaginário fixo sobre as favelas. Em uma página virtual de divulgação da entidade, explica-se a importância do projeto para o público atendido:

Conhecido como um dos lugares mais violentos do Rio de Janeiro (na Tijuca) o Morro do Borel tem uma população de 30 mil pessoas, tendo a fama de ser dominado pelo tráfico, pobreza, miséria e violência. [...] 65% da população da comunidade é formada por crianças. 20 mil crianças, na sua maioria ociosas, com pais ausentes a maior parte do dia e conseqüentemente desprovidas de alimentação, afeto, auto-respeito e encorajamento. Para poder garantir um dia-a-dia equilibrado e estável com uma alimentação regular, brinquedos e material didático, estamos procurando padrinhos para estas crianças. O custo para cada criança é de R\$ 35,00/mês. [...] Caso tenha interesse, preencha o formulário abaixo:

- ☐ Gostaria de receber mais informações deste trabalho.
- ☐ Quero ser mantenedor financeiro deste trabalho.
- ☐ Desejo ser intercessor deste trabalho.
- ☐ Quero uma visita na minha igreja para divulgação do trabalho.

A naturalidade com que é fixado um valor padronizado para a “manutenção” de cada criança demonstra, mais uma vez, a familiaridade das operações do Terceiro setor com os axiomas do Capital, o que também não se distancia muito da lógica sustentada pelo governo para calcular as tantas bolsas (Bolsa-família, Bolsa-escola, Fome Zero) distribuídas para as pessoas “de baixa renda”. É certo que o JOCUM não estaria dentro da categoria ONG, como definida pela ABONG, já que o grupo vincula-se a uma perspectiva religiosa para intervir no Morro do Borel. Todavia, afora a distinção da linguagem, que nos projetos sociais está mais próxima do viés acadêmico, as semelhanças no recorte da favela são muitas. Em um projeto formulado pela ONG “Gestão Comunitária”, a justificativa para a intervenção se dá nesses termos:

A comunidade do Borel, situada na região da Grande Tijuca, concentra um grupo de vinte e nove comunidades ‘pobres’, de perfil heterogêneo e diversificado, onde alguns dados sócio-demográficos revelam o nível de exclusão e marginalidade social desta e de demais comunidades da região. [...] A expansão da criminalidade violenta, a vulnerabilidade dos jovens e de suas famílias para enfrentar o desafio da sobrevivência familiar e a redução das oportunidades sociais, concorrem para colocar muitos jovens das comunidades pobres na mira da rede do narcotráfico. (GESTÃO COMUNITÁRIA, 2004)

O apelo para fatores negativos – que supostamente marcariam a diferença dessa região e, portanto, a repartição da cidade entre favela e asfalto – é sempre retomado como fundamento para a intervenção das ONGs. No limite, o problema central da “missão” seria afastar as pobres crianças e adolescentes do tráfico, já que a família e o poder público não têm estrutura suficiente para fazê-lo. Ou ainda, amenizar a instabilidade desses lares, capacitando os adultos para atividades profissionais ou comunitárias, a fim de reconstruir “uma cultura política e trabalhadora” (GESTÃO COMUNITÁRIA, 2004). Como afirma Jailson de Souza e Silva, em um outro contexto, mas que se aplica bem aqui, esses olhares são dominados por uma “percepção sociocêntrica” da classe média, na qual a favela é definida sempre pela ausência (SILVA, 2004).

Contudo, no documentário *Favela Rising*⁴², que ganhou prêmios internacionais por mostrar a “realidade” da favela, a referência negativa a esse espaço urbano é ratificada por um ex-morador de Vigário Geral e um dos idealizadores do “Afroreggae”, Anderson Sá. Protagonista do filme, ele chega a comentar que os meninos e meninas criados ali, se não entrassem no projeto, certamente virariam traficantes. Muito similar, lembremos, com a binariedade proposta por Rifkin: organizações comunitárias ou prisão.

Existe, de fato, uma continuidade que atravessa todos esses exemplos. Um certo “regime de luz”, como diria Foucault, que cria uma favela, a partir de uma angulação específica autorizada pelas práticas e procedimentos que as ONGs atualizam em cada intervenção. Essas entidades, podemos dizer, funcionam como um “dispositivo”, no sentido que Deleuze emprega ao retomar o conceito de Foucault: um conjunto de linhas e curvas (de visibilidade, de enunciação, de força, de subjetivação) que não delimitam um sistema homogêneo, mas processos sempre em desequilíbrio. “Cada dispositivo tem seu regime de luz, a maneira que esta cai, se esvai, se difunde ao distribuir o visível e o invisível, ao fazer nascer ou desaparecer o objeto que não existe sem ela” (DELEUZE, 1990, p.1).

Vimos, no capítulo anterior, como não há uma coincidência óbvia entre o que se vê e o que se fala. A costura entre os enunciados e o visível se estabelece por meio de “efeitos de verdade” e de poder. Instaura-se uma espécie de violência simbólica que ressalta alguns aspectos do contexto, obscurecendo os demais; que pinça certos detalhes de uma realidade que é demasiado complexa e heterogênea. Assim como uma foto, uma notícia, ou mesmo uma imagem em movimento, cristalizam apenas um ponto de vista sobre o momento focalizado, a construção discursiva e imagética sobre as favelas, realizada pelo Terceiro Setor, é somente mais uma perspectiva que direciona o olhar.

⁴² FAVELA Rising. Direção e Produção: Jeff Zimbalist; Matt Mochary. EUA, 2005. DVD.

O problema é que essa “lente” que examina a favela é respaldada por tantas instâncias de poder e saber (pesquisas acadêmicas, dados estatísticos, que reivindicam neutralidade, notícias das mídias), que fica difícil pensá-la por outros aspectos. Daí que o diagnóstico, por mais que se diferencie quanto ao tratamento, sempre aponta a intervenção do “especialista”, no caso, as ONGs, como solução. É o paradigma da medicina atual que prefere tratar o sintoma de forma pontual, sem muito tempo para preocupações com outros aspectos da vida da pessoa, a não ser para cair nos clichês do cigarro, da obesidade, do stress.

Do mesmo modo, os discursos que apontam como causa para os problemas da favela o desemprego, a criminalidade, a pobreza, a falta de “voz”, são reducionistas porque, por um lado, universalizam esses “sintomas”, ignorando as diferentes trajetórias sociais e pessoais dentro de cada favela. Por outro lado, ao legitimarem a ação das ONGs como detentoras das técnicas para o tratamento desses problemas, desconhecem-nas como parte da lógica que os constitui. Assim, vagamente a “sociedade”, o “governo”, o “capitalismo”, são apontados como os culpados da exclusão, das desigualdades, da miséria, mas as ONGs, que se apóiam em todos esses agenciamentos concretos se sobressaem como “a alternativa” para todos os males sociais. Espécie de intermediárias para o desenvolvimento sustentável da sociedade, tornam-se responsáveis por “domesticar” ou estabilizar o corpo social.

Para tanto, elas precisam construir o perfil dos grupos que devem ser socorridos. Afinal, “não há prática social sem um núcleo, ainda que mínimo de conhecimentos sobre as populações concernidas e sobre os modos de assisti-las ou, ao contrário, de excluí-las do atendimento” (CASTEL, 2004, p.58). Em um projeto voltado para a favela, por exemplo, não só os interesses financeiros e sociais imediatos entram em jogo, mas minúsculas engrenagens de poder (psiquiátrico, político, penal, científico) que são atualizados no processo de recorte do público alvo. Essa prática de seleção, como descreve Castel (2004), remonta à concepção cristã de carência, que deixa vestígios a partir do século VI. Desde então, o social-assistencial

retira do campo de atendidos os contestadores e os indigentes e seleciona os “bons pobres” que merecem o auxílio.

Apesar da distância temporal, essas práticas de identificação dos grupos favoráveis ao investimento persistem por meio de outros procedimentos. A seleção, agora, se confunde com a abrangência das organizações não-governamentais e com as tendências dos organismos internacionais. Isso fica claro no *site* “Mapa do Terceiro Setor”, apoiado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), cujo objetivo é mapear todas as instituições sem fins-lucrativos e suas respectivas áreas de atuação a fim de criar um banco de dados que sirva de referência, nacional e internacional, para a formulação de políticas públicas e projetos sociais.

O slogan resume bem a pretensão da iniciativa: “Mapa do 3º Setor - Sua referência para investir no social”. As definições e classificações adotadas se baseiam no “Manual do Terceiro Setor no Sistema de Contas Nacionais”, publicação “recomendada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para ser aplicada pelos 180 países membros e permitir a inclusão do terceiro setor no mapa econômico” (LOPES, 2006). Mais uma vez, ressalta-se a importância de organismos internacionais na definição e homogeneização das práticas, estratégias e mecanismos de seleção que orientam o campo do Terceiro Setor.

A favela, por si só, funciona como uma marca forte para esse tipo de triagem e, portanto, para a captação de projetos sociais, o que facilita a obtenção de recursos e de parcerias institucionais. Primeiro, porque estão incutidas na paisagem da “cidade maravilhosa”, bem aos olhos dos investidores. É impossível não enxergá-las, com sua disparidade estética tão gritante. Depois, porque elas são exóticas, quer dizer, exotizadas: seu samba, seu carnaval, seus malandros, seus heróis atraem e seu etos comunitário comove, mobilizando afetos e até passeios turísticos. Em outra perspectiva, elas estão sempre vinculadas à criminalidade, à miséria, à falta de cuidados públicos e ao preconceito, pressupostos essenciais para as investidas no âmbito social.

A fixação de uma identidade para os moradores de favelas é marcada por cada um desses fatores. Para o Terceiro Setor é, acima de tudo, necessário manter e reafirmar um modelo identitário para o “ser-favelado”, já que é a partir desse horizonte fixo de significação que se constituem suas políticas e intervenções nesse território urbano. O que seria dos inúmeros projetos implementados pelas ONGs, se cada morador ou grupo de moradores das favelas assumissem sua potência ética e criadora diante do caráter ilimitado e finito desses “diagramas subjetivos”⁴³ e representacionais (ROLNIK, 1997)?

Certamente, da maneira que hoje se define uma política pública, ficaria difícil assegurar estatísticas e resultados uniformes em relação aos “beneficiados”, como sempre ocorre. A fixação da identidade, então, se afirma como uma garantia, uma tentativa de interromper o fluxo, de neutralizar os efeitos disruptivos “do trágico no vasto terreno da produção cultural” (ROLNIK, 1997, p.6). Dito de outra forma, ao tornar visível e atualizar uma mesma representação consensual para as favelas, as ONGs, entendidas aqui como um dispositivo, obstam a confluência de novos campos de forças, de mobilização e, também, de comunicação, que não incidam sobre os mesmos postulados que promovem o Terceiro Setor, os quais tentei mostrar aqui.

É justamente por isso, creio, que a metáfora da ponte é empregada de forma tão recorrente pelas ONGs para legitimarem sua importância como mediadoras em uma cidade que se diz “partida”. Se a fronteira, seja ela física ou simbólica, deixasse de existir e com ela a separação entre os dois lados (a favela e o asfalto), a ponte perderia sua razão de ser. Daí a insistência infinda nessas metáforas e representações identitárias esvaziadas que, de resto, só servem para fazer ressoar e promover o “social” e, em particular, a favela, como recurso.

⁴³ Suely Rolnik defende, em um pequeno e rico texto, que a tragicidade da vida é insuperável devido a uma “inconciliabilidade entre o ilimitado movimento de forças formando diagramas e a finitude dos mundos ditados por cada um deles” (ROLNIK, 1997, p.5). Essa experiência de contínua desestabilização, fazendo da subjetividade um “sempre outro” causa mal-estar, principalmente quando negamos esse fluxo, quando ficamos “viciados em identidade”. Daí a necessidade de uma potência ética e criadora capaz de pensar a produção do novo, a concretização de outras formas de vida. Cf. ROLNIK, Suely. **Uma insólita viagem à subjetividade – fronteiras com a ética e a cultura**. São Paulo, 1997. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/suelyrolnik.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2006

III – Regimes identitários: reconhecer para melhor controlar e gerir

Sim, existem sujeitos: são os grãos dançantes na poeira do visível, e lugares móveis num murmúrio anônimo. O sujeito é sempre uma derivada. Ele nasce e se esvai na espessura do que se diz, do que se vê.

Gilles Deleuze, *In: Conversações*

Cambito é o personagem central de um conjunto de tirinhas veiculadas, diariamente, no portal Viva Favela. Suas aventuras e os vários diálogos que vive com seus amigos⁴⁴, sintetizam muito bem a importância que a noção de identidade assume nos agenciamentos que marcam as relações contemporâneas. O personagem mora em uma favela, anda de pés descalços, é negro, usa uma bermuda surrada e sonha em ser jogador de futebol para ganhar dinheiro. Como descreve a equipe que cria as histórias, o objetivo é

Através da criação de um personagem **dos excluídos**, sensibilizar e mobilizar toda a sociedade em prol de um **Brasil mais justo**. Cambito é um personagem de cunho social que objetiva despertar valores de cidadania, solidariedade e honestidade. Sem características de herói, **ele possui seus “super poderes”: Honestidade, Bom coração e Determinação**. Outro objetivo do Cambito é criticar a vergonhosa desigualdade social brasileira e, conseqüentemente, a violência que assola o nosso país. (VIVA FAVELA, 2006. **Grifo meu**)

Em uma animação, intitulada “Reflexo”⁴⁵, vemos Cambito admirando a paisagem carioca de cima da favela. De repente, começa um tiroteio e ele corre das balas, até chegar de forma quase mágica – literalmente ao escorregar em uma casca de banana – em um bairro de classe alta. Isso é notável pelos grandes outdoors, pelas lanchonetes servindo sanduíches abastados, pelo desfile de carros, que parecem importados e pelas vestimentas das pessoas, sempre falando aos celulares. Porém, o que torna ainda mais categórica a diferença entre os universos é o fato de Cambito ser retratado sempre como uma pessoa colorida – “com vida” – em contraponto aos personagens daquele outro mundo que são esbranquiçados, como se estivessem desbotados. Só é possível visualizar o contorno deles, o que parece sugerir que pouco importa ali ter uma identidade ou uma personalidade, desde que se tenha acesso aos bens materiais e simbólicos que tornam as pessoas quase indistinguíveis e desconfiguradas.

⁴⁴ Cada um dos personagens de sua turma representa um suposto grupo das favelas, com seus códigos e valores definidos *a priori*: tem a “boa menina” (simpática e buscando conquistar a amizade de todos); a menina que faz de tudo para ficar famosa; o amigo inteligente que vive com livros nas mãos; o traficante (tem dinheiro, pistola e só usa roupas de marcas); a namorada do traficante; o amigo rico e loiro; a mãe do Cambito (abandonada pelo marido, criou sozinha e com grande dificuldade o filho). O interessante é observar como todos os “estilos” idealizados para os moradores de favelas estão resumidos em cada personagem.

⁴⁵ O filme pode ser assistido no endereço: <<http://www.cambito.com.br/historias>>.

Mesmo assim, Cambito deseja fazer parte daquele mundo e se põe a imaginar como seria. Contudo, seu sonho é sempre frustrado ora pelo olhar assustador do policial que o quer longe dali, ora pelo desdém dos “desbotados” sempre com o dedo em riste lhes dizendo não. A sua diferença em relação àquele universo “anômico” é marcado ainda pela fome, falta de ensino e de oportunidade de acesso aos bens de consumo.

Cambito, é o que parece nos dizer tanto o filme quanto as tirinhas, carrega os signos da exclusão, bem como todos os seus pares que vivem em favelas. No entanto, ele nem sequer sabe o que significa isso. No primeiro diálogo do filme, perguntam a ele o que é exclusão, ao que ele responde: “Não sei, não. Acho que é uma matéria que só é dada em escola particular”. Em um dos quadrinhos, o amigo estudioso de Cambito explica o que seria esse “estado” em que eles vivem:



Cambito e sua turma, por outro lado, não se identificam apenas com referências negativas como a “carência” e a exclusão. Eles cultivam valores comunitários também, ou “super-poderes” como foi definido na citação acima: honestidade, solidariedade, persistência, sinceridade, são alguns deles. Esses princípios, em muitos momentos, são contrapostos ao jeito de viver do único personagem que não mora na favela: o amigo rico de Cambito, que se chama DiPlay. Ele “prefere a companhia da galera do Cambito”, pois não concorda com os valores da sociedade “com dinheiro” em que vive (VIVA FAVELA, 2006). Esse contraste fica bem ilustrado na seguinte tirinha:



Assim, a cada dia, a imagem de uma favela excluída, mas justa, unida e solidária vai sendo construída pelos e para os seus moradores, o que não se difere muito daquele regime identitário fixado pelo Terceiro Setor para esse espaço urbano⁴⁶. A “grande mídia”, como vimos no capítulo I, não se orienta tanto por esse conjunto de referências, optando pela vinculação entre favela e crime, violência, tráfico. Vimos também que, na maioria das vezes, quando os moradores desses lugares se apropriam das mídias, reproduzem uma mesma estrutura comunicacional. Acrescentemos, agora, que eles reafirmam, também uma lógica identitária que, estrategicamente, é convocada como instrumento de luta, embora muitas vezes seja apenas mais um obstáculo para as mudanças reivindicadas.

III. 1 - Da identidade e seus problemas

Existem muitas palavras usadas correntemente para expressar a sensação de identidade que o bom senso dominante julga imprescindível para manter a vida ordenada e íntegra. Ouvimos, com frequência, alguém defender a importância do “caráter” ou acusar que determinada pessoa não tem “personalidade”, pois mudou de posição política ou, simplesmente, seu ponto de vista sobre determinado assunto. Em outros momentos, somos interpelados por pessoas que não encontramos há tempos: “você não é mais a (o) mesma (o), está muito diferente, aconteceu alguma coisa?”.

⁴⁶ A coincidência não é fortuita, afinal, o projeto “Cambito e sua turma” foi criado para o *site* Viva Favela, que é gerido pela ONG Viva Rio.

De fato, nos ensinam ao longo da vida a construir uma narrativa linear para nossa existência, atribuindo encadeamento racional aos fatos, como se cada momento e experiência obedecessem a uma causalidade, explicável por meio da memória e dos traumas que carregamos. Embora essa sensação de continuidade seja ilusória, persistimos em uma referência identitária devido a uma intolerância generalizada aos vazios de sentido que a constante desestabilização pode nos proporcionar (ROLNIK, 1997). A cada momento somos transformados pela força do presente (sempre novo) e ainda que tenhamos a necessidade de reafirmar uma integridade, isso só é possível negando os fluxos e a potência do acaso e das experiências cotidianas que nos tornam “outro”.

Esse ideal identitário não se limita ao âmbito individual, colocando-se como fundamento para a legitimação e perpetuação dos grupos sociais. Muitos estudiosos (ANDERSON, 1983; OLIVEIRA, 1990) já abordaram, por exemplo, a ilusão e a violência que existem por trás da afirmação de uma identidade nacional. Em vista de uma pluralidade de grupos, com interesses e histórias heterogêneas, faz-se necessário a força do Estado para instituir uma suposta unidade e coesão à multiplicidade, que passará a se organizar como uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 1983). Essa identidade nacional será construída por meio da homogeneização de certos traços dos grupos e da rejeição de tantas outras características culturais tão fortes quanto as selecionadas. Para legitimar essa identidade abstrata, o Estado se utiliza do seu potencial repressor, além de estratégias mais simbólicas como a criação de um mito de origem, de uma história coerente e de datas comemorativas e feriados nacionais⁴⁷.

⁴⁷ A fixação de uma data comemorativa como estratégia para identificar um grupo foi também utilizada no caso das favelas. Isso fica claro na seguinte notícia veiculada na Rede de Informações para o Terceiro setor (RITS): “a ONG Central Única das Favelas (Cufa) escolheu o dia 4 de novembro como o Dia da Favela. A campanha pela criação da data comemorativa começou em março e se encerrou no dia 12 de dezembro. O objetivo é, por meio de ações simbólicas, reunir forças para resgatar a auto-estima e a cidadania das pessoas que vivem nas favelas. O dia 4 de novembro foi escolhido porque foi nessa data que, pela primeira vez, o Estado reconheceu a existência de uma favela, a do Morro da Providência, no Rio de Janeiro (RJ)” (RITS, dezembro de 2005).

A multiplicidade de grupos, todavia, não deixa de existir. Pelo contrário, muitos deles passam a pressionar o governo para que seus direitos (e sua diferença) sejam reconhecidos também como legítimos. Para tanto, as pessoas se organizam em torno de uma identidade, construída em nome de uma história em comum. Essa identidade tampouco é genuína, obedecendo a um reducionismo tão violento quanto aquele estatal.

As favelas levantaram-se, no Rio de Janeiro, como um desses grupos que reivindicam uma identificação na esfera pública nacional. Quer dizer, antes mesmos de seus moradores se auto-representarem como “favelados”, diversos textos de profissionais ligados à literatura, música, imprensa, medicina, engenharia, filantropia, ao direito e ao urbanismo, passaram a criar um “tipo ideal” ou um “arquétipo” para os aglomerados de cortiços que se espalhavam pela cidade (VALLADARES, 2000). Lícia Valladares (2000) argumenta que a necessidade de construir essa representação consensual parte de uma “finalidade prática”, que remonta ao século XIX: conhecer o *locus* de pobreza urbana, para melhor intervir, gerir e manter a ordem da população brasileira, principalmente em favor das elites nacionais.

Podemos notar, então, que só em um segundo momento os próprios moradores de favelas se apropriaram desse arquétipo. Essa identificação se tornou estratégica, sobretudo, durante o período das remoções (décadas de 60 e 70), quando foi preciso a união para lutar contra a força do aparelho estatal que pretendia varrer para longe as favelas⁴⁸. Contudo, mesmo sob esta perspectiva, é limitado homogeneizá-las, visto que cada uma delas passou por diferentes enfrentamentos com o governo e por formas muito específicas de mobilização da população.

Hoje em dia, apesar de muitos atestarem as diversidades sociológica, histórica, econômica em cada uma das favelas, a força dessa representação consensual continua

⁴⁸ Pouco antes disso, em 1953, é inaugurada a “União de Trabalhadores de Favelas (UTF)”, cuja sede se localiza em um barracão no Morro do Borel. O objetivo é discutir os problemas de infra-estrutura e o risco de remoções. (ISER, 2004). O fato de estar localizado no Borel é fundamental para entender a ênfase na necessidade de resgatar a memória de luta desse local, que muitos projetos sociais (como o “Condutores de Memória”) irão alegar 40 anos depois.

imperando, o que dificulta, inclusive, questionar o imperativo de “cidade partida”, além de tornar confusa e limitada a reflexão a respeito da pobreza carioca. Se antes já se mostrava reducionista a identificação entre favelas, hoje em dia, essa representação fixada *a priori* parece ainda mais precária e, por outro lado, muito mais rentável para os interessados em sua reprodução. Suely Rolnik (1997) sugere que a insistência em um referencial identitário por diversos grupos sociais marginalizados, apesar de ser considerada politicamente correta, constitui-se em um falso problema. Isto porque é a própria figura da identidade que deve ser combatida, a fim de substituir uma postura conservadora e “endurecida” por processos de singularização, capazes de criar novas possibilidades de existência, de vivenciar o mundo.

O enrijecimento da identidade do “ser-favelado” – com suas variações respectivas –, no entanto, é sempre retomado como única forma de combate à estigmatização. Como se para contestar uma identificação negativa fosse necessário travar uma luta obrigatoriamente no mesmo eixo identitário e representacional. Como tentei mostrar no capítulo I, qualquer significação é construída socialmente e atualizada de acordo com o contexto. Janice Caiafa (2005) traduz poeticamente essa não fixidez da representação ao dizer que:

O signo se move enquanto falamos
não se prende na palavra – Novidade –
É novo o que de novo se fala – Porque
é sempre outro o que se quer dizer.
(CAIAFA, 2005, p.37)

Sendo o signo relacional e sempre instável, por que falar, então, em uma representação consensual para as favelas? E qual a relação que se estabelece entre esse arquétipo e o ideal identitário? Tanto a busca de conformação de uma identidade quanto a tentativa de estagnação do sentido da palavra, dependem de uma série de imperativos que também são relativos e interdependentes de acordo com os agenciamentos em que se encontram. As mídias, o Terceiro Setor, o Estado, a iniciativa privada e os próprios moradores são exemplos de interesses em jogo na imobilização do signo “favela”, que acaba orientando um certo imaginário sobre o modo de vida das pessoas que lá habitam.

Por exemplo, quando observamos as tirinhas e as animações do “Cambito e sua turma”, percebemos que a criação artística ali tem um objetivo muito bem definido que é atrair a atenção para os problemas e potencialidades das favelas. Para tanto, alguns signos são conclamados para identificar seus moradores: desde as vestimentas pobres, o sofrimento, a carência, a vitimização, até a bondade, a determinação e todos os valores positivos atribuíveis ao “bom caráter”. Essa identidade do “ser favelado”, que paira quase como uma essência filosófica, pode até trazer benefícios, caso o objetivo seja tornar mais acessível e assegurável a inserção nas favelas por meio de programas e projetos desenvolvidos pelo Terceiro Setor em parceria ou não com o Estado. Nas palavras de uma moradora do Borel: “o estereótipo da favela dá dinheiro para projetos e para as pessoas que vivem disso”.

Contudo, a insistência em uma identidade bem definida esbarra na impossibilidade de conjuntificar e homogeneizar a diversidade de pessoas e grupos que convivem nesse espaço urbano. A própria idéia de que uma comunidade solidária viceja apesar de todas as intempéries que possam abalar os favelados é uma construção, antes de tudo, idealizada pelo poder público e, depois, reapropriada pelos moradores. Essa identificação entre favela e comunidade é empregada, muitas vezes, de forma mecânica e corriqueira. Um exemplo disso é a história contada por Ruth – uma das coordenadoras do grupo “Condutores de Memórias” – sobre um morador da Chácara do Céu que, em uma oficina do projeto, exclamou: “obrigado, estou sabendo agora o que é uma comunidade”. Em muitas outras conversas com antigos habitantes do Borel percebi uma certa contestação desse ideal comunitário:

Não sei se você mora na favela, mas lá as pessoas dizem que estão cagando e andando para os problemas do outro. Ninguém se importa se você almoçou, se você jantou ou se você está com fome. (Conversa informal, 2005)

Aqui no Borel não existe união. Tem projeto, mas morre ali. Falta comunicação e solidariedade. (Conversa informal, 2005)

Esses dois pontos de vista contrapõem aquela “conversa” entre Cambito e seu amigo rico que ficou abismado com a amizade de todos na favela. Pelo contrário, em muitos

contextos parece se destacar, sobretudo, um certo individualismo entre as pessoas. Isso não significa defender a plenitude do “sujeito” em contraponto à socialização. Pelo contrário, é uma tentativa de destacar que o simples de fato de morar em uma favela não determina a existência de qualquer pessoa ou grupo, apenas participando como um vetor nos “processos de subjetivação”. Contudo, tamanha é a atenção dispensada para esse “detalhe”, que ele se revela um elemento sobressalente para a identificação dos próprios moradores.

Guattari (2005) observa que a subjetividade é formada por “agenciamentos coletivos de enunciação”, que colocam em questão inúmeras instâncias, não correspondendo “nem a uma entidade individuada, nem a uma entidade social predeterminada” (GUATTARI, 2005, p.39). Adiante nos deteremos mais profundamente nessa abordagem. O que importa, nesse instante, é perceber como a fixação de uma identidade para os moradores de favelas é essencialmente modelada e precária, já que não permite vislumbrar a pluralidade de agenciamentos coletivos que participam da produção subjetiva. O resultado disso é uma identificação ancorada em antigos problemas e pouco aberta para a criação de novos universos existenciais.

De um ponto de vista político, é interessante observar como esse etos do “ser favelado” acaba forçando uma espécie de mobilização facilmente capturável pelas malhas do “controle” e pelos aparelhos do Estado. Até mesmo porque uma identidade pode tornar qualquer luta previsível demais, desarmando os fronts com sua força disruptiva. Ainda assim, é sempre mais fácil sustentar um modelo representacional, mesmo que esvaziado, já que ele pode trazer a sensação de segurança e poder diante de qualquer “alteridade”.

III. 2 – Identidade e Memória como recursos

A construção de um ideal identitário para as favelas se apóia, sobretudo, na rememoração. Como vimos anteriormente, durante o período das remoções⁴⁹, os moradores se reapropriaram de uma representação para lutar contra o poder do Estado. Hoje em dia, a memória é evocada para relembrar a força dessa mobilização e, a partir desse passado de união, re-significar a imagem estigmatizada do morador de favela. A instrumentalização da memória como elemento fundamental para reconstruir uma identidade se sobressai na seguinte apresentação do projeto “Condutores de Memória”:

Nada do que existe hoje surgiu por acaso. O projeto “Condutores de Memória” tem como objetivo fazer notória a **história de lutas e conquistas** dos moradores. [...] Através da realização de oficinas com a participação de moradores jovens e antigos, foi possível compartilhar histórias de vida, recordações e lutas sociais que fizeram **a comunidade ser o que é hoje**. (CONDUTORES DE MEMÓRIA, 2001)

A construção da memória dessas localidades por seus (suas) moradores (as) contribui para a reconstrução de uma política local e para a valorização de sua **auto-estima**. O projeto pretende contribuir para a eliminação do estigma relacionado à favela e seu entorno, através da valorização de seus bens culturais. (CONDUTORES DE MEMÓRIA, 2005)

No momento em que um grupo de moradores da favela se propõe a resgatar uma dada memória coletiva – a partir de um suposto passado de lutas dos moradores mais antigos – fica evidente a necessidade de recompor sua biografia diante de valores demandados pelo presente. Na verdade, a memória da favela já aflora atravessada por uma complexidade de reconstruções: não só os quadros sociais de hoje conduzem as lembranças, mas também o que Ecléa Bosi (1994) chama de “universos de discurso” – esquemas de narração e interpretação dos fatos que autorizam uma imagem consagrada do grupo. Daí a centralidade da mídia para o ato de rememorar, já que a informação e a opinião se sobrepõem a outras formas de narrar as experiências.

⁴⁹ Quanto a importância da rememoração desse período, o comentário nostálgico de “Seu Bonifácio”, em entrevista para o *site* Favela Tem Memória, é elucidativo: “o povo era mais unido, pareciam irmãos. Hoje ninguém mais se interessa por nada, nem lembra de nada. A luta do Borel quase já não tem mais sentido. Tudo aquilo que se fez foi por água abaixo” (FAVELA TEM MEMÓRIA, 2005).

A memória, então, não é algo que fica latente e armazenada em algum misterioso espaço de nosso inconsciente. Ela é dinâmica e está em constante reconstrução. Maurice Halbwachs (1990) foi o primeiro sociólogo a defender a impossibilidade de reviver o passado tal e qual ocorreu, pois o conjunto de nossas idéias atuais, a posição social que ocupamos no ato de rememorar, interferem no conteúdo da memória. A memória é afetada, ainda, pelo olhar, cheiro e sabor sentidos no presente, de modo que uma falta observada no agora pode pinçar o que convém do que já se passou. Uma ilusão de repetição pelo qual somos atravessados nos faz crer que podemos rever ou reviver o passado exatamente como ele ocorreu.

Para entendermos o lugar ocupado hoje pela memória é necessário fixar que uma complexidade de mudanças históricas alterou progressivamente a relação entre passado-presente-futuro. De acordo com Pierre Nora (1984), essas transformações incessantes da modernidade e seus desdobramentos – que reverberam e são potencializados na sociedade contemporânea – levam a um sentimento de ruptura com o passado e sua conseqüente obsessão pelo registro, pelos traços, pelos arquivos.

A partir do momento que uma tradição da memória começa a desvanecer, torna-se preciso criar marcos para ancorar as lembranças. Isto é, quando não experimentamos mais a rememoração como processo “vivo” e espontâneo⁵⁰, diante de uma crescente “desritualização do mundo”, surge a necessidade de corporificar a memória em certos locais onde um “sentido de continuidade” permanece (NORA, 1984).

Esses “lugares de memória”, para Nora, afloram na medida em que não existem mais contextos reais de memória, mas, uma progressiva exteriorização das lembranças, aprisionadas e cristalizadas em arcabouços sígnicos. O autor muda o rumo dos estudos sobre

⁵⁰ Essa diferenciação entre uma memória “instrumentalizada” ou histórica e a memória encarada como um “processo vivo” é melhor explicada por Ecléa Bosi ao retomar o sentido da rememoração para os gregos. Conta a autora, apoiada nos estudos de Vernant, que no apogeu da civilização grega, o ato de rememorar não tinha a função de ordenar o tempo ou localizar um fato cronologicamente, como fazemos hoje. A memória era vidência e êxtase: “o passado revelado desse modo não é o antecedente do presente, é a sua fonte” (BOSI, 1994, p.89).

os processos sociais de memorização, ao afirmar que o que chamamos de memória, hoje, já é história. Para fundamentar essa idéia, Nora dialoga com outros autores e traça uma minuciosa distinção entre a “memória real” e a história (forma pela qual, segundo ele, a contemporaneidade organiza socialmente o passado).

Apesar de vista como conservadora por alguns, parece pertinente a idéia de Nora de que a memória é facilmente “sequestrada” pela história, o que intensifica a demanda por lugares onde fixar as lembranças. Nesse movimento (ou jogo) que surgem as iniciativas com o objetivo de resgatar a memória da favela. Tomemos como exemplo o projeto “Condutores de Memória”. A existência – por si só – de uma mobilização com esta finalidade tão definida é sintomática da idéia de Nora de que a memória perdeu sua espontaneidade. Ao contrário do autor que parece lamentar esse fato, o interessante é observar exatamente a importância que o esquema de narração e de resgate histórico ganha no ato de rememorar provocado ou desencadeado por um grupo com uma finalidade dada *a priori*. Isso fica claro no objetivo assumido pelo “Condutores de Memória” que é “reconstruir uma cultura política local e dar uma visibilidade social positiva ao espaço urbano-social, voltada para a reconstrução, sistematização e registro da memória histórica e cultural de comunidades da Grande Tijuca” (CONDUTORES DE MEMÓRIA, 2001, p.3).

Ora, valoriza-se explicitamente uma memória de luta dessas comunidades, desconsiderando suas descontinuidades (dito de outra forma, os inúmeros grupos com suas respectivas memórias de que fala Halbwachs). Ou seja, constrói-se um grupo abstrato e generaliza-se uma identidade que pressupõe uma história “universal”, com o intuito de “eliminar o estigma relacionado à favela” (CONDUTORES DE MEMÓRIA, 2001). A memória passa a funcionar, então, como um recurso, na tentativa de “bloquear o ato de esquecer”, “estabelecer um estado de coisas”, ou ainda, “materializar o imaterial” (NORA, 1984) e, assim, expressar o anseio de retorno a ritos que definem os grupos.

A perspectiva de Nora, portanto, ajuda a pensar como os grupos, no caso os moradores de favelas do Rio de Janeiro, precisam criar marcos para ancorar sua memória, diante do lugar estigmatizado ocupado por eles na história e, principalmente, na mídia. Ao criarem esses enclaves, já não é a memória que sobrevive, mas uma história construída a partir de fragmentos de lembranças, de recortes de jornais, de representações das novelas.

A permeação entre esse material simbólico disponibilizado pelas mídias e a história da favela sustentada pelo *site* “Favela tem Memória” e pelo grupo “Condutores de Memória”, por exemplo, fica visível na importância dada a alguns elementos durante a rememoração, em detrimento de outros aspectos silenciados. A memória aflora já atravessada por um universo heterogêneo de reconstruções, como fica claro na apresentação do *site*:

O site FAVELA TEM MEMÓRIA vem se somar às várias iniciativas recentes de construção da memória das favelas no Rio de Janeiro. Queremos **valorizar as lembranças** dos moradores mais velhos e resgatar experiências coletivas de participação política, associativa ou religiosa. **Queremos fazer circular histórias do passado para reforçar laços, identidades e sonhos do presente.** Já inauguramos uma *Galeria* de fotos com **imagens das favelas** e iniciamos um levantamento musical para a seção *Gramophone* que reunirá um conjunto de **músicas que foram produzidas nos morros cariocas**. A seção *E por falar em favela* é alimentada por **notícias publicadas pela grande imprensa, veiculadas décadas atrás, sobre personagens, remoções, estratégias e intervenções do Estado**. Já a seção *Sopa de números* é útil para comparar a situação das favelas no passado e do presente. Na seção *Favelário*, nome inspirado no **poema** homônimo do poeta Carlos Drummond de Andrade, temos a oportunidade de conhecer as várias versões das origens dos nomes dados às favelas cariocas. O *Fio do Tempo* traz a **cronologia dos acontecimentos históricos** que afetaram a vida dos moradores das favelas desde o século passado até os dias de hoje. **[grifo meu]**. (FAVELA TEM MEMÓRIA, 2005)

Inúmeros discursos são evocados e participam do processo de “enquadramento da memória” (POLLACK, 1989): a “voz” da favela e a força da rememoração são mediadas e dissolvidas por inúmeras estratégias de objetivação, formando uma espécie de *puzzle* que reúne documentos, imagens, sons e testemunhos, presumivelmente capazes de representar a favela como “comunidade afetiva”.

Cabe a pergunta: essa construção proposta pelo *site* pode ser observada pela ótica da luta social implementada por um grupo que pretende combater um posicionamento negativo

em que se encontra, como defende Pollack (1989), ou será só mais uma manifestação midiática que acompanha o *boom* da memória, em sintonia com o implacável alerta de Andreas Huyssen (2000) de que o passado pode ser bem lucrativo?

Mais importante do que arriscar uma resposta precisa, é observar que, desse patrimônio mnemônico parece, ao menos, derivar uma identidade nos moldes descritos por Fausto Colombo: uma “mera etiqueta externa para o reconhecimento de um grupo, que se define com base nas relações com o mundo exterior e por conseguinte com base na própria diferença” (COLOMBO, 1991, p.118).

Nesse sentido, o passado é enquadrado de acordo com as demandas do quadro sócio-cultural do presente – assumindo nuances de mito – e se torna mais um aliado para a conformação de uma identidade bem moldada. Dinâmica que repercute, decisivamente, na forma como a imagem da favela é construída, atribuindo às memórias resgatadas modelos históricos consagrados, mais adequados para o processo de serialização, hierarquização e modulação das identidades. Se, por um lado, essa é a maneira mais fácil e prática encontrada pelos moradores de favelas para lutar pontualmente contra uma referência negativa que os identifica socialmente, por outro, sustentar o jogo da identidade faz com que se mantenha um mesmo princípio binário que aparta um “nós” (favela) e um “eles” (asfalto). Desse modo, a disputa entre heróis e bandidos é ressignificada, com um lado sempre reivindicando o papel de vítima social.

III. 3 – Vitimização nas favelas cariocas

Ao trabalhar a idéia de risco na sociedade contemporânea, facilmente nos deparamos com uma distinção binária construída socialmente e historicamente para localizar as vítimas sofredoras (ou potencialmente sofredoras) de um lado e os criminosos ou agentes

responsáveis pelo sofrimento, de outro. Clarice Lispector, em uma crônica singular⁵¹, expressa essa aparente contradição, colocando-se como parte do jogo, cujo desfecho é a morte de “Mineirinho”, bandido famoso no Rio de Janeiro da década de 60. Caçado como facínora e assassinado com 13 tiros por policiais. A sensibilidade da autora chama a atenção não só pela revolta “irredutível” diante da prepotência da polícia, representada pelo desnecessário número de disparos, mas, principalmente, por enxergar complexidade, onde só se costuma apontar dualidades. Ao invés do discurso da vítima – aliviada, agora, pela morte de quem a ameaçava – o incômodo derivado da percepção de que também se é parte da construção cotidiana desses “erros”.

[...] Essa justiça que vela meu sono, eu a repudio, humilhada por precisar dela. Enquanto isso durmo e falsamente me salvo. Nós, os sonsos essenciais. Para que minha casa funcione, exijo de mim como primeiro dever que eu seja sonsa, que eu não exerça a minha revolta e o meu amor, guardados. Se eu não for sonsa, minha casa estremece. Eu devo ter esquecido que embaixo da casa está o terreno, o chão onde nova casa poderia ser erguida. Enquanto isso dormimos e falsamente nos salvamos. Até que treze tiros nos acordem, e com horror digo tarde demais - vinte e oito anos depois que Mineirinho nasceu - que ao homem acuado, que a esse não nos matem. Porque sei que ele é o meu erro [...] (Clarice Lispector, 1978)

Existem ressonâncias entre a posição assumida por Clarice e a observação de Slavoj Žižek de que o lugar de “‘inocente’ no universo do capitalismo global é em si uma falsa abstração” (ŽIŽEK, 2003, p.67). A autora não incorre nesse reducionismo. Pelo contrário, parece querer sacudir todos nós, “sonsos essenciais”, imersos em um individualismo fundamental para desconsiderar a miséria diariamente perpetrada como fruto da nossa existência.

O que me sustenta é saber que sempre fabricarei um deus à imagem do que eu precisar para dormir tranqüila, e que os outros furtivamente fingirão que estamos todos certos e que nada há a fazer. Tudo isso, sim, pois somos os sonsos essenciais, baluartes de alguma coisa. E sobretudo procurar não entender. Porque quem entende desorganiza. (LISPECTOR, 1978)

⁵¹ LISPECTOR, Clarice. “Mineirinho”. In: *Para não esquecer*, 1978.

Muitos são os “Mineirinhos” acusados, repudiados, assassinados diariamente: de traficantes a bandidos, de terroristas a favelados. Alvos de uma repressão policial intransigente, que sabe a quais imperativos responder. Enquanto isso, uma classe média exasperada demanda mais proteção do Estado ou se refugia em condomínios e sistemas de segurança, sem encontrar explicações plausíveis para tanta “violência” e “falta de racionalidade”. Não, não é preciso exaltar a violência como síntese inquestionável de um sistema excludente. Clarice não o faz e, no entanto, percebe que “tudo o que nele [Mineirinho] foi violência é em nós furtivo, e um evita o olhar do outro para não correremos o risco de nos entendermos”.

Também não é preciso escolher, entre “transgressores” e “cidadãos pacíficos”, um lado para nos posicionar. A idéia é pensar, justamente, a “mistificação” presente “nesses momentos de aparente clareza de escolha” (ZIZEK, 2003, p.71).

Essa tendência a apontar bandidos e mocinhos onde só há “efeitos de verdade” e de poder – cotidianamente narrada pelas mídias – resulta em implicações muito concretas para a vida de milhares de brasileiros. Quando focalizamos a favela como eixo de reflexão, percebemos que esse reducionismo, além de reforçar o abismo simbólico existente entre “morro” e “asfalto”, acaba desviando ainda mais o olhar dos problemas sociais que tornam possíveis a violência e a pobreza, o que inviabiliza a tomada de uma postura menos “ingênua” diante do sofrimento alheio.

Em vista dessa problemática, parece possível e necessário tentar delinear um processo político de exclusão e de construção identitária, que acaba inventando a favela como “diferença”. Como os moradores desse espaço urbano estigmatizado se situam diante dessa “lógica do risco”? Reivindicando o lugar de vítimas ou ocupando essa posição de forma estratégica? Quais são os “outros” desenhados por eles para justificar essa vitimização, a quem atribuem a responsabilidade pelos seus sofrimentos?

Pensar a sociedade contemporânea como uma contingência histórica marcada pela “lógica do risco” significa marcar uma descontinuidade no modo como os sujeitos entendem suas relações – consigo mesmo, com o mundo e com os outros – hoje. Essa diferença situa-se em um processo mais amplo de passagem da “disciplina” para o “controle”, em que os tradicionais sistemas de confinamento, exame e correção (a escola, o exército, a indústria e o hospital, por exemplo) perdem lugar para novas formas de assujeitamento, mais sutis, imperceptíveis, por isso mesmo, menos simples de serem nomeadas (DELEUZE, 1992; VAZ, 2004).

A singularidade do conceito de risco deve-se, como sugere Vaz, a uma nova articulação temporal, na qual o presente parece, a todo momento, antecipar o futuro e atribuir responsabilidades ao porvir. Ou seja, a ação humana passa a ser condicionada pelo cálculo do futuro, através de um “nexo causal probabilístico”, que implica em uma “dupla contingência”:

além de o acontecimento negativo a ser evitado ser meramente provável, só existe risco se este puder ser atribuído, no todo ou em parte, a uma decisão humana, seja ela do próprio indivíduo ou de um outro agente que possa ou pudesse ter algum tipo de poder para evitar o advento ou minimizar suas conseqüências negativas. (LUHMANN, *apud* VAZ *et al*, 2005, p.5)

A emergência do “risco” rompe com a lógica da sanção normalizadora – que tem por necessidade homogeneizar os comportamentos por meio de uma vigilância permanente – ao produzir subjetividades não mais a partir da vinculação entre uma norma bem delimitada e o seu desvio, mas na relação entre prazer e futuro, entre hábitos cotidianos e risco. Diante da idéia de fator de risco, não faz mais tanto sentido julgar se as práticas sexuais, alimentares ou de consumo, por exemplo, são corretas ou se devem ser corrigidas e vigiadas, desde que o indivíduo ou grupo responsabilize-se pelas conseqüências – ou algum outro agente assuma essa responsabilidade – e não coloque em risco o bem-estar das outras pessoas.

O controle se exerce exatamente em conexão com um discurso elogioso da diferença, que interessa, sobretudo, ao mercado, que não cessa de ofertar uma gama de opções de estilos

de vida adquiríveis (VAZ, 2004). A contrapartida a essa liberdade na escolha de quais riscos correr é, por um lado, a mudança de um Estado de bem-estar social para um neoliberal, marcado por uma “consequente des-coletivização dos riscos calcada na idéia de que grande parte dos sofrimentos futuros a ocorrer dependem de decisões diárias sobre seu estilo de vida” (VAZ *et all*, 2005, p.6). Por outro lado, sobressai-se uma

intolerância em relação a todos aqueles que nos põem em risco sem o nosso saber ou desejo. A responsabilidade pela exposição involuntária não se detém no agente que comete a ação; também incide sobre agentes que são capazes de agir para evitar o risco colocado por outros. O Estado é usualmente convocado como este agente que nos expõe a riscos que não desejamos. (VAZ *et all*, 2005, p.6)

Nesse cenário, surge a figura da “vítima virtual”, que é análoga a noção de “portador”, mas com um diferencial: ambas modificam seus hábitos para evitar um provável sofrimento futuro, mas a vítima foi exposta ao risco não por sua escolha e sim por motivações alheias – dos criminosos, do Estado, ou ainda, da sociedade (VAZ *et all*, 2005).

O que chama a atenção nessa relação entre identidade e risco é a importância atribuída a uma outra forma de vigilância, chamada por Paulo Vaz de “preditiva”. Nela, “a representação antecede e orienta a descoberta do referente” (VAZ, 2005), não mais para corrigi-lo, mas para evitar uma catástrofe: agora, a identidade do indivíduo importa não pelo que ele fez ou faz, mas pelo que ele pode fazer. Essa lógica de prevenção contra um possível risco é fundamental para entender tanto o medo das favelas quanto a inserção dos projetos sociais implementados pelas ONGs nesse espaço urbano. Como vimos no capítulo II, uma justificativa usual para tentar legitimar as intervenções nas favelas é o discurso de que os jovens precisam ser afastados do mundo do crime. Como enfatiza uma informante:

Quem começou essa visão também foi a mídia. Então, o jovem da comunidade, se não estudar, se não tiver num projeto, é bandido. E as pessoas antigas, que nunca entraram em projetos? São bandidos? São poucos que são. Então, quer dizer que ele é obrigado a entrar, a mãe tem que empurrar e ele não quer, mas ele tem que ir, se não ele é bandido? A mídia contribui muito para isso. [...] Na favela tem violência? Tem demais, mas será que é só aqui? O mundo todo está violento. Aí eu vejo as pessoas numa

reunião, até aqui dentro da comunidade, as pessoas falarem que se estão assaltando aqui na Tijuca tem que falar com “os caras” [*referência aos traficantes*]. Quer dizer que só assalta quem é do morro? Só os caras daqui? A própria mídia está tendo várias contradições. Eles tiveram um papel de massacrar as favelas, dizendo que todo culpado é da favela e agora eles estão entrando em contradição porque estão pegando um tanto de coisa que antes não mostravam. (Conversa informal, 2005)

III. 4 - Vítimas de quem?

A dificuldade de pensar a problemática da favela dentro do que Slavoj Žizek chama de “totalidade dialética do sistema” deve-se a um motivo aparentemente simples: ao contrário da diferença, apontada pelo autor, entre o hedonismo do ocidente capitalista e uma cultura fundada em outros princípios⁵² – na qual o arriscar-se por uma “causa maior”, mesmo que transcendental, ainda faz pleno sentido – a separação “nós” (asfalto) *versus* “eles” (moradores de favelas) é, acima de tudo, uma construção equivocada. Além de se afirmar no âmbito de uma mesma relação com a “lógica do risco”. Isto porque tanto os moradores de favela quanto os “outros” do asfalto são atravessados pelo mesmo modo (ao menos, o mais generalizado) de lidar com o sofrimento, o que torna precária qualquer tentativa de transformação. Nas palavras de Žizek (2003), estão presos a uma “rede sócio-ideológica comum”. Diz uma informante, que vive no Morro do Borel há 22 anos:

Se eu não morasse na comunidade, acho que eu não subiria morro, não. Porque, você sabe, né? A fama que o morro tem é só de violência [...] Eu falo para minha filha não se envolver com essa garotada do morro. Não que eles sejam traficantes, mas ninguém sabe se é usuário, ninguém sabe direito quem eles são. Você viu no “Fantástico” [*programa da Rede Globo*], domingo? Tem menina que começa a vida com 10 anos... Isso é o fim do mundo. (Conversa informal, novembro de 2005)

⁵² Žizek se refere aos “fundamentalistas mulçumanos” responsabilizados pelos ataques às Torres Gêmeas, no 11 de setembro. Mas, também podemos pensar nos kamikazes japoneses, treinados para “perder” a vida em nome da pátria, durante a Segunda Guerra Mundial. A idéia é tentar diferenciar a cultura ocidental, com seu excesso de zelo pelo corpo e pelo prolongamento da vida, de outras culturas com suas formas distintas de apreensão do real e da relação vida-morte, público-privado.

Podemos perceber claramente aí uma mesma lógica de classificar como fator de risco uma pessoa ou grupo, mesmo que esse perigo seja apenas uma suposição. Do mesmo modo, repete-se a atribuição da responsabilidade pelo sofrimento a um agente abstrato, o que dificulta inclusive a abertura para novos sistemas de valorização. Ao contrário dos “terroristas” que arriscam a própria vida em nome de uma causa pública, colocando em xeque tanto a lógica do risco quanto o hedonismo, muitos moradores de favelas também reivindicam para si a posição de “vítima virtual”, que necessita de mais proteção⁵³.

Contudo, pelo menos duas contradições com o posicionamento do “asfalto” são possíveis: primeiro, a inviabilidade por parte de alguns moradores de mudar completamente seus estilos de vida, evitando, por exemplo, lugares tidos como perigosos. Como observa Bauman (2003), num mundo em que a mobilidade é um dos fatores mais fortes de estratificação social, o confinamento e a imobilização em espaços indesejáveis é considerado degradante, além de servir como referência para apontar as “inclinações endemicamente criminosas” de determinada população (BAUMAN, 2003, p.109).

Um outro possível diferencial é a insegurança em relação aos próprios policiais que, como se sabe, são os causadores de boa parte da violência nas favelas cariocas. Daí a dificuldade em demandar mais segurança pública. Isto aparece, por exemplo, na declaração de uma moradora do Borel:

Aqui no morro é tudo maravilhoso... Só devia pegar os que estão guerreando [*alusão aos traficantes e policiais*], colocar no helicóptero e levar para o Iraque. Aí ia ficar tudo bem. (Conversa informal, 2005)

A desigualdade, em geral, é pouco apontada por grande parte dos moradores das favelas como causa maior da violência e do sofrimento urbanos. E quando aparece, assim como na mídia – representante por excelência da classe média –, ela é atribuída a algum sistema econômico abstrato ou, simplesmente, à sociedade. De fato, como atentam Vaz *et al*,

⁵³ A idéia de comparar esses dois universos é somente uma estratégia para tentar compreender e problematizar a vitimização que se opera cotidianamente nas favelas cariocas e contra elas.

Considerar que o crime tenha origem em desigualdade social passa a ser motivo de anátema, pois é sentir compaixão por ‘monstros’ sem nenhum respeito pela vida alheia, desconsiderar o sofrimento das vítimas e ser parte de elites que se autoflagelam mesmo quando são tolerantes e respeitadas do direito à vida. A alteridade do risco se sobrepõe à da pobreza (VAZ *et all*, 2005, p.6).

No caso das favelas cariocas, o Estado “incapaz” surge facilmente como principal agente causador ou facilitador do sofrimento. O editorial do jornal O Cidadão – voltado para os moradores do Complexo da Maré – nos dá um bom exemplo disso:

Na ausência de políticas claras e programas que enfoquem suas necessidades específicas, nossos jovens e adolescentes morrem vítima da violência, das drogas, da AIDS ou do descaso. Uma sociedade séria se preocupa com seu futuro. Mas, no Brasil, poucas são as iniciativas que trabalham a promoção da saúde e do jovem, para que amanhã tenhamos adultos mais saudáveis e conscientes. E o que existe de bom corre o risco de acabar. (O CIDADÃO, agosto, 2005)

Evidencia-se, aqui, o mesmo jogo que está por trás da idéia de “vítima virtual”: a culpabilização de um agente alheio – no caso, o Estado. Seja tratando de saúde pública, do problema do tráfico ou do futuro dos mais jovens, todos se consideram inocentes e pouco comprometidos com o seu próprio sofrimento ou o do outro, a não ser quando a motivação é procurar e apontar culpados. Posicionamento muito distante daquele de Clarice Lispector, que é enfático: “em Mineirinho se rebentou o meu modo de viver” (LISPECTOR, 1978).

É claro que não podemos desconsiderar a desconstrução e problematização do preconceito que relaciona os moradores de favelas a um “fator de risco”. Pelo contrário, como observa Vaz, essa relação entre “favela” e crime/tráfico sustenta um posicionamento muito cômodo da classe média que se considera sempre vitimada.

Nem podemos desqualificar as críticas relacionadas à notável omissão (ou falta de compromisso) do governo brasileiro (seja ele municipal, estadual ou federal) diante das mazelas nacionais. Isto é, não quero defender, aqui, um ponto de vista elitista que considera que todos têm as mesmas chances ou oportunidades em um Estado liberal e, por isso, não

existem vítimas. Pelo contrário, é preciso reconhecer que as prolongadas madrugadas nas filas do SUS (Sistema Único de Saúde) deixam marcas subjetivas e físicas na vida de muitas pessoas. Além das dificuldades vivenciadas nos transportes públicos⁵⁴ e os descasos com os demais bens públicos (o caso do ensino é paradigmático). Essas pequenas experiências cotidianas poderiam, sim, ser menos ásperas, se privilegiadas pelos governantes.

Contudo, se insistirmos apenas no fator “vitimização”, que é apenas um dos vetores que compõem a existência dos moradores de favelas (bem como de milhares de brasileiros que vivem em situações bem mais precárias), acabamos nos esquecendo que eles também são responsáveis pela perpetuação desses agenciamentos. Recusar o papel de vítima, ainda, é reconhecer o potencial político e, portanto, de intervenção que cada um de nós, moradores de favelas ou não, virtualmente carregamos, o que nos leva a questionar o posicionamento paternalista que costuma orientar as políticas e programas voltados para um “povo” considerado passivo. Essa inquietude diante da vitimização dos moradores de favelas se sobressaiu na conversa a seguir:

- Qual é para você o maior estereótipo que incide sobre a favela?

O pior, para mim, é a violência, que continua. E o outro, que é muito triste, é o paternalismo.

- Como assim?

O paternalismo das pessoas ao acharem que são vítimas. “Eu não tenho nada e o governo tem que me dar”. Isso é triste, porque as pessoas não lutam, não ligam para trabalhar. Tudo bem, esse “Cheque cidadão” é útil? É. Eu conheço várias pessoas que estão morrendo de fome. E quando sair? E quando acabar, como que vai ficar?

- Como funciona o “Cheque-cidadão”?

Eles ganham cem reais para fazer uma compra todo mês para as famílias. Tem gente que desde que começou, nunca mais trabalhou porque tem o cheque. Então, sobrevive daquilo, dos cem reais e não precisa trabalhar porque tem aquilo certo. Tem pessoas, e isso eu estou falando porque é a realidade que a gente vive aqui e eu sei, pessoas que tinham um filho e como pra ganhar o cheque tem que ter dois filhos, a pessoa teve outro filho. Só pra ganhar o cheque. (Ruth, conversa informal, 2005)

⁵⁴ Como cartografou, de forma admirável, Janice Caiafa, em seu livro “Jornadas Urbanas”. (Cf. **Jornadas urbanas: exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002).

Portanto, em muitos momentos, a identificação dos “favelados” como vítimas, parece desresponsabilizá-los ou inocentá-los de qualquer parcela de contribuição para esses cotidianos “erros” sociais. Posicionamento, por outro lado, que não cessa de servir de slogan para atrair investimentos – seja do Terceiro Setor ou do governo – para o “triste” sofrimento desse território, o que dificulta “olhar nos olhos da alteridade”, talvez, por medo de entendê-la ou de confrontá-la.

III. 5 - Processos de subjetivação: para além dos etos e dos estilos

Esse sentimento de vitimização participa, de fato, na afirmação de uma identidade para os moradores de favelas. A própria idéia de excluído, muitas vezes, pressupõe uma passividade diante de um dado sistema social. Quando Cambito e seu amigo afirmam, por exemplo, que estar excluído é como ficar à margem de um campo e saber que nunca marcará um gol, dá a entender que os moradores de favelas vivem apenas como espectadores marginalizados em um sistema social pronto e irreversível.

O estudo de Licia Valladares (2005) é exemplar para a problematização desse vínculo entre favelas e exclusão, principalmente ao demonstrar a importância das Ciências Sociais, sobretudo a partir da década de 70, para o estabelecimento desse dogma. Desde então, a favela como objeto de estudo se torna um tema em voga, mobilizando os pesquisadores em torno desse vasto e heterogêneo campo de intervenção. As pesquisas, orientadas por uma preocupação com a pobreza urbana e seus derivados (a moradia popular, a precariedade dos serviços públicos, o desemprego etc) se voltavam para esses espaços na tentativa de entender seus modos de vida, suas práticas cotidianas, suas estratégias de sobrevivência.

Os conhecimentos técnicos e científicos desenvolvidos nas universidades e demais instituições (como as ONGs) passam a legitimar a identificação da favela como uma realidade

específica e excêntrica no mundo urbano brasileiro. Abordagem que serve para justificar e orientar as políticas públicas especialmente moldadas para essa população. Promovendo a favela como espaço genuíno da pobreza e marginalidade social, os pesquisadores contribuem para a formalização do estatuto de “cidade partida”.

Nas favelas, os pobres estão em sua casa. Na medida em que formam uma cidade dentro da cidade, a cidade ilegal dentro da cidade legal, os residentes demarcam seu território, verdadeiro enclave onde a marca identitária é onipresente. Assim percebida, a favela teria uma economia própria, leis intramuros e códigos particulares, desenvolvidos nesses espaços entregues à própria sorte e abandonados pelos poderes públicos. Território da partição, a favela seria o próprio símbolo da segregação socioespacial das grandes metrópoles brasileiras, em especial do Rio de Janeiro. (VALLADARES, 2005, p.151)

A favela “das ciências sociais” funcionaria, então, como um “etos de classe”, capaz de orientar uma identidade comunitária para seus membros. Profundamente devedora de uma abordagem clássica da Sociologia que defende o primado do social sobre o individual, esse conjunto de pesquisadores que se ocupam da favela perseguem exatamente os tipos ideais, os modelos invariáveis, os estilos, aptos a definir e interpretar essa coletividade. Nesse contexto de discussão científica, a identidade do “ser-favelado” ganha densidade em vista de um cotidiano de privação compartilhado por seus membros e que precisa ser superado.

A supervalorização desse estatuto de classe ou de grupo bem definido orienta, inclusive, um modelo de intervenção cuja finalidade é elevar ou resgatar a auto-estima dos moradores de favelas. Muito comum em inúmeros projetos sociais, esse discurso eleva ao extremo a idéia de uma plenitude da posição social como fator determinante para a formação subjetiva do indivíduo. Ora, só é rentável investir na auto-estima dos favelados por acreditar que a identificação negativa que os enquadra e o contexto de privações que vivenciam condicionam as relações deles com eles mesmos e com o mundo. Desse modo, o processo de construção subjetiva dos moradores de favelas é reduzido a um delimitado conjunto de normas, valores, instituições e práticas sociais.

Essa dicotomia entre indivíduo e sociedade não se limita à problemática das favelas, percorrendo a história das ciências modernas. Virginia Kastrup e Liliana da Escóssia em um texto esclarecedor sobre esse dualismo, observam que essas duas entidades têm sido definidas como naturais, isto é, pólos que preexistem à interação. Daí a clássica oposição entre o pensamento de Émile Durkheim e Marx Weber: enquanto o primeiro pressupõe uma subordinação do individual ao social, o segundo defende que não existe uma realidade social autônoma, apenas um conjunto de indivíduos que se organizam com fins específicos (ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005).

Na tentativa de superar essa dicotomia, as autoras retomam o conceito de coletivo, ressignificando-o como “plano de co-engendramento e criação”, o que privilegia uma “filosofia da relação” no lugar de uma lógica dos objetos. Essa ênfase na relação como produtora de mundo e sentido é inspirada em Paul Veyne (1982) que ultrapassa a dualidade indivíduo-sociedade ao observar que ambos só podem ser determinados pela prática, entendida como relação. Por isso, não devem ser considerados como preexistentes nem naturais, mas múltiplos e históricos, já que dependem dos agenciamentos em que se encontram. Ou melhor, não se trata sequer de opor esses termos, pois eles são co-extensivos um ao outro (ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005).

A dissolução dessa fronteira só é possível, como sustentam as autoras, porque tanto o individual quanto o social são atravessados por linhas (composição molar) e fluxos (relativos ao plano molecular). Evidencia-se aí a contribuição do pensamento de Deleuze e Guattari para a reflexão. As autoras alertam que essa distinção entre molar e molecular longe de assinalar uma outra dicotomia, se apresenta apenas como um dualismo metodológico que não pressupõe modelos: “embora haja uma distinção entre as linhas molares e os fluxos moleculares, não há uma separação entre os dois planos, e sim, um *prolongamento* do

segmento/linha em fluxo, convertendo-se mutuamente um no outro” (ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005, s/p).

A idéia de um plano coletivo, nesse sentido, não se reduz ao social totalizado nem a um conjunto de relações interindividuais ou grupais, mas funciona como um agenciamento impessoal, no qual se dá o co-engendramento entre indivíduo e sociedade: “agenciar-se com alguém, com um animal, com uma coisa – uma máquina, por exemplo – não é substituí-lo, imitá-lo ou identificar-se com ele: é criar algo que não está nem em você nem no outro, mas entre os dois [...]” (ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005, s/p).

Nesse plano coletivo que se produzem os processos de subjetivação que colocam em jogo um rico e heterogêneo universo de materiais (dimensões significantes, maquínicas, pré-pessoais). Não existe uma sociedade estagnada porque os próprios segmentos “duros” são atravessados por devires: “há sempre uma flexibilização, um regime micropolítico e molecular” (ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005, s/p) que coexiste com esse plano molar. Isso significa, inclusive, que as próprias instituições que compõem o quadro social – como a família, a escola, o poder público, os partidos, as ONGs – são formadas tanto por uma estrutura organizacional pouco flexível quanto por uma série de microdevires contingenciais, o que não autoriza pensar uma instituição ou mesmo uma sociedade como algo totalizável e imutável em qualquer tempo-espço.

Do mesmo modo, não existe um sujeito imutável, nem uma identidade estável, exatamente porque a produção subjetiva é processual e está sempre em desequilíbrio. O que torna uma pessoa, então, diferente das demais é o entrecruzamento do material coletivo (que envolve, é bom lembrar, componentes afetivos, lingüísticos, maquínicos, das mídias, de poder etc) que assume em cada pessoa um arranjo particular, mas nem por isso privado e fixado. Essa separação entre o coletivo e o pessoal é, de fato, muito tênue. Por isso, a observação de Guattari, citada por Caiafa (2002), de que o indivíduo é um “terminal”: “é a concepção de um

self engendrado em constante produção, um atravessamento de processos” (CAIAFA, 2002, p.36). Nas palavras do próprio autor:

Quando vivemos nossa própria existência, nós a vivemos com as palavras de uma língua que pertence a cem milhões de pessoas; nós a vivemos com um sistema de trocas econômicas que pertence a todo um campo social; nós a vivemos com representações de modos de produção totalmente serializados. No entanto, viveremos e morreremos numa relação totalmente singular com esse cruzamento. (GUATTARI, 2005, p.80)

Relação singular, processual, ou ainda derivada, como descreve Deleuze na frase que serviu de epígrafe para esse capítulo: o sujeito, diz ele de forma encantadora, “são os grãos dançantes na poeira do visível”, ele “nasce e se esvai na espessura do que se diz e do que se vê” (DELEUZE, 1992, p.134). Guattari (2005) insiste que esse fluxo que arrasta a coletividade e a subjetividade para um “sempre outro” é, no entanto, muito frágil e convive com a ameaça constante de uma paralisação, de um bloqueio em uma referência identitária. Essa identidade, como já foi dito, é ilusória e reducionista porque limita a polifonia da subjetividade a uma representação.

Existe, então, um entrecruzamento entre o processo ininterrupto de produção subjetiva e a tentativa de instaurar uma imagem “endurecida”. Essas estratégias de brechar o fluxo e voltar a uma identidade local, pessoal ou, ainda institucional, como ressalta Rolnik (1997), necessariamente malogram. Contudo, “o estrago está feito: neutraliza-se a tensão contínua entre figuras e forças, despotencializa-se o poder disruptivo e criador desta tensão, breca-se os processos de subjetivação. Quando isto acontece, vence a resistência ao contemporâneo” (ROLNIK, 1997, p.4).

Essa resistência ao fluxo não deve ser confundida com a “resistência” como forma de contestação. É possível resistir – no sentido de recusar – à domesticação das forças ensaiando processos de singularização (entendido como uma constante experimentação de novas formas de vida, de sensibilidade e de universos de valor) no campo social e subjetivo. Os diversos movimentos que surgem nas favelas, conectados ou não a projetos sociais, costumam esbarrar

em uma armadilha identitária que desarma a potência disruptiva que poderiam sustentar contra o sistema de modelização e serialização próprio à sociedade de controle regida pelo nexó capital.

A identidade do “ser favelado”, tão sustentada pelos pesquisadores, pela mídia, pelas políticas públicas e pelos próprios moradores, funciona como uma referência molar, domesticando os devires e a multiplicidade própria a esse espaço urbano, bem como à coletividade de um modo geral. Contudo, seria reducionista pensar essa representação como algo estático. Como vimos acima, o molar e o molecular não são modelos imutáveis e bem definidos, mas planos co-extensivos. Tal prolongamento parece também marcar o processo de identificação das favelas, já que a mesma referência molar construída, como vimos, a partir de “dogmas” pode ser flexibilizada, abrindo-se para uma linha de fuga capaz de desordenar ou romper com o sistema representacional fixado anteriormente.

Podemos notar um deslizamento como esse no processo de construção do movimento Posso Me Identificar. Em vista de um problema concreto (a violência dos policiais contra os moradores do Borel), um grupo se apóia em uma representação estabelecida para protestar contra a intransigência policial e do Estado. Nesse momento, a identificação que os reúne parece ter trabalhado em favor de uma mobilização coletiva capaz de desencadear um questionamento da autoridade estatal e da desigualdade do modo de produção subjetiva e material do capitalismo. “Qual a diferença entre condomínio e favela?”, indagava um cartaz durante o protesto.

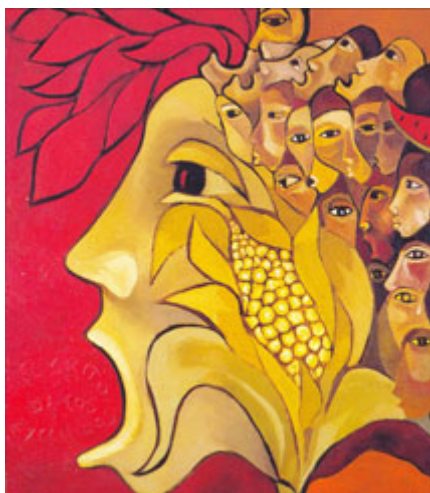
Contudo, essa mesma representação parece trazer mais problemas do que possibilidades de vida e de criação para as favelas, já que ela torna a “máquina de guerra” facilmente capturável pelo Terceiro Setor, pelo capital e pelo Estado, interessados em distribuir e fixar identidades no intuito de melhor reconhecer para gerir e controlar. Como enfatiza muito bem Jailson de Souza e Silva, em entrevista para a TV Cultura, se uma pessoa

da classe média aprende a dançar, pintar ou tocar um instrumento, ela é parabenizada porque está ampliando sua sensibilidade estética. Caso a pessoa seja da favela, fica-se admirado pelo potencial da arte de livrá-la do tráfico ou da prostituição. Por isso, não faz tanto sentido manter uma referência identitária como forma de combate à estigmatização. Insistir nesse “vício identitário” (ROLNIK, 1997), só ajuda a travar os processos de singularização ou a “agitação caótica propulsora de devires, através dos quais outros e estranhos eus se perfilam, com outros contornos, outras linguagens, outras estruturas, outros territórios” (ROLNIK, 1999, p.5).

Nesse sentido, os movimentos conectados ao Terceiro Setor – como todos aqueles citados ao longo do texto – podem participar de um duplo movimento. Por uma lado, agitar as resistências moleculares, proporcionando fagulhas de desejo na fricção com as representações e discursos corporativizados: processo suscetível de incendiar todo um modelo de padronização enunciativa e histórica. Por outro, o que é tão ou mais possível: colocar no horizonte uma forma ainda mais específica de controle que se aproveita do passado como instrumento para uma mutação “dura” no presente. “Dura” porque prevista, selecionada, pouco flexível para as linhas de fuga capazes de devastar completamente esse ideal identitário de uma favela “militante” e “comunitária”, que vive entre o revólver e o pandeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Multiplicidade: de vozes, ruídos, silêncios e subjetividades



(Grito dos Excluídos, obra do pintor equatoriano Pavel Éguez)

“O Grito dos Excluídos é uma grande manifestação popular para denunciar todas as situações de exclusão e assinalar as possíveis saídas e alternativas. Antes de tudo, é uma dor secular e sufocada que se levanta do chão. Dor que se transforma em protesto, cria asas e se lança no ar.

De ponta a ponta do país ou do continente, o povo solta ao vento o seu clamor, longamente silencioso e silenciado. É um grito que ganha os ares, entra pelas portas e janelas, toma os espaços. Tem como objetivo unificar todos os gritos presos em milhões de gargantas, desinstalar os acomodados, ferir os ouvidos dos responsáveis pela exclusão e conclamar todos à organização e à luta.

É o grito dos empobrecidos, dos indefesos, dos pequenos, dos sem vez e sem voz, dos enfraquecidos – numa palavra, o grito dos excluídos. Quer ser uma instância articuladora e interpeladora dos movimentos sociais; um espaço facilitador das diversas lutas e demandas sociais”.

(GRITO DOS EXCLUÍDOS CONTINENTAL.

In: <<http://gritodosexcluidos.com.br>>)

Tanto a obra do pintor equatoriano Pavel Éguez quanto a manifestação intitulada “Grito dos Excluídos” – que acontece anualmente em inúmeros países da América Latina – apresentam uma certa similaridade com o universo de estudos discutido aqui: a importância atribuída à comunicação como saída para superar as mazelas sociais.

Contudo, parece existir uma significativa diferença entre a “dor transformada em protesto” – que o quadro e a mobilização conclamam a lançar no ar – e a utilização das mídias como estratégia de combate à exclusão. Enquanto no primeiro caso a voz ainda guarda um potencial de mobilização, buscando “desinstalar os acomodados” ou “conclamar todos à organização e à luta”, no caso seguinte, o ato comunicacional se encontra aprisionado por tantas instâncias de captura e de acomodação, que na maioria das vezes se transforma em apenas mais um ruído reunido ao excessivo barulho orquestrado pelas mídias.

Dentre essas variáveis que cerceiam o grito das favelas cariocas, três ganharam destaque ao longo do texto: o processo de “midiatização social”, a emergência do Terceiro Setor e os “regimes identitários”. Desse modo, tentou-se cartografar um agenciamento complexo e heterogêneo que promove a favela como alteridade, justificando a demanda por inclusão através das mídias. A imagem do grupo, nesse caso, parece ganhar mais valor do que o “potencial disruptivo” que seu grito será capaz de causar.

As favelas podem ser entendidas, de fato, como uma “dobra” que afeta consideravelmente os processos de subjetivação dos cariocas: não como uma linha “dura” e unívoca – como sugerem muitas enunciações, representações, conceitos ou pesquisas que interagem de alguma forma com esse espaço urbano – mas como um perfil instável e processual que delineia “uma determinada figura de subjetividade” (ROLNIK, 1997). Ou ainda, como uma constelação que se desfaz ou sofre um rearranjo ao mínimo contato com novos diagramas de força.

Apontar um “etos de classe” ou uma imagem fixada para as favelas, nesse sentido, seria corroborar com a mesma lógica das estatísticas e do preconceito que resumem uma pluralidade a um ou alguns traços fixados. Como é amplamente difundida pelas mídias e pelos projetos sociais, a imagem endurecida da favela pode interferir no processo de afirmação identitária de seus moradores. Por isso, um “etos de classe” só pode ser apreendido, nesse universo, como uma construção que permite sistematizar esse território, a partir de uma lógica que discrimina, ao fixar a significação. No mesmo movimento, alguns moradores de favela se investem de uma identificação estratégica para demarcar sua posição de excluído.

Existe, então, uma dificuldade de pensar a favela com a perspectiva de classe. Primeiro, porque existe uma pluralidade de condições econômicas, sociais, trabalhistas que compõem esse contexto urbano. Depois, porque existe uma série de posições subjetivas diante dessa pulverização. Muitos moradores de favelas, inclusive, não se consideram pobres nem excluídos, e de fato não são, se tomarmos os conceitos de pobreza e exclusão como relacionais.

É possível apreender uma série de vetores coletivos que perpassam as enunciações e os anseios de cada um morador, mas é muito difícil delimitar um objetivo comum a não ser que se deixe de lado essa multiplicidade. Lembrando, aqui, que as antigas mobilizações de esquerda (agenciadas em partidos, sindicatos, manifestações) se assentavam em um ideal comum de classe (por exemplo, o operariado, ou mesmo, os primeiros moradores de favelas em luta contra as remoções), o que facilitava a mobilização em favor de greves, manifestações, votações, além do desfrute de um etos.

Mas, no caso da favela, não se trata de um universo homogêneo em nenhum desses parâmetros, a não ser o fato de dividirem o mesmo espaço urbano e, por isso, rebater sobre eles a fixidez de uma mesma representação social. A importância e a limitação dos movimentos que enfocam a memória, a história e a comunicação parecem se rebater sobre

esse nó: ao mesmo tempo que lutam para desatar essa representação incrustada, são aprisionados por uma mesma lógica representativa (que tenta vincular todo um passado caótico e uma multiplicidade de modos de subjetivação a uma identidade una). Tenta-se, acredito, reproduzir a dinâmica classista dos movimentos de esquerda tradicionais. Por isso, insisto, a favela é sustentada como uma significação vazia ou que deve ser esvaziada e re-singularizada a fim de embarcar em novas formas de vida, de organização e de valorização possíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Editora Ática, 1983.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRAS DE ONGS / ABONG. **Ação das ONGs no Brasil**. São Paulo: ABONG, 2006.
- ATTAWELL Kathy; DINIZ, Simone. **Gestão Comunitária**. Women's Front of Norway/ FOCUS: Londres/ Rio de Janeiro, São Paulo, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, Valentin. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2004.
- BAUMAN, Zigmunt. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.
- _____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- _____. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.790 de 23 de mar. de 1999. **Dispõe sobre as Organizações da Sociedade Civil de Interesse público / OSCIP**. Brasília: Comunidade Solidária, 2000.
- BRAUMAN, Rony. Da “missão civilizatória” à ação humanitária. **Le Monde Diplomatique**, set/2005. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/>>. Acesso em: 25 jul. 2006.
- CABRAL, Adilson. **Movimentos sociais, as ONGs e a militância que pensa, logo existe**. Disponível em: <<http://www.comunicacao.pro.br/artcon/movsocong.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2006.
- CAIAFA, Janice. **Nosso Século XXI: notas sobre arte, técnica e poderes**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- _____. **Jornadas urbanas: exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- _____. **Ouro**. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2005.
- _____. Notas em sala de aula. Disciplina: **Mídia e experiência urbana** Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2005.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

COLOMBO, Fausto. **Arquivos imperfeitos: memória social e cultura eletrônica**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

CONDUTORES DE MEMÓRIA. **Memória integra favelas à cidade**. In: *Condutores de Memórias: recordando e construindo as histórias. Informativo do Projeto Condutores de Memória da Agenda Social Rio*. Rio de Janeiro, set 2005.

_____. **Condutores de Memória: um histórico-cultural da Grande Tijuca**. (portfólio) Rio de Janeiro, 2001.

COSTA, Mauro Sá Rego. **Rádio Alice Através do Espelho**. In: Anais do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom – XXVII Congresso Brasileiro das Ciências da Comunicação. Porto Alegre: PUC, 2004.

CENTRAL ÚNICA DAS FAVELAS. **A Cufa**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.cufa.org.br>>. Acesso em: 22 set. 2006.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. **Conversações**. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1992.

_____. ¿Que és un dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/>>. Acesso em: 17 abril 2006.

_____.; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 1997.

_____.; GUATTARI, Félix. 20 de novembro de 1923. Postulados da Lingüística. **Mil Platôs**, vol.2. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

ESCÓSSIA, Liliana da; KASTRUP, Virgínia. **O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade**. In: *Psicologia estudos*. Maringá, v. 10, n. 2, 2005.

FAVELA Rising. Direção e Produção: Jeff Zimbalist; Matt Mochary. EUA, 2005. DVD.

FAVELA TEM MEMÓRIA. **Aviso aos navegantes**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.favelatemmемoria.com.br>>. Acesso em: 01 jul. 2005.

_____. **Daqui não saio**. Rio de Janeiro, 12 mai 2005. Disponível em: <www.favelatemmемoria.com.br>. Acesso em: 25 jul. 2006.

FOLHA DO BOREL. Editorial. In: **Condutores de Memória: um histórico-cultural da Grande Tijuca**. (portfólio) Rio de Janeiro, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003a.

_____. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003b. (Coleção Ditos e Escritos IV)

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

FRANÇA, Ronaldo; SOARES, Ronaldo. O drama do populismo urbano. **Revista Veja**, 07 dez. 2005. Seção Cidades, edição 1934, p. 82-85.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; CHINNELI, Filippina. Favela e Redes Solidárias: Formas contemporâneas de mobilização e organização popular no Rio de Janeiro. In: PORTES, A.; ROBERTS, B. (coord.). **Latin American Urbanization in the Late Twentieth Century: A comparative study**. Montevideo: CSUIM, 2003.

GESTÃO COMUNITÁRIA. **Centro de Educação Complementar e Orientação Econômica: organização local e geração de renda** [projeto]. Gestão Comunitária: Rio de Janeiro, 2004.

_____. **Caderno de Experiência III**. Gestão Comunitária: Rio de Janeiro, 2003.

GOHN, Maria da Glória. A SOCIOLOGA Maria da Glória Gohn fala sobre diversidade, ONGs e movimentos sociais em São Paulo [entrevista]. **Portal Setor 3**, São Paulo, 2004. Disponível em: <www.setor3.com.br>. Acesso em: 25 jul. 2006.

GOUVEIA, Patrícia; LOPES, Maria de Fátima. O Curumim do Borel e as mediações da dádiva: pais, educadores e reciprocidade. In: **Uma Favela Cordial: narrativas, imagens e discursos sobre a experiência cultural em comunidades populares**. Viçosa, MG: Editora UFV / GEMAPP, 2006. (No prelo)

GUATTARI, Félix. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____. **Revolução Molecular. Pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GITLIN, Todd. **Mídias sem limites**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GOMES, Wilson. **A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política**. In: Anais do XIV Encontro Anual da COMPÓS. Universidade Federal Fluminense, 2005. CD-Rom.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. 'The spectacle of the other'. In: HALL, S. (org.). **Representation: Cultural Representation and Signifying Practices**. London: Sage, 1997.

HOROCHOVSKI, Rodrigo. Associativismo civil e Estado: Um estudo sobre organizações não-governamentais (ONGs) e sua dependência de recursos públicos. **Em Tese - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 1, nº 1, ago - dez, 2003. Disponível em: <www.emtese.ufsc.br>. Acesso em: 25 jul. 2006.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna-RJ, 2000.

JEUDY, Henri-Pierre. **A ironia da comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LANDIM, Leilah. Experiência militante: Histórias das assim chamadas ONGs. **Lusotopie**, v.1, nº 9, jan – jul, 2002. Disponível em: <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/>>. Acesso em: 25 jul. 2006.

LISPECTOR, Clarice. “Mineirinho”. In: **Para não esquecer**. São Paulo: Ed. Ática, 1978.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

LOPES, Ofélia. Metodologia. **Mapa do 3º Setor**. Disponível em: <www.mapadoterceirosetor.org.br>. Acesso em: 28 ago. 2006.

MAFFESOLI, Michel. **A violência totalitária**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

MELO, Victor e NASCIMENTO, Marcos. Capacitação de agentes comunitários de lazer para o Projeto Roda Viva: Uma experiência na comunidade do Morro do Borel. **Revista Licere**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 1999.

MOVIMENTO POSSO ME IDENTIFICAR. **O Movimento Posso me Identificar dirige-se à Sociedade Civil do Rio de Janeiro e do Brasil**. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **O Movimento Posso Me Identificar Dirige-se aos Poderes Públicos**. Rio de Janeiro, 2004.

OBSERVATÓRIO DAS FAVELAS. **Porque a favela é definida pelo que ela não tem?** Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <www.observatoriodasfavelas.org.br>. Acesso em: 15 set. 2006.

PAIVA, Raquel. **Os media alternativos como parte dos novos processos de mobilização popular no Brasil**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <www.pos.eco.ufrj.br>. Acesso em: 15 set. 2004.

_____. **O espírito comum – comunidade, mídia e globalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In: **Estudos Históricos**, 2(3). Rio de Janeiro, 1989.

POUGY, Eliana. **Comunicação não é arte: é redundância**. São Paulo, 2006. Disponível em: <www.cronopios.com.br>. Acesso em: 24 set. 2006.

QUANTO vale ou é por quilo?. Direção: Sergio Bianchi. Produção: Agravo Produções Cinematográficas S/C. Brasil, 2005. DVD

RAMALHO, Cristiane. “O portal Viva Favela: da favela para a própria favela e para o mundo”. In: **A memória das favelas**. Rio de Janeiro: Comunicações do ISER, 2004.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. São Paulo: Editora 34, 2005.

REDE DE COMUNIDADES E MOVIMENTOS CONTRA A VIOLÊNCIA. Histórico da Rede. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.redecontraviolencia.org>>. Acesso em: 10 ago. 2006.

RIFKIN, Jeremy. Identidade e natureza do terceiro setor. In: RORHRIG, Cristine (coord.). **3º Setor - Desenvolvimento Nacional Sustentado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RITS. **Favela on-line**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <www.rits.org.br>. Acesso em: 25 jul. 2006.

_____. **Terceiro Setor: Os recursos da solidariedade**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <www.rits.org.br>. Acesso em: 25 jul. 2006.

_____. **Dia da favela**. Rio de Janeiro, 15 dez 2005. Disponível em: <www.rits.org.br>. Acesso em: 25 jul. 2006.

_____. **Movimento com nome e sobrenome**. Rio de Janeiro, mai. 2004. Disponível em: <www.rits.org.br>. Acesso em: 25 jul. 2006.

_____. **Mercado eletrônico chega até a favela**. Rio de Janeiro, ago. 2001. Disponível em: <www.rits.org.br>. Acesso em: 25 jul. 2006.

ROLNIK, Suely. **Novas figuras do caos: mutações da subjetividade contemporânea**. São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/suelyrolnik>>. Acesso em: 15 out. 2006.

_____. **Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização**. São Paulo, 1997a. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/suelyrolnik>>. Acesso em: 15 out. 2006.

_____. **Uma insólita viagem à subjetividade – fronteiras com a ética e a cultura**. São Paulo, 1997b. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/suelyrolnik.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2006.

SILVA, Jailson de Souza e. A ARTE de viver da fé, e já se sabe fé em que [entrevista]. **Fundação Gol de Letra**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.goldeletra.org.br>>. Acesso em: 25 ago. 2006.

SLOTERDIJK, Peter. **O desprezo das massas: ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **Notas de aulas expositivas ministradas na disciplina “Mídia, afeto e política”**. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2005.

TEODOSIO, 2001. Pensar pelo avesso o Terceiro Setor: mitos, dilemas e perspectivas da ação social organizada no Brasil. In: STENGEL, M. et al (orgs.). **Políticas públicas de apoio sociofamiliar** – curso de capacitação de conselheiros municipais e tutelares. Belo Horizonte: PUC Minas, 2001.

TONET, Ivo. Para além dos direitos humanos. **Revista Novos Rumos**, São Paulo, nº 37, 2002.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

_____. **A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais**. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v.XV, n.44, p.05-34, 2000.

VAZ, Paulo. Notas em sala de aula. Disciplina: **Mídia e risco – Comunicação e estruturas sócio-culturais**. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2005.

_____. **Corpo e risco**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.pos.eco.ufrj.br>>. Acesso em: 10 nov. 2005.

_____; CAVALCANTI, Mariana; SÁ-CARVALHO, Carolina; OLIVEIRA, Luciana Julião de. **Pobreza e risco: a imagem da favela no noticiário de crime**. In: Anais do XIV Encontro Anual da COMPÓS. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2005.

VIVA FAVELA. **Jornal e hospital?** Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <www.vivafavela.com.br>. Acesso em: 15 set. 2006.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

ZIZEK, Slavoj. **Bem vindo ao deserto do Real! : cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.